

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS

ANGELA PATRICIA MAÑUNGA-ARROYO

AS REGRAS DO JOGO: neoliberalismo e contrarreforma no estado colombiano na
década de 1990

São Luís - MA
2019

ANGELA PATRICIA MAÑUNGA-ARROYO

AS REGRAS DO JOGO: neoliberalismo e contrarreforma no estado colombiano na
década de 1990

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, da Universidade Federal do Maranhão, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Políticas Públicas.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Joana Aparecida Coutinho

São Luís - MA
2019

Ficha gerada por meio do SIGAA/Biblioteca com dados fornecidos pelo(a) autor(a).
Núcleo Integrado de Bibliotecas/UFMA

Mañunga-Arroyo, Angela Patricia.

As regras do jogo : neoliberalismo e contrarreforma no estado colombiano na década de 1990 / Angela Patricia Mañunga-Arroyo. - 2019.

164 p.

Orientador(a): Joana Aparecida Coutinho.

Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas/ccso, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, MA, 2019.

1. Colômbia. 2. Contrarreforma. 3. Década 1990. 4. Estado. 5. Neoliberalismo. I. Coutinho, Joana Aparecida. II. Título.

A Ruby, Carmen, Omaira, Ramoones e Arroyo por abraçar minhas escolhas e acolher com amor a loucura que reside em mim; especialmente a Carlos Andrés, orgulho e admiração da minha vida, por me ensinar tanto.

AGRADECIMENTOS

Estas letras não serão suficientes para expressar minha gratidão a tantas pessoas que caminharam com minhas perguntas, distâncias, silêncios, vontades e decisões. No meu coração está registrado cada momento, palavra e energia de quem, desde a cercania do abraço até os fios virtuais que aproximam a gente no mundo atual, fez possível este desafio, pois não há repto pessoal que não seja resultado de um esforço coletivo. Dentro e fora da formalidade seguimos na procura constante de uma sociedade mais justa, caminhando perguntas e sonhos, perseguindo nossa utopia. Nesse sentido, não é possível dar conta das vidas que se movimentaram ao longo desses dois anos e pelas quais sou infinitamente grata, até pelo risco de deixar alguém de fora.

Dito isso, é importante registrar que como mulher negra, periférica e colombiana tive acesso a um direito que no meu país se tornou um privilégio, por tanto meu reconhecimento e total agradecimento ao povo brasileiro, especialmente à população negra, trabalhadora, da periferia, é essa a população que mais sente na pele a retirada de direitos e mesmo assim se mantém na luta e na resistência; obrigada pelos avanços da inclusão social que o Brasil teve nos últimos anos e que hoje está ameaçada pelo governo Bolsonaro.

Ao Programa de Políticas Públicas da Universidade Federal do Maranhão que abriu suas portas para que esse sonho pudesse se tornar realidade. A Diana e Day, sem vocês essa aventura não teria começado. À turma de mestrado e doutorado por me acolher com solidariedade e alegria. Agradecimentos a Ilse Gomes, Fernanda Galve e Guillermo Johnson por aceitar integrar a banca examinadora e pelas valiosas contribuições ao trabalho. Agradecimentos especiais a Joana Coutinho por me aceitar como orientanda nesse processo, pela autonomia, humanidade, pelo rigor e pelas lindas melodias que sempre a acompanham.

Agradeço também ao grupo de estudos sobre feminismos negros “Marielle Franco” e à Licenciatura em estudos afro-brasileiros pela possibilidade de refletir sobre o Brasil e os impactos do neoliberalismo no nosso cotidiano. Minha gratidão especial a Aracea, Bere, Ivana, Talita, Verck e Zeneide, por sua amizade e pela luta constante pela emancipação humana. A Gorete, Guillermo e Sole pela oportunidade de enxergar Brasil com um olhar crítico, pelo carinho, pelos vinhos e sonhos com outra sociedade possível, e por deixar o processo da escrita mais aconchegante; especialmente a Sole por nossos dias na ilha.

Ao Coletivo Trabajo Social Crítico Colombia, pela oportunidade de pensar coletivamente a profissão e o país; especialmente a Carlos, Juan Pablo, Karen e Ricardo pelos aprendizados nas leituras críticas sobre a Colômbia na contemporaneidade, nossas reflexões coletivas foram fundamentais para este processo.

Às pessoas sem as quais eu teria desistido de mim mesma; que me ofereceram amizade, afetividade, alegrias, colo; que me acolheram na sua vida; em vocês encontrei meu chão, meu lar; por vocês a experiência se tornou crescimento, aprendizados e mudanças, é uma honra ter vocês na minha vida: Aracea, Bere, Day, Glaucia, Ivana e Pri, Gracias Totales! Agradecimentos especiais a Adrian, Andrea, Briyit, Iris, Johan, Mauri, Nathaly, Susana e Virginia, pelos esforços para cuidar nossa amizade através da distância, principalmente a Santiago pelo respeito a nossas diferenças e a coragem de lidar com as dificuldades de uma forma mais humana, mais saudável. Finalmente, nunca menos importante, a Yovanni, por acreditar na gente, pelo desafio aprender a amar todos os dias, pelo infantil da nossa história “sólo en las misteriosas ecuaciones del amor puede encontrarse alguna lógica” (John Nash).

Y aún así, me levanto

Tú puedes escribirme en la historia
con tus amargas, torcidas mentiras,
puedes aventarme al fango
y aún así, como el polvo... me levanto.
¿Mi descaro te molesta?
¿Porqué estás ahí quieto, apesadumbrado?
Porque camino
como si fuera dueña de pozos petroleros
bombeando en la sala de mi casa...
Como lunas y como soles,
con la certeza de las mareas,
como las esperanzas brincando alto,
así... yo me levanto.
¿Me quieres ver destrozada?
cabeza agachada y ojos bajos,
hombros caídos como lágrimas,
debilitados por mi llanto desconsolado.
¿Mi arrogancia te ofende?
No lo tomes tan a pecho,
Porque yo río como si tuviera minas de oro
excavándose en el mismo patio de mi casa.
Puedes dispararme con tus palabras,
puedes herirme con tus ojos,
puedes matarme con tu odio,
y aún así, como el aire, me levanto.
¿Mi sensualidad te molesta?
¿Surge como una sorpresa
que yo baile como si tuviera diamantes
ahí, donde se encuentran mis muslos?
De las barracas de vergüenza de la historia
yo me levanto
desde el pasado enraizado en dolor
yo me levanto
soy un negro océano, amplio e inquieto,
manando
me extendiendo, sobre la marea,
dejando atrás noches de temor, de terror,
me levanto,
a un amanecer maravillosamente claro,
me levanto,
brindando los regalos legados por mis ancestros.
Yo soy el sueño y la esperanza del esclavo.
Me levanto.
Me levanto.
Me levanto.

Maya Angelou

RESUMO

A pesquisa analisa, sob a orientação do materialismo histórico, as contrarreformas no Estado colombiano na década de 1990 numa relação de interdependência com as transformações econômicas e sociais da América Latina e do mundo, dado que a Colômbia não existe isolada, solta no ar, e as formas de dominação-acumulação que caracterizam o país, não podem ser percebidas sem um olhar para suas articulações regionais, nacionais e internacionais. Nesse sentido, demonstra-se a implantação de um projeto econômico, político e social, implementado pela burguesia nacional, em sintonia com os grupos de poder global, aprofundando a subordinação do Estado colombiano às agendas e interesses do capital internacional. Considera-se a importância do processo de desenvolvimento do imperialismo e do neoliberalismo, assim como a configuração do Estado colombiano no capital-imperialismo na sua fase neoliberal; debate fundamental para a análise da primeira onda de contrarreformas no Estado colombiano (1990-1998), uma vez que estes seguiram as alamedas da acumulação ditadas pelo capitalismo e suas novas configurações. Para o estudo e análise realizou-se pesquisa bibliográfica e documental, principalmente na constituição política e nos planos de desenvolvimento da década de 1990. Esse processo permite o desvelamento da implantação do neoliberalismo na Colômbia, a través da contrarreforma no Estado. Constata-se que, a Constituição colombiana de 1991 concedeu ao poder político as ferramentas necessárias para o desenvolvimento do neoliberalismo no país, ao tempo que manteve uma certa funcionalidade no ordenamento constitucional, isto é, a Constituição provê o Estado para a regulação das suas funções no desenvolvimento econômico. As contrarreformas no Estado colombiano na década de 1990 cumpriram o objetivo de especializar o Estado para garantir suas funções na sua relação orgânica com o capital. Assim, a abertura econômica e a modernização do Estado, geraram incremento na pobreza, desigualdade na distribuição de renda, altas taxas de desemprego e de informalidade do trabalho, desestimulação da produção nacional, déficit na balança comercial, insegurança e instabilidade social e institucional.

Palavras-chave: Estado. Contrarreforma. Neoliberalismo. Colômbia. Década de 1990.

ABSTRACT

The research analyzes, under the guidance of historical materialism, counter-reforms in the Colombian State in the 1990s. Analyze from a relationship of interdependence with the economic and social transformations of Latin America and the world. This is because Colombia does not exist in isolation, and the forms of domination-accumulation that characterize the country need to be perceived in a look at their regional, national and international articulations. In this sense, we demonstrate the implementation of an economic, political and social project that the national bourgeoisie implemented, in tune with the global power groups. The Colombian state deepened its subordination to the agendas and interests of international capital. The importance of the process of development of imperialism and neoliberalism, as well as the configuration of the Colombian State in capital-imperialism in its neoliberal phase is considered; a fundamental debate for the analysis of the first wave of counter-reforms in the Colombian state (1990-1998), since they followed the accumulation paths dictated by capitalism and its new configurations. For the study and analysis, we carried out bibliographical and documentary research, mainly in the political constitution and in the development plans of the 1990s. This process allows the unveiling of the implantation of neoliberalism in Colombia, through counter-reform in the State. It can be seen that the Colombian Constitution of 1991 granted political power the necessary tools for the development of neoliberalism in the country, while maintaining a certain functionality in the constitutional order, that is, the Constitution provides the State for the regulation of its functions in economic development. Counter-reforms in the Colombian State in the 1990s fulfilled the objective of specializing the state to guarantee its functions in its organic relationship with capital. Thus, economic opening and modernization of the State have led to an increase in poverty, inequality in income distribution, high rates of unemployment and informal work, discouragement of national production, trade deficit, insecurity and social and institutional instability.

Keywords: State. Counter-Reformation. Neoliberalism. Colombia. 1990s.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1-Elite intelectual e campos de discussão da política econômica.	116
Tabela 2-Tendências do discurso governamental nos Planos de Desenvolvimento 1990-1998.	134

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AD M-19	Alianza Democrática M-19
ALCA	Área de Livre Comércio para as Américas,
ANAPO	Alianza Nacional Popular
ANC	Assembleia Nacional Constituinte,
ANDI	Asociación Nacional de Industriales
ANUC	Asociación Nacional de Usuarios Campesinos
ARP	Administradoras de Riesgos Profesionales
AUC	Autodefensas Unidas de Colombia
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BM	Banco Mundial
CAN	Centro Administrativo Nacional
CEDE	Centro de Desenvolvimento Econômico
CEPAL	Comissão Econômica para América Latina e o Caribe
CGSB	Coordinadora Guerrillera Simón Bolívar
CGT	Confederación General del Trabajo
CHCV	Comisión Histórica del Conflicto y sus Víctimas
CIA	Agência Central de Inteligência dos Estados Unidos
CIDH	Comissão Interamericana de Direitos Humanos
CNMH	Centro Nacional de Memória Histórica
CNP	Consejo Nacional de Planeación
CNV	Comisión Nacional sobre la Violencia
CONVIVIR	Asociaciones Comunitarias de Vigilancia Rural
CP	Constituição Política
CSTC	Confederación Sindical de Trabajadores de Colombia
CUT	Central Unitaria de Trabajadores
CVC	Corporación Regional del Valle del Cauca
CW	Consenso de Washington
DESC	Direitos Sociais, Econômicos e Culturais
DNP	Departamento Nacional de Planeación
EBS	Estado de bem-estar social
Ecopetrol	Empresa Colombiana de Petróleos
ELN	Ejército de Liberación Nacional
EPL	Ejército Popular de Liberación
EPS	Empresas Prestadoras de Serviços
FARC-EP	Fuerzas Armadas Revolucionarias de Colombia - Ejército del Pueblo

FENALCO	Federación Nacional de Comerciantes
FMI	Fundo Monetário Internacional
FN	Frente Nacional
FNA	Fondo Nacional Agrario
FTO	Foreign Terrorist Organization
GATT	General Agreement on Tariffs and Trade
ICA	Instituto Colombiano Agropecuario
ICSS	Instituto Colombiano de Seguros Sociales
IED	Investimento Externo Direto
INCORA	Instituto Colombiano de Reforma Agraria
MAQL	Movimiento Armado Quintín Lame
MIT	Massachusetts Institute of Technology
MPC	Modo de Produção Capitalista
OEA	Organização de Estados Americanos
OIC	Organização Internacional do Comércio
OMC	Organização Mundial do Comércio
ONGs	Organizações Não Governamentais
ONU	Organização das Nações Unidas
OPEP	Organização de Países Exportadores de Petróleo
PCC	Partido Comunista Colombiano
PND	Plano Nacional de Desenvolvimento
PROEXPO	Fondo de Promoción de Exportaciones
PRT	Partido Revolucionario de los Trabajadores
RSE	Responsabilidade Social Empresarial
SAC	Sociedad de Agricultores de Colombia
SENA	Servicio Nacional de Aprendizaje
SGP	Sistema General de Participaciones
UAF	Unidad Agrícola Familiar
UNIR	Unión Nacional de Izquierda Revolucionaria
UP	Unión Patriótica
UPAC	Unidad de Poder Adquisitivo Constante
URSS	União de Repúblicas Socialistas Soviéticas
UTC	Unión de Trabajadores de Colombia
WIDER-ASDI	World Institute for Development Economics Research e Autoridade Sueca para o Desenvolvimento Internacional
WS	Welfare State

APOIO DE FINANCIAMENTO CAPES

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código 001.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
CAPÍTULO 1 AS REGRAS DO JOGO: CAPITAL-IMPERIALISMO E NEOLIBERALISMO	19
1.1. Novas faces do capitalismo	19
1.1.1. O Imperialismo	23
1.1.1.1. <i>O imperialismo clássico</i>	24
1.1.1.2. <i>Os “anos dourados”</i>	35
1.1.1.3. <i>Imperialismo Contemporâneo</i>	43
1.1.2. Neoliberalismo	47
1.1.2.1. <i>O liberalismo de Adam Smith</i>	48
1.1.2.2. <i>A teoria política de Hayek</i>	49
1.1.2.3. <i>O neoliberalismo austríaco-alemão</i>	49
1.1.2.4. <i>Milton Friedman e o monetarismo</i>	50
1.1.2.5. <i>Leituras contemporâneas do neoliberalismo</i>	52
1.2. A ofensiva neoliberal na América Latina	54
1.2.1. <i>Dialética da dependência</i>	55
1.2.2. <i>Consenso de Washington e ajuste neoliberal</i>	59
CAPÍTULO 2 O ESTADO COLOMBIANO NO CAPITAL-IMPERIALISMO	67
2.1. O Estado capitalista	67
2.1.2. <i>O Estado desenvolvimentista</i>	73
2.1.3. <i>O Estado contrainsurgente</i>	75
2.2. O Estado capitalista e sua forma neoliberal	77
2.3. O Estado Colombiano no Capital-imperialismo	84
2.3.1. <i>Respice polum</i>	85
2.3.2. <i>“Respice similia”</i>	92
CAPÍTULO 3 A CONTRARREFORMA NO ESTADO COLOMBIANO	111
3.1. Elite intelectual e neoliberalismo na Colômbia	114
3.2. Constituição Política de Colômbia 1991	121
3.3. Os Planos de Desenvolvimento	128
3.4. Descentralização	135
3.5 Privatização e desregulamentação	139
3.5.1 <i>Telecomunicações</i>	140
3.5.2 <i>INCORA</i>	141
3.5.3 <i>Saúde e segurança social</i>	142
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	147
REFERÊNCIAS	157

INTRODUÇÃO

O capital, mesmo expressado através de coisas, é uma relação social dinamizada pelas suas contradições por quanto o capitalismo “não só é história, mas tem sua *própria* história: produto de transformações operadas ainda no seio da ordem feudal, a partir do momento em que se impôs instaurou mecanismos e dispositivos de desenvolvimento que lhe são peculiares [grifos originais]” (BRAZ; NETTO, 2006, p. 169).

O capitalismo é constituído a partir de formas sociais: forma-estado, forma-dinheiro, forma-direito e forma-valor/mercadoria; esse processo se dá com a formação dos sujeitos e dos espaços políticos. Evidencia-se assim o desencontro entre liberalismo econômico e político, expressado numa democracia que limita a participação ao voto, e mesmo assim, é só um princípio que, no marco do modo de produção capitalista, antidemocrático desde sua origem, demanda das lutas de classes para sua aplicação.

Nesse sentido Atilo Borón (2003, p. 118) descreve sucintamente a visão de democracia do imperialismo, na qual só o mercado garante a unanimidade. “En pocas palabras: el mercado representa la armonía social, el consenso y la libertad; el Estado –y la política– la esfera de la imposición y del conflicto”.

Após o colapso das experiências de caráter socialista o modo de produção capitalista consolidou-se como sistema dominante. Mas como chegou esse sistema a ser hegemônico? O materialismo histórico oferece as ferramentas teóricas necessárias para compreender o efetivo movimento da sociedade burguesa na qual o conjunto das relações sociais está subordinado aos interesses do capital.

As décadas finais do século XX são evidência das crises do sistema capitalista, o que Mandel (1986) apresenta como *a onda larga recessiva do capital* como expressão das quedas do modelo econômico neoliberal, essas evidências muitas vezes são interpretadas como crises específicas ou isoladas do sistema. Assim, os neoliberais geralmente argumentam a falta de implementação das sugestões feitas pela Organização Mundial do Comercio (OMC), o Banco Mundial (BM), o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Interamericana de Desenvolvimento (BID) como causantes da crise ou para jogar a responsabilidade na falta de implementação ou até implementação errada das suas propostas de ajuste, e não na estrutura do sistema capitalista.

Para aprofundar um debate crítico sobre o modo de produção capitalista, é necessário estudar o passo entre o modelo fordista-taylorista implementado depois da Segunda Guerra Mundial, e a crise do sistema capitalista que trouxe a transição ao modo de acumulação *flexível* (Harvey, 1998); por tanto, para compreender a hegemonia do modelo neoliberal como reação teórica e política contra o Welfare State ou Estado de Bem-Estar Social é necessário analisar o marco sócio - histórico desse passo.

Em cada país e cada região do mundo as políticas neoliberais foram apresentadas com ajustes e particularidades na sua implementação. Chile (1973), foi um dos primeiros países em evidenciar dita implementação sob a ditadura de Pinochet, influenciado por Milton Friedman, gerou desregulação na economia, desemprego massivo, repressão sindical, redistribuição da renda, com favorecimento para uma pouca parte da população, e privatização dos bens públicos.

Pensar América Latina como região que faz parte da periferia, segundo a correlação global de forças e a divisão internacional do trabalho, é fundamental para construir alternativas organizativas para a luta social de classes, nesse sentido, é preciso compreender a dinâmica mundial do capital e as logicas que sustentam a preservação da ordem neoliberal; para isso, deve-se aprofundar nas particularidades de cada país e compreender sua dinâmica interna, suas possibilidades e limites na luta de classes, assim como os elementos comuns da região.

Na análise do contexto sócio-histórico da Colômbia é fundamental grifar que no país vigora um contexto de guerra desde os processos de independência a finais do século XVIII; por isso, não é possível pensar as particularidades do país na região sem uma leitura do conflito armado em que está mergulhado. No marco do sistema capitalista, as dimensões da violência (econômicas, políticas, sociais e culturais) se materializam com logicas de exploração, expropriação e opressão. Porém, essas ditas expressões não são uma dinâmica isolada das elites colombianas, apresentam a instauração do neoliberalismo/imperialismo no país a partir das reformas ao Estado, as quais foram desenvolvidas como tema principal da pesquisa.

Más como foi o processo de implementação do neoliberalismo na Colômbia e nos outros países da região? e, o que possibilitou às elites políticas colombianas levar adiante um processo de despossessão coletiva (políticas neoliberais) enquanto prometiam ao país uma revolução social pacífica?

O principal expoente dessa estratégia econômica e política foi o governo de César Gaviria Trujillo (1990-1994) considerado pela literatura sobre o neoliberalismo como o período de uma transição de uma economia baseada no modelo de substituição de importações [*modelo de desenvolvimento protecionista*], a um modelo neoliberal de abertura econômica.

A partir da análise das condições objetivas e históricas apresentadas anteriormente sobre o contexto da Colômbia, da América Latina e do mundo, e tendo como principal objetivo a análise das contrarreformas feitas no Estado colombiano na década de 1990, as reflexões sobre o neoliberalismo no país giraram inicialmente em torno do modo de produção capitalista e suas relações sociais. As primeiras hipóteses levaram a pensar que o neoliberalismo atuou desmontando o Estado para favorecer a economia tendo como resultado um Estado agonizante e pouco envolvido com economia. Com o decurso da pesquisa viu-se que o processo de contrarreforma neoliberal fortaleceu a relação orgânica do Estado com o capital e possibilitou melhoras nas funções do mesmo.

O processo só foi possível a partir da análise da estratégia imperialista na América Latina e no mundo, que evidenciaram a subserviência da burguesia colombiana aos interesses dos Estados Unidos valendo-se de justificativas como o combate ao comunismo na luta contra a insurgência armada, e a luta contra as drogas e o narcotráfico, isso têm aprofundado a dependência econômica e política do país ao tempo que outros países da região como Equador, Uruguai, Argentina, Bolívia e Brasil experimentaram momentos progressistas.

A rota metodológica da pesquisa centrou-se na análise do Estado colombiano a partir da análise documental dos Planos Nacionais de Desenvolvimento, da Constituição Política de 1991, das principais leis e reformas feitas no aparelho estatal na década de 1990 nem sempre associadas às reformas de corte neoliberal. No mesmo sentido foram usados livros e artigos que se referissem ao tema do neoliberalismo no país, especificamente na década de 1990 e no relacionado ao Estado e suas atribuições. A exposição dos resultados da pesquisa da dissertação é realizada em três capítulos.

No primeiro capítulo abordam-se as análises desenvolvidas na tradição marxista sobre o imperialismo e o neoliberalismo como fases superiores do capitalismo e suas expressões e leituras contemporâneas. Assim, analisa-se o lugar da América Latina na divisão internacional do trabalho e os processos de configuração do capitalismo na região. Discute-se o neoliberalismo não como uma corrente ou proposta econômica e sim como uma doutrina

econômica, política, social e cultural que reforçou a racionalidade individualista nas diferentes esferas da existência humana.

No segundo capítulo apresenta-se uma discussão sobre o Estado, sua natureza, papel e funções nas lutas de classes e no modo de produção capitalista passando pelas principais características do Estado desenvolvimentista e do Estado contrainsurgente, e como têm sido sua configuração na América Latina. Analisa-se de forma particular a configuração do Estado capitalista na sua fase neoliberal. Por último foi construído o processo sócio-histórico de configuração do Estado colombiano no capital imperialismo numa análise que começa nas portas do século XX e vai até final da década de 1980. Para a exposição do processo apresentam-se dois momentos aparentemente diferenciados sobre as perspectivas econômicas adotadas para o desenvolvimento do país, “*respice polum*” e “*respice similia*”. Como será apresentado esses projetos só apresentaram leves diferenças no discurso e tentativas de implementação de políticas desenvolvimentistas, porém, na hora da implementação nenhum fez uma proposta fora do padrão de desenvolvimento construído até o momento.

Finalmente, o terceiro capítulo apresenta o processo de contrarreforma no Estado colombiano propriamente dito, aprofunda elementos que foram colocados ao longo da dissertação apresentado o processo de contrarreforma como resultado da configuração histórica do imperialismo no mundo. A discussão parte da identificação e análise da elite neoliberal colombiana, quais foram as pessoas que promoveram a implantação do neoliberalismo no país, e quais seus interesses nesse processo.

Posteriormente é apresentado o processo de construção da Constituição Política de 1991 a través da Assembleia Nacional Constituinte, os atores que participaram do processo e de novo, os interesses em jogo. A partir desse esclarecimento, são abordadas as principais reformas da Constituição ao Estado colombiano e suas principais funções no país. A pesquisa evidencia que a Constituição foi um elemento fundamental na implantação do neoliberalismo no país e no processo de contrarreforma estatal. O capítulo avança com a apresentação da contrarreforma a partir dos Planos Nacionais de Desenvolvimento apresenta as mudanças no planejamento nacional e principalmente, demonstra a continuidade no processo de neoliberalização, mesmo durante o governo de Ernesto Samper (1994-1998) um governo que foi apresentado como distante das políticas neoliberais. O capítulo encerra apresentando as principais descobertas sobre a descentralização, privatização e desregulamentação como elementos essenciais da contrarreforma.

CAPÍTULO 1

AS REGRAS DO JOGO: CAPITAL-IMPERIALISMO E NEOLIBERALISMO

Não basta saber ler que 'Eva viu a uva'.
É preciso compreender qual a posição que Eva ocupa no seu contexto social,
quem trabalha para produzir a uva e quem lucra com esse trabalho.

Paulo Freire
(Educação na cidade)

1.1. Novas faces do capitalismo

O sistema de produção e reprodução de relações sociais que configura o Modo de Produção Capitalista (MPC) está fundado na exploração da força de trabalho¹, na qual a propriedade privada dos meios de produção não pertence aos produtores diretos, e sim ao capitalista, ao burguês; assim, a força de trabalho é comprada pelo capitalista, mediante o salário, para gerar o lucro na esfera da produção. Nas palavras de Netto e Braz (2006, p. 111), o trabalho é “*além* de processo de criação de valor, *processo de valorização* do capital”; portanto o controle da classe capitalista sobre o processo de trabalho (a produção capitalista) assegura-lhe a produção de mais-valia, fim último da sua ação. Com a consolidação do comando da produção pelo capital, o desenvolvimento do capitalismo apresenta períodos de expansão e crescimento que convivem com desemprego e miséria, as crises e contradições constitutivas desse modo de produção.

Mészáros (2010, p. 69) identifica três defeitos estruturais no desenvolvimento do sistema: a separação entre produção e controle (feita na acumulação primitiva para gerar força de trabalho assalariada, a cisão entre meios de produção e produtor gera contradições no MPC); a independência e existência separada entre produção e consumo (por um lado existe excesso de consumo e por outro locais nos quais falta acesso aos bens materiais produzidos, isto é, o consumo não cresce igualmente com a produção); e a disjunção entre produção e circulação (a lógica concentradora do capital gera hierarquias globais e nas economias de cada país), defeitos todos que levam às crises estruturais.

Segundo Marx e Engels (2007, p. 45), as crises são inerentes ao capitalismo

¹Não é possível falar de MPC e exploração do trabalho sem fazer menção à escravidão, mesmo não sendo o objetivo do texto. É necessário apontar que a relação de trabalho só acontece entre seres livres que tem uma força de trabalho para vender; o caso das pessoas escravizadas faz parte dos meios de produção sendo que nada do que produz lhe pertence e que essa produção é assegurada pelo uso da violência extra econômica. Até hoje no capitalismo contemporâneo há sinais da concentração da superexploração do trabalho em grupos historicamente excluídos como a população negra, povos indígenas, mulheres, imigrantes, etc.

[...] a história da indústria e do comércio não é senão a história da revolta das forças produtivas modernas contra as modernas relações de produção, contra as relações de propriedade que condicionam a existência da burguesia e seu domínio. Basta mencionar as crises comerciais que, repetindo-se periodicamente, ameaçam cada vez mais a existência da sociedade burguesa. Cada crise destrói regularmente não só uma grande massa de produtos fabricados, mas também uma grande parte das próprias forças produtivas já criadas. Uma epidemia, que em qualquer outra época teria parecido um paradoxo, desaba sobre a sociedade – a epidemia da superprodução. A sociedade vê-se subitamente reconduzida a um estado de barbárie momentânea; como se a fome ou uma guerra de extermínio houvessem lhe cortado todos os meios de subsistência; o comércio e a indústria parecem aniquilados. E por quê? Porque a sociedade possui civilização em excesso, meios de subsistência em excesso, indústria em excesso, comércio em excesso. As forças produtivas de que dispõe não mais favorecem o desenvolvimento das relações burguesas de propriedade; pelo contrário, tornaram-se poderosas demais para estas condições, passam a ser tolhidas por elas; e assim que se libertam desses entraves, lançam na desordem a sociedade inteira e ameaçam a existência da propriedade burguesa.

Assim, as crises² são uma interrupção no processo de circulação provocada fundamentalmente pela queda da taxa de lucro além do seu nível ordinário, nelas geralmente há confluência das múltiplas contradições³ do MPC e embora estas não tenham uma única causa algumas delas podem ser consideradas mais determinantes para sua eclosão: a *anarquia da produção*; a *queda da taxa de lucro*; e o *subconsumo das massas trabalhadoras*. Mészáros (2010, p. 62–63) aponta o poder da crise sobre a estabilidade do sistema, caso seja uma crise estrutural, e não só de algum dos seus elementos.

Aún bajo la “normalidad” de las perturbaciones y bloqueos cíclicos relativamente limitados, la destrucción que acompaña a las consiguientes crisis socioeconómicas y políticas puede ser enorme [...] Por consiguiente no resulta demasiado difícil imaginar las implicaciones de una crisis sistémica, **verdaderamente estructural**, esto es, una que afecte al sistema del capital global no simplemente bajo uno de sus aspectos –el financiero/monetario, por ejemplo– sino en todas sus dimensiones fundamentales, cuestionando de un todo su viabilidad como sistema reproductivo social.

²Inicialmente as crises eram localizadas (a primeira crise envolveu praticamente apenas a Inglaterra), posteriormente ganharam uma dimensão mundial, até a eclosão da crise de 1873. Alguns estudos marxistas abraçaram a necessidade de compreender as crises do sistema identificando dois tipos de crise: as relacionadas com a tendência à queda da taxa média de lucro, e as relacionadas com a realização das mercadorias por conta da desproporcionalidade nas linhas de produção ou o subconsumo das massas. Para uma exposição crítica sobre as crises do sistema cf. os capítulos 8 a 10 de Sweezy “Teoría del desarrollo capitalista” (2007).

³Engels (1989) assinala que existe uma contradição fundamental da qual derivam todas as contradições da sociedade atual: eis a socialização da produção diante do caráter privado da apropriação do excedente, nesse sentido, as relações sociais da produção capitalista restringem o consumo ao tempo que estimulam o aumento ilimitado da produção ou como conclui Sweezy “la producción carece totalmente de objetivo a menos que se la encauce hacia una meta precisa en el consumo, pero el capitalismo trata de ampliar la producción sin ninguna referencia al consumo, que es el único que puede darle un sentido (SWEETZY, 2007, p. 183)”. Fundamental lembrar que dita contradição se expressa no nível político e histórico no processo de luta de classes.

Ao mesmo tempo em que as crises encarnam as contradições do sistema, constituem mecanismos para sua restauração em níveis mais complexos (criando condições para um aumento transitório da taxa de lucro), quer dizer, o MPC não só está constituído por contradições ele também baseia sua ampliação e dinamismo na reprodução e ampliação dessas contradições e é acompanhado no seu desenvolvimento histórico pela presença constante das lutas de classes.

No marco das contradições e crises que são próprias do MPC há uma lei tendencial que mobiliza especialmente a burguesia: *a queda da taxa de lucro*⁴ que aparece na medida em que cada capitalista, de forma particular, procura maximizar seus lucros, mas que choca diretamente com o interesse dos capitalistas de forma geral⁵, dessa forma a crise expressa o caráter particularmente contraditório assumido pela acumulação do capital, interesse do capitalista individual contra os interesses da classe capitalista. Se lembrarmos que o fim último da classe capitalista é a produção de mais-valia, poder-se-ia dizer que para compreender o MPC é necessário compreender como a burguesia tem desenvolvido meios para reverter a tendência à queda da taxa de lucro e suas implicações nas diferentes relações sociais.

Na tentativa de conservar a taxa de lucro a burguesia implementou diferentes meios chamados *contratendencias* (contrarrestam e anulam a lei da queda da taxa de lucro deixando só seu caráter *tendencial*): o barateamento dos elementos do capital constante, a elevação da intensidade da exploração, a depressão dos salários abaixo do seu valor, o exército industrial de reserva, o comércio exterior (SWEEZY, 2007). Essas *contratendencias* têm uma base nas relações sociais estabelecidas entre as economias capitalistas dos países centrais e as dos

⁴Sweezy apresenta uma crítica detalhada ao argumento de Marx que suporta a *tendência a queda da taxa de lucro* no pressuposto do aumento da composição orgânica do capital enquanto a taxa de mais-valia permanece constante, porém, a crítica só tem a intencionalidade de esclarecer as forças reais que tendem a deprimir a taxa de lucro. “[...] no hay ninguna suposición general de que los cambios en la composición orgánica del capital serán relativamente tan superiores a los cambios en la tasa de plusvalía que los primeros dominarán los movimientos en la tasa de ganancia. Por el contrario, parecería que debemos considerar las dos variables como de importancia aproximadamente coordinada. Por esta razón, la formulación de la ley de la tendencia decreciente de la tasa de ganancia por Marx no es muy convincente [...] Esto no significa que no haya ninguna tendencia de la tasa de ganancia a descender. [...] Lo único que he querido poner de manifiesto es que no es posible demostrar una tendencia decreciente de la tasa de ganancia comenzando el análisis por la composición orgánica del capital [...] Tras la composición orgánica ascendente del capital está el proceso de acumulación del capital, y es aquí donde debemos buscar las fuerzas que tienden a deprimir la tasa de ganancia” (2007, p. 124).

⁵“A concorrência obriga cada capitalista a tomar uma decisão (a de incorporar inovações que reduzam o tempo de trabalho necessário à produção da sua mercadoria) que lhe é *individualmente* vantajosa, mas que ao cabo de algum tempo limitada pelos outros [a pressão da concorrência obriga aos outros capitalistas a adotarem o novo método], tem como resultado uma queda da taxa de lucro para *todos os capitalistas* [grifos originais]” (NETTO; BRAZ, 2006, p. 153).

países periféricos⁶. Mesmo com essas providências o desenvolvimento do capitalismo continua apresentando prosperidade e depressão como expressões das suas crises, o que evidencia que *crise e contradições* não são independentes do movimento do capital e não podem ser suprimidas dentro do sistema, pois são constitutivas do mesmo. Conforme apresenta Sweezy existem também forças que podem deprimir a taxa de lucro: sindicatos, ação do Estado em prol dos trabalhadores; ou que tendem a elevá-la: organizações de empregadores, exportação de capital, formação de monopólios e a ação do Estado em favor do capital. “Esta enumeración de los factores que influyen en la tasa de ganancia, aunque de ningún modo completa, puede servir para mostrar que una gran variedad de fuerzas dispares, y aparentemente sin relación unas con otras, tienen un foco común en sus efectos sobre la tasa de ganancia” (Sweezy, 2007, p. 125–126).

O capitalismo é um sistema em permanente mobilidade e transformação graças ao desenvolvimento das forças produtivas e da sua procura por elevar a taxa de lucro; esse movimento e transformação estão permeados pela presença constante das lutas de classes (expressão sociopolítica das suas contradições) em todos seus níveis e dinâmicas. Ao longo da sua história seus elementos e interações se transformaram apresentando diferentes determinações ou fases: *capitalismo comercial*; *capitalismo concorrencial* e *capitalismo monopolista* também chamado *imperialismo*; no presente trabalho centraremos a atenção nas configurações e desenvolvimento da sua última fase.

Segundo Lenin (2012), o imperialismo é caracterizado fundamentalmente pelo surgimento dos monopólios, a mudança no papel dos bancos, a implementação de políticas macroeconômicas, o surgimento de instituições nacionais e supranacionais, e mudanças na funcionalidade e o papel do Estado, o *imperialismo* dominou o século XX e tem se consolidado como hegemônico no século XXI. Lenin ainda explica o processo histórico de transformação do capitalismo concorrencial em monopolista e as transformações que dão origem ao capital financeiro, a partir da fusão entre o monopólio industrial e o monopólio bancário, como uma redefinição do capital na sua relação com o espaço/tempo. Essas mudanças geram uma mutação no comportamento das classes sociais que vai ser o substrato social e ideológico do imperialismo. Contudo, antes de avançarmos é necessário sublinhar que

A transição histórica de uma época para outra jamais é consumada de maneira mecânica, como se, por exemplo, um modo de produção só pudesse surgir e tornar-se historicamente efetivo quando o modo de produção

⁶Uma problematização sobre a relação de desigualdade e dependência entre países periféricos e de centro será apresentada no ponto 2.

superado por ele já tivesse cumprido sua missão transformadora da sociedade. Os modos de produção que superam uns aos outros, as formas sociais e as estratificações de classes correspondentes irrompem na história entrecruzando-se e atuando uns contra os outros. Assim, desenvolvimentos que parecem iguais uns aos outros quando considerados abstratamente (por exemplo, a passagem do feudalismo para o capitalismo) encontram-se, em consequência do meio histórico alterado, numa relação absolutamente diferente com o todo social e histórico e, considerados em si mesmos, assumem uma função e um significado inteiramente novos (LUKÁCS, 2017, p. 64).

Com a configuração do *novo estágio* do capitalismo, denominado *imperialismo*, foram introduzidas novas *contratendências* que, apesar dos esforços da classe capitalista, não suprimiram as contradições próprias deste modo de produção. A partir de 1910 alguns marxistas desenvolveram diferentes trabalhos na procura de compreender as transformações que o sistema capitalista vinha apresentando desde finais do século XIX e que configuram a base do imperialismo, evidenciando que a teoria do imperialismo não deve ser lida exclusivamente sobre seu surgimento e desenvolvimento econômicos e sim compreendida no marco das forças concretas de classe que desencadeia e que atuam no seu interior.

Não é desnecessário acrescentar que esse debate é fundamental para a compreensão das medidas de acumulação do neoliberalismo, assunto essencial para a análise dos processos de contrarreforma no Estado colombiano uma vez que, como será apresentado no capítulo dois, estes seguiram as alamedas da acumulação ditadas pelo capitalismo e suas novas configurações. Procura-se aqui esboçar alguns pontos de viragem do imperialismo para compreender suas implicações na configuração ou reconfiguração das funções do Estado e não uma leitura sobre pontos de ascensão e crise do capital.

1.1.1. O Imperialismo

O capitalismo transformou-se num sistema universal de subjugação colonial e de estrangulamento financeiro da imensa maioria da população do planeta por um punhado de países “avançados”
Vladimir Lenin

Simultaneamente às mudanças sociais e políticas da segunda metade do século XIX aconteceram processos também fundamentais para o contexto histórico; os avanços na ciência e suas implicações na produção de aço e na obtenção de papel e alumínio, a turbina de vapor, o surgimento da indústria farmacêutica, a generalização do petróleo como combustível e a chegada da energia elétrica, todos processos basilares para a passagem a um novo estágio do capitalismo.

Bukharin, Hilferding e Luxemburgo apresentaram sua análise do capital financeiro e a interpretação econômica do *imperialismo*; baseado nesses trabalhos Lenin sintetizou o primeiro debate caracterizando-o como um *novo estágio* do capitalismo, com o surgimento dos monopólios e maior centralização do capital. Após a Primeira Guerra Mundial e mesmo com a crise de 1929 e a Segunda Guerra Mundial, o imperialismo apresentou uma fase de crescimento econômico sem precedentes e que não se repetiria. Com a crise da década de 1970 os estudos de Mandel identificaram uma alteração na morfologia do capital de então e seus métodos de reprodução configurando o que o autor chama “ondas longas do desenvolvimento capitalista”. Por fim, o debate se estendeu até a atualidade onde alguns autores contemporâneos analisam novas determinações do imperialismo, entre eles Achille Mbembe, David Harvey, Naomi Klein e Virgínia Fontes.

1.1.1.1. *O imperialismo clássico*

Surgiu a finais do século XIX como uma política de controle do mundo não capitalista pelo capitalista, promovendo mudanças sociais, econômicas e políticas. “À medida que a essência do imperialismo como capitalismo monopolista e sua guerra são determinadas como desenvolvimento e exteriorização necessários da tendência de concentração ainda maior, de monopólio absoluto, a estratificação da sociedade torna-se mais clara em sua relação com essa guerra” (LUKÁCS, 2017, p. 63). A estratificação da sociedade e o controle imperialista do mundo baseiam-se numa estrutura econômica e sociopolítica profundamente desigual nos países do centro e fundamentalmente nas relações entre estes e os países chamados periféricos ou dependentes. Segundo Lenin (2012) o imperialismo constitui um novo momento do desenvolvimento capitalista com clara predominância dos monopólios e do capital financeiro, é um reflexo da transição do capitalismo para uma ordem econômica e social superior na qual o Estado burguês desempenha um papel fundamental na consolidação da concentração e centralização do capital.

O capitalismo monopolista enquanto unidade dialética contempla tanto as dimensões econômicas e sócio-políticas da sociedade (forças produtivas, relações de produção, superestrutura jurídica e ideológica, etc.), quanto as relações de mútua determinação entre ditas dimensões, as conexões entre a exploração econômica e os condicionamentos políticos que conformam o sistema capitalista mundial; quer dizer, o imperialismo é um fenômeno

essencialmente econômico com necessárias implicações na estrutura social e política das sociedades. O estudo de Lenin (2012, p. 124) apresenta cinco características fundamentais para definir o imperialismo:

1) a concentração da produção e do capital alcançou um grau tão elevado de desenvolvimento que criou os monopólios, os quais desempenham um papel decisivo na vida econômica; 2) a fusão do capital bancário com o capital industrial e a criação, baseada nesse “capital financeiro” da oligarquia financeira; 3) a exportação de capitais, diferentemente da exportação de mercadorias, adquire uma importância particularmente grande; 4) a formação de associações internacionais monopolistas de capitalistas, que partilham o mundo entre si, 5) conclusão da partilha territorial do mundo entre as potências capitalistas mais importantes.

Para compreender a configuração do imperialismo é fundamental compreender a concepção do capital financeiro e do monopólio. O primeiro surge com a expansão da indústria que leva a uma maior concentração do capital bancário para transformá-lo em capital industrial. No processo de expansão da indústria e do desenvolvimento das forças produtivas os bancos passam a desempenhar novas funções de mediação alterando sua relação com as empresas e incrementando sua influência e interesse nelas o que acelera a concentração industrial. Conforme o estudo de Lenin (2012) a mediação dos bancos e o aumento tão elevado da concentração da produção e do capital conduzem ao monopólio. Segundo o autor, é preciso compreender o capital financeiro para além do capital controlado pelos bancos e utilizado pelos industriais (noção de Hilferding), para assumi-lo como a concentração da produção, os monopólios que surgem dela e a fusão entre o capital bancário e o capital industrial⁷.

Os monopólios são resultado da intensificação da concentração da produção e centralização do capital. A centralização do capital realiza-se pela união de capitais já existentes mediante carteis, trustes, etc. Uma das conjunturas que aguçou a concentração foi a chamada *combinação*, isto é a reunião numa empresa só, de diferentes setores da indústria (sejam fases sucessivas de elaboração da matéria-prima ou funções complementárias ou auxiliares do processo de produção), porém a mais importante circunstância para a criação dos monopólios é a livre-concorrência. A livre concorrência gera concentração da produção a qual num certo grau de desenvolvimento conduz ao monopólio; esta “é convertida em uma luta de vida ou morte entre os grupos monopolistas e entre eles e os outros, nos setores ainda não monopolizados” (NETTO, 2011, p. 23).

⁷Para evadir a confusão com o conceito de *capital financeiro* desenvolvido por Hilferding (1985), Sweezy (2007) propõe substituí-lo pelo termo *capital monopolista* que junta as definições de *capital financeiro* e de oligarquia financeira propostas por Lenin, sendo esta última o grupo de capitalistas industriais e banqueiros no controle da vida econômica e que tem, conseqüentemente, uma abissal influência política em escala nacional e internacional (LENIN, 2012).

O capitalismo imperialista resulta na socialização da produção, em particular, das invenções e os aperfeiçoamentos técnicos, no entanto a apropriação continua a ser privada. Assim, a concorrência transforma-se em monopólio e a associação monopolista acaba eliminando o livre comércio, como assinala Marx (2008a, p. 48)

[...] a concorrência só é possível porque os capitais se multiplicam e, sem dúvida, em muitas mãos. A formação de muitos capitais só é possível mediante uma acumulação multilateral porque, em geral, o capital só surge por acumulação, e a acumulação multilateral transforma-se necessariamente em unilateral. A concorrência entre os capitais aumenta a acumulação entre os capitais. A acumulação, que sob a dominação da propriedade privada e *concentração* do capital em poucas mãos, é geralmente uma consequência necessária quando os capitais são abandonados ao seu curso natural, e através da concorrência abre-se verdadeiramente caminho livre a esta determinação natural do capital.

A desigualdade nas taxas de lucro conduz à supressão da livre-concorrência (que se mantém devido a essa desigualdade), até que esta seja eliminada pelo fim da separação dos setores de produção. Desenvolve-se uma união entre os bancos e as empresas industriais e comerciais; a intervenção bancária acelera a concentração industrial; os bancos participam do lucro industrial e crescem na mesma proporção incentivando a monopolização, monopólio industrial e monopólio bancário. A concentração e centralização condicionam a reprodução ampliada do capital e explicam, segundo Lenin, o processo histórico de transformação do capitalismo competitivo ou da livre-concorrência em capitalismo monopolista “a mudança fundamental que caracteriza o esgotamento definitivo do papel progressista do capitalismo como modo de produção” (Lenin, 2011, p. 38–39). Os dois processos mudam a concorrência própria do modo de produção capitalista, na medida em que esta é reduzida à concorrência entre grandes e poderosas empresas a “livre-concorrência” e a “livre-iniciativa” ficam cada vez mais distantes.

No seu desenvolvimento, a acumulação do capital junto à concentração e centralização impacta a classe trabalhadora com os processos de pauperização decorrentes da exploração como o desemprego⁸ que gera o conhecido *exército de reserva* (grande número de trabalhadores desempregados que não encontra compradores para sua força de trabalho), que embora não seja uma criação consciente dos capitalistas é usado estrategicamente por ela para

⁸Segundo Netto e Braz não há exemplo de economia capitalista sem desemprego, só há possibilidade de ter variação nas taxas de desemprego. “No final do século XX (1994), especialistas definiram “a crise do desemprego” como “a grande questão social para os próximos vinte anos”, depois de constatar que “em 1973, o número de desempregados nos países da OCDE era de 11,3 milhões de indivíduos [...] e em 1991, o número de desempregados [nos mesmos países] era superior a 30 milhões” (GRUPO DE LISBOA, 1994, p. 68 apud NETTO; BRAZ, 2006, p. 133).

pressionar os salários para baixo ou para tornar competitivas empresas com baixa composição orgânica do capital.

O capital financeiro em poucas mãos obtém um lucro que aumenta com a constituição de sociedades anônimas, emissão de valores, empréstimos do Estado, etc. consolidando assim a dominação da oligarquia financeira. A força do capital monopolista para a dominação do poder do Estado altera a estrutura da sociedade e a burguesia, que foi vanguarda da revolução, deixa de ser antagônica ao capital para se transformar em classe dominante, uma classe conservadora preocupada em defender e manter a conservação da nova ordem. Com a ascensão da burguesia o proletariado toma seu lugar como classe oprimida e potencialmente revolucionária, segundo Marx (2011a, p. 50)

A burguesia tinha a noção correta de que todas as armas que havia forjado contra o feudalismo começavam a ser apontadas contra ela própria, que todos os recursos de formação que ela havia produzido se rebelavam contra a sua própria civilização, que todos os deuses que ela havia criado apostataram dela. Ela compreendeu que todas as assim chamadas liberdades civis e todos os órgãos progressistas atacavam e ameaçavam a sua dominação classista a um só tempo na base social e no topo político, ou seja, que haviam se tornado “socialistas”.

Cresce assim o antagonismo de classes com o capital monopolista no comando e fica ainda mais claro que o processo de acumulação exige a existência dos “pobres”. Para manter essa nova ordem, fundamentalmente econômica, promove-se o governo do “poder forte”, ou seja, o caráter político militar de controle e coerção da burocracia autoritária. Isto também ratifica que não só as estruturas de classes afetam a configuração das formas políticas, estas também afetam o movimento de classes.

O capital monopolista penetrou em todos os aspectos da vida social provocando não só importantes mudanças no comportamento das classes sociais, gerando assim a base social e ideológica do imperialismo, também acentua o antagonismo e a competição pela acumulação entre os grupos sociais burgueses o que leva a uma política externa centrada no mercado. “O controle da economia, das finanças e dos assuntos do Estado transforma a luta pelo controle territorial da economia mundial e a violência como método de acumulação - o imperialismo - em razão de Estado” (LENIN, 2011, p. 40). Como assinala Mészáros (1996, p. 23), as relações de dominação e subordinação entre Estados não pode tornar-se significativamente diferente, pois o capital como força controladora do processo de reprodução econômica e social, não pode senão ser hierárquico e autoritário nas suas determinações mais íntimas. “Como poderia, então, um sistema político e social, caracterizado na sua variedade capitalista

pelo “autoritarismo da fábrica e pela tirania do mercado” (Marx), ser equitativo no plano internacional?” As associações monopólicas internacionais e seu desejo de partilhar o mundo tem sua raiz nas ideologias colonialistas⁹. Sobre este aspecto é importante assinalar a noção de colonialismo interno de González Casanova (2007, p. 432),

A definição do colonialismo interno está originalmente ligada a fenômenos de conquista, em que as populações de nativos não são exterminadas e formam parte, primeiro do Estado colonizador e depois do Estado que adquire uma independência formal, ou que inicia um processo de libertação, de transição para o socialismo, ou de recolonização e regresso ao capitalismo neoliberal. Os povos, minorias ou nações colonizadas pelo Estado-nação sofrem condições semelhantes às que os caracterizam no colonialismo e no neocolonialismo em nível internacional: 1) habitam em um território sem governo próprio; 2) encontram-se em situação de desigualdade frente às elites das etnias dominantes e das classes que as integram; 3) sua administração e responsabilidade jurídico-política concernem às etnias dominantes, às burguesias e oligarquias do governo central ou aos aliados e subordinados do mesmo; 4) seus habitantes não participam dos mais altos cargos políticos e militares do governo central, salvo em condição de “assimilados”; 5) os direitos de seus habitantes, sua situação econômica, política social e cultural são regulados e impostos pelo governo central; 6) em geral os colonizados no interior de um Estado-nação pertencem a uma “raça” distinta da que domina o governo nacional e que é considerada “inferior”, ou ao cabo convertida em um símbolo “libertador” que forma parte da demagogia estatal; 7) a maioria dos colonizados pertence a uma cultura distinta e não fala a língua “nacional”. Se como afirmara Marx “um país se enriquece às custas de outro país” igual a “uma classe se enriquece às custas de outra classe”, em muitos Estados-nação que provêm da conquista de territórios, chame-se Impérios ou Repúblicas, a essas duas formas de enriquecimento juntam-se as do colonialismo interno.

O papel que o Estado desempenha na consolidação dos monopólios e o controle da oligarquia financeira sobre a política no capitalismo monopolista criam uma economia mundial própria de caráter expansionista sendo a partilha colonial¹⁰ do mundo mais lucrativa

⁹“A política colonialista desenvolvida pelo capitalismo, baseada no nacionalismo, militarismo e racismo, explora os povos coloniais não de modo simplesmente predatório, como foi o caso no início do desenvolvimento do capitalismo, mas *ao mesmo tempo revoluciona sua estrutura social, capitalizando-a*. É óbvio que isso ocorre com o objetivo de uma exploração ainda maior (exportação de capitais, [transações lucrativas, concorrência por matéria prima] etc.); porém, contrariando as intenções do imperialismo, o resultado é que nos países coloniais criam-se as bases de um desenvolvimento burguês próprio cuja consequência ideológica necessária é *uma luta pela autonomia nacional*” (LUKÁCS, 2017, p. 64).

¹⁰A partilha do mundo concretizou-se com a **partilha econômica** orquestrada pelos monopólios “[...] já antes da Primeira Guerra, o mercado de petróleo foi objeto de acordos entre a *Standard Oil* (norte-americana) e a *Royal Dutch Shell* (anglo-holandesa); na indústria eletrotécnica, em 1907, um acordo entre a *General Electric/GE* (norte-americana) e a *Allgemeine Elektrizitätsgesellschaft/AEG* (alemã) garantiu à primeira os mercados americanos e à segunda os europeus e parte dos asiáticos. Tais acordos, que não eliminam a concorrência entre os monopólios, mas estabelecem limites temporários a ela” (NETTO; BRAZ, 2006, p. 182); e a **partilha territorial** no comando dos Estados imperialistas “Essa partilha territorial do mundo foi posta em questão em 1914: como já não existiam mais territórios “livres”, qualquer nova expansão haveria de fazer-se mediante o confronto entre os Estados imperialistas – é assim que explode a Primeira Guerra Mundial, expressão dos conflitos interimperialistas, conflitos que também responderiam pela Segunda Guerra Mundial” (Ibid., p. 183).

para o capital monopolista que a independência política dos países periféricos. Assim, guerra e mundialização constituem-se como traços indispensáveis do imperialismo. Nesse sentido, o colonialismo interno evidencia o racismo como instrumento do imperialismo para explorar e oprimir territórios que vivem sob um regime colonial ou neocolonial.

A história do capitalismo sempre esteve acompanhada por guerras com alta presença do nacionalismo e do militarismo, porém, sob o imperialismo a indústria bélica torna-se um componente central da economia e da política (ao longo do século XX os orçamentos estatais beneficiaram a indústria bélica a pretexto de “combater o comunismo”). A indústria bélica atua como um elemento de contenção das crises fazendo contrapeso ao subconsumo das massas trabalhadoras e permitindo a valorização de grandes massas de capitais.

Como no capitalismo competitivo além da intervenção militar há uma invasão comercial que no imperialismo ganha maior relevância passando da exportação de mercadorias à exportação de capitais fundamentalmente na forma de empréstimos (créditos concedidos em troca de juros a capitalistas de outros países) e de capital produtivo (dirigida especificamente a países menos desenvolvidos); os dois casos, sob o comando da ideologia colonialista, levam a uma subordinação da economia dos países devedores às decisões tomadas sem o seu controle e com a repatriação dos lucros dos capitalistas estrangeiros “[...] estabelece-se uma relação de *domínio e exploração* entre credor e devedor, que se expressa claramente nos vínculos entre os monopólios (e os governos de seus países) e os países (e seus governos) devedores [grifos originais]” (NETTO; BRAZ, 2006, p. 182). Ao se consolidar como um sistema econômico mundial, o imperialismo induziu a uma *divisão internacional do trabalho* baseada na hierarquização das economias nacionais. As exportações de capitais junto com a divisão internacional do trabalho serão aprofundadas no ponto 1.2.

Na compreensão do imperialismo há outros dois elementos que merecem menção, a supercapitalização e o parasitismo. A supercapitalização tem a ver com uma forte liquidez de capital em busca de valorização o que leva a investimentos que não necessariamente produzem mais-valia de forma direta, mas que incrementam a mais-valia em algumas circunstâncias. Cabe ressaltar que este processo se desdobra em três fenômenos importantes: a emergência da indústria bélica; a fuga de capitais dos limites dos Estados nacionais e a consolidação de investimentos “improdutivos” (NETTO, 2011).

Os monopólios, a oligarquia, a tendência para a dominação em vez da tendência para a liberdade, a exploração de um número cada vez maior de

nações pequenas ou fracas por um punhado de nações riquíssimas ou muito fortes: tudo isto originou os traços distintivos do imperialismo, que obrigam a caracterizá-lo como capitalismo parasitário ou em estado de decomposição. É com relevo cada vez maior que emerge, como uma das tendências do imperialismo, a formação de “Estados” rentistas, de Estados usurários, cuja burguesia vive cada vez mais à custa da exportação de capitais e do “corte de cupons”. Seria um erro pensar que esta tendência a decomposição exclui o rápido crescimento do capitalismo (LENIN, 2012, p. 167).

O parasitismo refere-se à possibilidade de dissensão entre a propriedade e a gestão dos capitais. A exportação de capitais acentua ainda mais a separação entre o setor dos rentistas e a produção; por conta do parasitismo econômico “o Estado dominante utiliza as suas províncias, colônias e países dependentes, para enriquecer a sua classe dirigente e subornar as classes inferiores para conseguir a sua aquiescência” (LENIN, 2011, p. 236). Se expressa no assalariamento das funções gerenciais e na ideia de que o capital se valoriza a si próprio. O parasitismo conforma as oligarquias financeiras, cujo principal mecanismo de valorização do valor será o emprego do capital fictício, operando concretamente a ampliação do sistema de crédito (com ênfase no capital acionário), do sistema bancário e da dívida pública.

No período do imperialismo clássico, como consequência da acumulação capitalista e a luta de classes, dá-se ênfase a “questão social”. A categoria surge para dar conta dos impactos do pauperismo gerado pela primeira onda industrializante na Europa no final do século XVIII. “Pela primeira vez na história registrada, *a pobreza crescia na razão direta em que aumentava a capacidade social de produzir riquezas* [grifos originais]” (NETTO, 2001, p. 42), quer dizer, a “questão social” está necessariamente ligada à sociedade burguesa. A questão social é explicada pelo processo de acumulação ou reprodução ampliada do capital (incorporação permanente de inovações tecnológicas¹¹, aumento da produtividade, diminuição do tempo de trabalho) quer dizer, o conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista; não se designa como “questão social” a desigualdade e pobreza indistintamente e sim aquelas que têm sua existência fundada pela produção social coletiva enquanto a apropriação se mantém privada, monopolizada (IAMAMOTO, 1999), portanto não pode ser

¹¹O desenvolvimento tecnológico torna-se determinante do desemprego pela sua utilização no interior das leis de reprodução do capitalismo, no qual as necessidades humanas estão subordinadas à valorização do capital. “Isso poderia levar à errônea interpretação de que a incorporação de novas tecnologias à produção seja necessariamente negativa por substituir o trabalho humano [...] Na verdade, o progresso técnico é fator de extrema importância exatamente por proporcionar a diminuição da quantidade de horas de trabalho necessário por dia. Vejam, no entanto, que não é esse o objetivo do processo capitalista de produção, pois este não se satisfaz com o tempo de trabalho socialmente necessário para produzir as respostas às necessidades humanas, realizando sempre para além deste, a busca da valorização do capital, ou seja, a obtenção de mais-valia” (SANTOS, 2012, p. 27).

entendida como expressão da pobreza, mas das desigualdades e contradições do sistema capitalista.

A exploração não é um fato específico do capitalismo, há formas de exploração que precedem a ordem burguesa, mas com o capitalismo tornou-se uma exploração efetivada num marco de contradições e antagonismos, (NETTO, 2001), ou seja, a “questão social” não representa os desdobramentos de problemas sociais que a sociedade burguesa herdou e sim dos que foram criados com a sociabilidade sob o comando do capital, isto é, a “questão social” é constitutiva do desenvolvimento capitalista. Está determinada pela relação capital-trabalho, mas não se esgota só em temas de trabalho, são as manifestações sócio-políticas e humanas que se designa por “questão social” e deve ser analisada e compreendida nas suas novas expressões¹² segundo as particularidades de cada momento e contexto histórico.

Entre finais do século XIX e inícios do século XX a necessidade de maximizar os lucros com o controle do mercado junto às demandas dos trabalhadores através da luta de classes leva a mudanças na funcionalização do Estado. Assegurando as condições externas de reprodução do sistema o Estado sempre interveio no processo econômico capitalista¹³, porém, na fase imperialista do capitalismo sua funcionalidade e papel mudam até articular suas funções políticas com as econômicas e integrar os aparatos privados dos monopólios com as instituições estatais (na mediação da correlação de classes e forças sociais), direcionando a intervenção estatal para garantir a obtenção de lucro. Assim, o Estado opera para propiciar as condições de acumulação e valorização do capital ganhando o epíteto de “comité executivo” da burguesia monopolista¹⁴. Só nesse contexto próprio das contradições do capitalismo na fase imperialista, com o Estado procurando legitimação social através do jogo da democracia e com a organização proletária, as expressões da “questão social” tornam-se alvo de políticas

¹²Alguns autores como Pierre Rosanvallon (1998) apresentam a existência de uma nova “questão social” sob o suposto de que os novos fenômenos sociais não estão vinculados à relação contraditória entre capital e trabalho. Embora haja novas configurações da “questão social” (terceirização laboral, precarização nos contratos trabalhistas, aprofundamento nas condições de exploração) diversos autores defendem a tese de que não há uma nova “questão social” e sim novas expressões da “questão social”, dadas pelas mudanças nos processos de acumulação e reprodução do capitalismo, tais quais, Iamamoto (2000), Mota (2000) e Netto (2001).

¹³“Pocos negarán probablemente que el Estado desempeña un papel fundamental en el proceso económico. Hay muchos aún, sin embargo, que argumentarían que el Estado puede y debe quedar fuera de la teorización económica. [...] Todo esto cambia cuando se adopta la opinión de que la economía es la ciencia de las relaciones sociales de producción bajo condiciones históricamente determinadas. El no incluir al Estado en la materia de la economía se convierte entonces en una omisión arbitraria e injustificable” (SWEEZY, 2007, p. 235).

¹⁴No capítulo II será trabalhado em maior detalhe o papel do Estado na sociedade capitalista, por enquanto é fundamental assinalar que as transformações do Estado, resultantes da constituição dos monopólios, realizaram-se paralelamente a uma mudança organizativa no proletariado e ao surgimento de partidos operários de massas, o que vai ter implicações para o avanço da ordem econômica monopolista e a consolidação do poder político.

sociais¹⁵, quer dizer, a “questão social” é internalizada na ordem econômico-política, ao tempo em que o Estado continua assegurando as condições para o desenvolvimento do capitalismo.

A crise de 1929 criou a possibilidade de concretizar a configuração mundial do capitalismo e do imperialismo; com ela revelou-se a necessidade de novas formas de intervenção do Estado na economia capitalista, necessidade estritamente econômica que foi condicionada pelo contexto sociopolítico. A organização dos setores operários da Europa Ocidental e o temor da burguesia de ocidente ao “contágio” dos seus trabalhadores pela experiência socialista da Revolução Russa expressado no surgimento de Partidos Comunistas finalizada a Primeira Guerra Mundial, levaram à instauração do regime político mais adequado para o livre desenvolvimento dos monopólios, *o fascismo*.

A nova forma de intervenção do Estado deu-se nos países onde as raízes democráticas eram débeis e o movimento operário tinha sido mais golpeado (Itália e Alemanha), concretizou-se com a supressão de todos os direitos e garantias ao trabalho, a regulação da massa salarial conforme os interesses dos monopólios, a militarização da vida social com o consequente investimento na indústria bélica (o nacionalismo e o militarismo mudam seu caráter de realizar unificação interna e tornam-se armas na luta mundial contra grupos capitalistas rivais), e a renovação do racismo e o clericalismo, todas conforme a natureza antidemocrática do capital. Como apontam Netto e Braz “Entretanto, são equivocadas as análises segundo as quais o fascismo tenha se esgotado com a derrota que sofreu em 1945; de fato, *desde que exista o controle monopolista da economia, a possibilidade do fascismo é sempre real* [grifos originais]” (2006, p. 194). Um bom sustento contemporâneo poder ser contemplado nas eleições de Donald Trump nos Estados Unidos e Jair Bolsonaro no Brasil.

Nos países nos quais o fascismo não foi uma opção possível para o monopólio (sociedades com raízes democráticas mais fundas e movimento operário e sindical mais forte: Inglaterra, França, Estados Unidos, Europa Nórdica), implementou-se uma participação estatal no nível dos investimentos, com mudanças no papel do Estado sob a direção da teoria do intervencionismo estatal apresentada por Keynes (em representação da burguesia inglesa) e cujo objetivo era a regulação dos ciclos econômicos. Segundo o intelectual o capitalismo não

¹⁵A mudança no fundamento da política social sob o olhar imperialista deve ser motivo de análises profundas, porém, pela dimensão do presente trabalho, centramos nossa atenção na contrarreforma no Estado, desenvolvida no mesmo marco.

dispõe da faculdade para o uso pleno dos recursos econômicos o que faz necessária a regulação do Estado.

A ampla literatura sobre o tema permite reunir os argumentos associados ao surgimento do Welfare State (WS)¹⁶ em dois grupos: 1) de prioridade econômica como ordem natural das coisas; ou como resposta as necessidades criadas pela acumulação do capital; 2) de prioridade política como ampliação de direitos, ou como acordo entre capital e trabalho organizado. Wilensky (1975), Titmuss (1963) e Marshall (1967), com algumas especificidades e diferenças concordam que as condições para a emergência e desenvolvimento do Welfare State são predominantemente econômicas, apresentando-o como um desdobramento necessário das mudanças próprias da industrialização e naturais da ordem social. Também com argumentos de prioridade econômica, mas não como o desenvolvimento da ordem natural e sim como resposta as necessidades de acumulação e legitimação do sistema capitalista, O'Connor (1977) e Offe (1972) apresentam o Welfare State como um fenômeno das sociedades capitalistas avançadas que criam problemas endêmicos e necessidades não atendidas que precisam compensar.

Nos argumentos com predominância política encontram-se, primeiro, desde uma visão de ampliação de direitos, Rossanvallon (1998) quem o coloca como um prolongamento do contrato social ou radicalização do estado protetor clássico onde os direitos econômicos e sociais aparecem naturalmente como um prolongamento dos direitos civis; também se encontram argumentos que o analisam como um acordo entre capital e trabalho, nesse sentido Gough (1979) assegura que no contexto da pós-guerra a pressão dos movimentos sociais e escassez da mão-de-obra levou a reformulação do Estado, fato que explica uma fase social no capitalismo, um acordo no meio da contradição capital-trabalho.

Em relação ao entendimento do WS/EBS como um pacto entre classes sociais (no qual o proletariado renuncia à luta contra o capitalismo em troca de melhores condições proporcionadas pelo capital), entendemos que não é possível a construção de um pacto entre classes com poderes desiguais, no caso, a burguesia detém o poder político e econômico, enquanto os trabalhadores só possuem sua força de trabalho.

Assim, o WS/EBS não é mais do que a sistematização de políticas sociais, de direitos que atuam como mecanismos para ocultar as contradições de classe, e atenuar as

¹⁶Na França conhecido como État-Providence (Estado de Providência), na Alemanha como Sozialstaat (Estado Social) ou Estado de bem-estar social segundo as referências brasileiras (EBS).

consequências do capitalismo. O Welfare State tornou-se um termo fundamental para a discussão sobre política social, sendo que incorporou o conceito ampliado sobre seguridade social com uma proposta de padronização dos benefícios e inclusão de novos como acidente de trabalho, abono familiar, auxílio a maternidade, entre outros (BEHRING; BOSCHETTI, 2007).

No decorrer do capitalismo monopólico, o Estado vestiu as políticas keynesianas materializando-as no WS/EBS operando como empresário capitalista em alguns setores da economia e adotando a reprodução da força de trabalho através de programas sociais, com algumas variações nacionais em relação ao tipo de gastos públicos (os governos socialdemocratas concentraram-se em gastos sociais e o governo americano voltou-se para a Guerra Fria com concentração nos gastos militares).

Segundo as assistentes sociais Elaine Behring e Ivanete Boschetti (2007, p. 92), o fator decisivo deste tipo de Estado foi a regulamentação das relações sociais e na economia ao ponto que houve um incremento no orçamento social dos países da Europa que integravam a OCDE “cuja média de gasto, em relação ao produto interno bruto, passou de 3%, em 1914, para 5% em 1940, entre 10% a 20% em 1950 e 25% e 1970”. Keynes (2010, p. 369-372) aponta aos valores que devem orientar o Estado de bem-estar e suas políticas, advertindo que a ampliação de direitos não implica uma mudança na estrutura da sociedade

Quando a acumulação de riqueza já não for de alta importância, haverá grandes mudanças no código moral [...] Estaremos então livres, afinal, para descartar todos os costumes sociais e práticas econômicas que afetam a distribuição de riqueza e de recompensas e penalidades econômicas, que agora mantemos a todo custo, por mais desagradáveis e injustos que possam ser em si mesmos, por serem enormemente úteis para a acumulação do capital [...] Mas cuidado! Ainda não chegou a hora para isso. Durante pelo menos outros cem anos devemos fingir para nós mesmos e para todos os outros que o bom é ruim e o ruim é bom, porque o *ruim é útil e o bom não é*. A avareza, a usura e a prudência devem ser nossos deuses ainda por algum tempo. Somente elas podem nos tirar do túnel *da necessidade econômica* para a luz do dia [*tradução noossa*].

A partir desses elementos é possível observar que a política social se consolidou durante o imperialismo e como resposta do Estado à “questão social” buscando intervir minimamente em suas expressões de forma fragmentada; ou seja, o Welfare State foi uma forma de atuação do Estado na sua relação orgânica com capital (esse aspecto será aprofundado no capítulo II).

1.1.1.2. Os “anos dourados”

Período do imperialismo abarcado do fim da Segunda Guerra Mundial até inícios da década de 1970. Temporada distinguida por resultados econômicos nunca vistos (sem suprimir as crises constitutivas do sistema, mas atenuando seus impactos com a ação intervencionista do Estado) e que não seriam apresentados nas épocas posteriores. Nesse contexto histórico o capitalismo e a ordem burguesa foram alvo de amplas críticas e questionamentos fundamentalmente por conta de três processos: A vitória da União de Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) contra o fascismo, que levou alguns países a romper com o capitalismo e se dispor à experiência socialista; as conquistas dos movimentos operário e sindical, na maioria dos países da Europa Ocidental, impondo limites e restrições aos monopólios; e a mobilização anticolonialista de caráter mundial, com a luta pela libertação nacional por vezes derivando em opções socialistas (China, Vietnã, algumas nações africanas, Cuba).

Durante a Segunda Guerra os Estados Unidos produzia a metade do carvão, da eletricidade e dos terços do petróleo mundial, ao tempo em que possuía uma grande indústria manufatureira para produção de barcos, automóveis, armamento e máquinas; por tanto, sua grande acumulação de riqueza na época foi fundada na indústria bélica, empréstimos aos países envolvidos nas guerras e venda de commodities e alimentos; além disso seu território não sofreu danos por não ser arena das operações militares o que contribuiu para a consolidação da sua hegemonia.

Com a direção (militar, política e econômica) do sistema imperialista nas mãos dos Estados Unidos incrementou-se a luta contra o comunismo que se desdobra para além do colapso das experiências socialistas em 1989.

[...] o combate ao comunismo e a todas as ideias sociais avançadas teve nos Estados Unidos o seu centro irradiador, seja através da condução da *Guerra Fria* e da corrida armamentista, seja de intervenções abertas (Coreia, 1950-1953, Vietnã, 1963-1975) ou veladas (Irã, 1952, Congo, 1961, Indonésia, 1965, a lista é infinita...), seja reprimindo a divergência nas suas próprias fronteiras (de que o *macarthismo* foi o exemplo mais emblemático, mas não o único) [grifos originais] (NETTO; BRAZ, 2006, p. 197).

Para garantir sua expansão econômica e com medo da depressão que poderia gerar o retorno das tropas militares ao mercado de trabalho (como aconteceu na década de 1930), o novo comando preparou, através da Organização das Nações Unidas (ONU) reconhecida só

em 1945, uma conferência monetária e financeira conhecida como conferência de Bretton Woods, sob o pretexto de restabelecer e redesenhar a situação econômica e social da pós-guerra. Na conferência, e por recomendação dos respeitados economistas Harry White e John Maynard Keynes, foram criados o Fundo Monetário Internacional (FMI), para questões fiscais e monetárias; o Banco Mundial (BM), para questões financeiras e estruturais, os dois começaram a operar em 1946 e em 1970 tornaram-se liberadores de mercados mundiais; e o Acordo Geral de Tarifas e Comércio (GATT do inglês “General Agreement on Tariffs and Trade”), instituição provisória da Organização Internacional do Comércio (OIC) para cooperação econômica internacional. O GATT começou a operar em 1947 e tinha como objetivo a redução de obstáculos às trocas entre as nações, em particular as tarifas e taxas aduaneiras, foi substituído em 1995 pela Organização Mundial do Comércio (OMC).

O objetivo dos acordos de Bretton Woods foi instituir uma nova ordem econômica internacional e dar estabilidade às transações comerciais através de um sistema mundial com um tipo de câmbio sólido e estável baseado no domínio do *dólar*, o que assegurou a regulação monetária dos Estados Unidos aos países do mundo dado que as compras e vendas internacionais deveriam ser calculadas nessa moeda. Para isso foi adotado o *padrão dólar-ouro*. A partir desse padrão a nova potência garantia o valor de 35 dólares a cada onça de ouro; os países adscritos ao acordo endividaram em poucos anos convertendo aos Estados Unidos no banco do mundo ao ser o país com maior capital econômico.

O imperialismo registrou novas configurações essencialmente na exportação de capitais, o fluxo maior dos capitais passou a girar entre os próprios países imperialistas, deixando as transferências para países periféricos fundamentalmente na área dos empréstimos, esses ditos empréstimos concretizaram-se na América Latina em supostos planos de ajuda econômica como o Marshall e a Aliança para o Progresso; e no sistema de relações e acordos militares que permitiu às tropas estadunidenses realizar uma ocupação disfarçada dos territórios em quase todos os países capitalistas. Também houve mudanças significativas na organização do trabalho industrial, o *taylorismo-fordismo* tornou-se o padrão para a produção industrial. Esse padrão vigorou ao longo do século XX e teve sua base na produção em massa (homogeneizada, verticalizada, fragmentada e parcelada) de mercadorias. Caracterizado pela racionalização das operações, o combate ao “desperdício” na produção, a redução do tempo, o incremento no ritmo de trabalho, a redução da ação operária a atividades repetitivas e a combinação da produção em série fordista com o cronômetro taylorista levando a perda de destreza do operariado, que passou a ser um apêndice da máquina-ferramenta e instituindo

formas mais intensas de exploração. O ideal era consolidar o tripé capital, trabalho e Estado como resultado do desenvolvimento do capitalismo e do equilíbrio relativo na relação de força entre burguesia e proletariado que se instaurou com decênios de lutas (ANTUNES, 2001).

Durante os “anos dourados” os capitalistas preocupavam-se com os consumidores porque a tendência ao subconsumo das massas diminuiu graças à implantação do sistema de créditos ao consumidor e ao incremento moderado dos salários (mostra disso é o famoso incremento salarial de Henry Ford para que seus trabalhadores conseguissem comprar seus carros). Netto e Braz (2006) acrescentam que o consumo de mercadorias leves, equipamentos domésticos e automóveis também contribuiu à expansão da hegemonia dos Estados Unidos através da promoção do chamado *estilo de vida norte-americano* e o *sonho americano* que impôs (agressivamente e apesar dos processos de resistência) valores de vida dessa cultura específica sobre as outras, com a indústria cultural, especificamente o cinema, espalhando as ideias dominantes do grande capital e instaurando o inglês como *língua mundial*. Nesse sentido Borón (2014, p. 57) aponta:

En este renovado ambiente cultural y político el imperialismo dejó de ser una mala palabra, una caracterización vergonzante o un baldón del que había que cuidarse y se convirtió –al igual que el colonialismo en la Inglaterra de la época victoriana– en un timbre de honor para una nación que se había arrogado la responsabilidad mesiánica de llevar la libertad, la justicia y la democracia por toda la superficie del orbe. En una palabra: de civilizar a un mundo bárbaro que desconocía, o repudiaba, los valores del *American way of life* [grifos originais]

Visando à consolidação do tripé (capital, trabalho e Estado), Keynes apresentou a proposta da inflação¹⁷ para evitar uma crise em curto prazo e justamente esse, o argumento da crise, fundou a dura crítica de Hayek, principal teórico do neoliberalismo, quem arguia em favor da crise em curto prazo e a suposta estabilidade no futuro. Porém, a ameaça do desemprego permanente e da estagnação da produção foi mais forte, levando aos grupos mais importantes do capital monopolista, junto às considerações políticas da classe burguesa e os Estados imperialistas (dadas pela mudança na correlação de forças sociais no pós-45), a optar pela inflação permanente.

A inflação permanente é a inflação do dinheiro bancário que segundo Mandel é a forma de criação de dinheiro própria desta fase do capitalismo para facilitar a reprodução

¹⁷Fenômeno que aparece no século XIX com a hipertrofia das despesas estatais gerada pela guerra. “En efecto, desde el punto de vista monetario, la producción de armamentos tiene una característica particular: incrementa el poder de compra en circulación sin crear frente a él un flujo suplementario de mercancías como contra valor.” (MANDEL, 1971, p. 144).

ampliada em longo prazo. Com a criação independente de dinheiro por parte dos bancos a inflação deslocou-se do capital comercial para as companhias do setor da produção, quer dizer há uma base de ouro sobre a qual se estendeu uma camada maior de papel moeda, sobre a qual se estendeu uma camada ainda maior de dinheiro bancário, sendo este último a principal fonte de inflação. Inflação monetária revestida na forma de inflação de crédito representando crédito para a produção de empresas capitalistas e créditos ao consumidor particular (principalmente para compra de bens duráveis) (MANDEL, 1976). Assim, a inflação instalou-se cumprindo funções de manutenção do sistema como ocultar a redução do valor das mercadorias; facilitar a acumulação de capital; dissimular a alta taxa de mais-valia; e resolver temporariamente as dificuldades de realização por meio da expansão do crédito; garantindo dessa forma a elevação dos preços das mercadorias.

La inflación permanente, incluso cuando es más o menos “moderada” o “congelada”, como ocurre actualmente con los Estados Unidos (y como ocurrió con la Alemania nazi), implica siempre una redistribución de la renta nacional. Sus primeras víctimas son los titulares de ingresos estables, así como todas las capas de asalariados que no disponen de los medios y de la fuerza sindical necesaria para defender sus ingresos reales. Sin embargo, cuando la economía continúa en expansión general, esta redistribución no implica necesariamente una agravación absoluta del nivel de vida de los trabajadores [...] pero implica que la parte correspondiente a los asalariados en el producto social creciente es menor que la que les hubiera correspondido con una moneda estable. La inflación es en este caso un medio de neutralización relativa de la fuerza sindical, y no, como afirman imprudentemente los medios conservadores, el “resultado de la presión sindical” (MANDEL, 1971, p. 146).

Segundo Keynes para a regulação dos ciclos econômicos era necessária a intervenção do Estado dando lugar ao WS/EBS que promovia o pleno emprego, uma economia nacional relativamente fechada, gestão da demanda e em questão do controle social, regulação dos conflitos através de garantias nos acordos salariais, ampliação da proteção legal, legislação trabalhista garantindo alguns direitos aos trabalhadores (feitos de forma gradual e por camadas), e formulação do sistema de segurança social e de políticas sociais. A expansão dos gastos sociais possibilitou acesso a bens públicos que por um lado integraram grupos sociais ao consumo em massa e por outro permitiram o controle social para a regulação da ordem capitalista e do consumo coletivo.

Na década de 1960 com a recuperação das economias da Alemanha e Japão e os Estados Unidos voltados para a Guerra Fria (concentrado agora em Cuba, China, Vietnã, a intervenção nas nações africanas e a União Soviética), a economia norte-americana apresentou déficits orçamentários e desequilíbrios na balança comercial. Isto gerou uma crise

no valor do dólar provocando pressões especulativas na espera da desvalorização da moeda. O anterior provocou uma grande fuga de capitais perante a qual os Estados Unidos reagiram suspendendo a convertibilidade da moeda em ouro e desvalorizando o dólar num 30% entre 1971 e 1973. Esses fatos provocaram uma mudança na qual as taxas de câmbio não foram mais o principal método usado pelos governos para administrar suas políticas monetárias, terminando dessa forma com os acordos de Bretton Woods, no entanto, mantendo a subordinação dos países aliados aos empréstimos adquiridos antes e depois da sua vigência.

A estagflação da economia nos meados da década de 1970, o rompimento dos pontos centrais dos acordos de Bretton Woods, a reivindicação salarial dos trabalhadores sindicalizados (para além do controle do Estado e a moderação esperada pelos capitalistas), a decisão da Organização de Países Exportadores de Petróleo (OPEP) de elevar o preço do óleo, e a crise da dívida externa de alguns países, entre outros fatores, incidiram na desaceleração da acumulação provocando enfraquecimento na ordem social e econômica, fato já esperado pelo sistema de acumulação e equivocadamente apresentado como crise do fordismo e do keynesianismo ou crise do WS/EBS.

Antunes (2001) assinala alguns dos traços característicos da iminente crise do capitalismo: *queda da taxa de lucro* (principalmente pelo aumento da força de trabalho pós-45 e intensificação das lutas sociais); *esgotamento do padrão de acumulação taylorista/fordista de produção* (dado pela incapacidade de responder à retração do consumo em resposta ao desemprego estrutural que se iniciava na época); *hipertrofia da esfera financeira* (capital financeiro como representativo da nova fase do processo de acumulação); *crise do Welfare State* (com retração dos gastos públicos e transferência para o capital privado); *incremento das privatizações* (tendência generalizada às desregulações e à flexibilização do processo produtivo) (ANTUNES, 2001, p. 29–30).

As tentativas keynesianas foram infrutíferas em longo prazo, pois os monopólios não conseguiram estabilidade de lucros, a queda dos superlucros monopolistas levou a uma expansão constante dos mercados e aprofundamento das formas de exploração. O Estado continua sendo o Estado burguês, sua intervenção não atenua, mas aumenta as contradições do capitalismo. Essa é a expressão do que Mandel (1986) chamou de *ondas longas*, ou seja, o andamento cíclico do MPC ocasionado pela concorrência e expresso na expansão e contração da produção de mais-valia mediada sempre pela tendência à queda da taxa de lucro, isto é aceleração e desaceleração sucessivas da acumulação. Como expressa Theotônio dos Santos

(2011) a teoria das ondas longas é uma ferramenta fundamental na compreensão do funcionamento da economia mundial e da constituição das periferias sob o imperialismo e a hegemonia capitalista. Entretanto, é fundamental sublinhar que a referida crise não foi provocada só pela desaceleração na acumulação, a época tem um importante lugar na história como um momento de forte articulação sociopolítica que levou a luta de classes a outro patamar.

As décadas de 1950 e 1960 marcaram decisivamente a descolonização política da maioria dos países africanos. Segundo Ferreira Muniz (2017) vários fatores tiveram presença na ideia de descolonização e emancipação nacional do continente africano: o crescimento dos movimentos democráticos e progressistas que seguiram à derrota do eixo nazifascista; o interesse da União Soviética na descolonização por representar enfraquecimento do imperialismo ocidental; e a política de contenção da influência soviética comandada pelos Estados Unidos. Contudo, os países da África ainda lutam contra o legado de atraso econômico e social da dominação colonial; as práticas neocoloniais do imperialismo¹⁸; e a presença do colonialismo interno, que como aponta González Casanova (2007, p. 442) deve estar atrelado à luta pela libertação nacional.

Se em um caso o colonialismo interno enriquece a compreensão e a ação das lutas dos trabalhadores e dos povos oprimidos, em outros coloca o problema das diferenças e semelhanças dos campos de luta que não somente interessam aos trabalhadores ou aos povos oprimidos, mas a todas as forças ocupadas em construir um mundo alternativo a partir do local até o global, a partir do particular até ao universal.

Outras expressões, amplamente estudadas, da articulação sociopolítica e força das lutas de classes na época podem ser apreciadas na Revolução Cubana em 1959; no movimento de maio de 1968, acontecimento inspirador e excitante para o mundo com decisiva participação dos estudantes como vanguarda; o Movimento Feminista com ingresso das mulheres brancas ao mercado de trabalho e sua luta pelo voto que levou o sufrágio feminino a quase todos os países até a primeira década do pós-II Guerra; o Partido dos Panteras Negras em 1966; o fortalecimento do Feminismo Negro e a perspectiva interseccional; as lutas pelo meio ambiente; e a revolução cultural principalmente nas artes plásticas, o cinema e a música. Na América Latina também surgiram diversas organizações

¹⁸A África se viu às voltas com a necessidade de lutar por sua independência econômica antes mesmo de concluir o processo de luta por sua emancipação política. Carentes de quadros técnicos, de tecnologia industrial, de capitais e até de mercados, uma vez que o processo de dissolução das economias tradicionais não acarretou necessariamente a formação de um contingente significativo de consumidores com efetivo poder de compra, a virtual totalidade dos países africanos já despertou para a vida independente submetida a uma situação de subalternidade no âmbito da economia internacional. (FERREIRA, 2017, p. 6).

insurgentes, com grande influência da Revolução Cubana, principalmente vinculadas à luta pela terra; fortalecimento dos movimentos sociais e diversas estratégias de lutas de classes que levaram ao reconhecimento de alguns direitos sociais, não universalizados¹⁹.

Nos anos 70 houve uma ofensiva econômica, política e cultural da classe capitalista para reduzir os esforços de igualdade e democratização anteriormente citados, mostra disso é o Memorando de Lewis Powell enviado à Câmara de Comércio dos Estados Unidos para criar um alerta a respeito da perda de controle da burguesia sobre a sociedade; o memorando pedia às empresas ações para resguardar a liberdade econômica, assim explicita numa citação longa porém esclarecedora

Nenhuma pessoa com capacidade de reflexão pode questionar que o sistema econômico dos Estados Unidos está sob ataques que variam em alcance, intensidade, nas técnicas usadas e no nível de visibilidade [...] Da mesma forma, têm existido críticos do sistema cujo criticismo é sano e construtivo pois o objetivo é melhorar o sistema e não subvertê-lo ou destruí-lo [...] As origens são variadas e difusas. Incluem, por suposto, aos comunistas, a Nova Esquerda e outros revolucionários que querem destruir o sistema inteiro, tanto político como econômico [...] Um dos desconcertantes paradoxos do nosso tempo é o grau de tolerância do sistema, quando não participa, na sua própria destruição. Os campuses universitários de onde emanam muitas das críticas são apoiados por 1) impostos amplamente gerados pelas empresas estadunidenses, e 2) contribuições dos fundos de capital controlados ou gerados por empresas estadunidenses... **Não deveria existir a menor hesitação para pressionar vigorosamente em todas as arenas políticas para que o sistema empresarial seja apoiado. Nem aversão para penalizar politicamente a quem se opõe a ele [...]** É momento que o empresariado estadunidense –quem há demonstrado a melhor capacidade de toda a história para produzir e influir nas decisões do consumidor– aplique energicamente seus grandes talentos na **preservação do próprio sistema** [...] Parece haver pouca consciência que a única alternativa à livre empresa são diversos graus de regulação burocrática da liberdade individual –passando desde o socialismo moderado até o calcanhar de ferro da ditadura de esquerda ou de direita–. Nós nos Estados Unidos já chegamos muito perto de alguns aspectos do socialismo de Estado, já que as necessidades e complexidades de uma ampla sociedade urbana demandam tipos de regulação e controle que foram desnecessários em tempos anteriores. [...] Porém a maioria das liberdades essenciais se mantém: a propriedade privada, o benefício privado, os sindicatos, a negociação coletiva, a escolha do consumidor e uma economia de mercado na qual a concorrência em grande medida determina o preço, qualidade e variedade dos bens e serviços oferecidos aos consumidores [...] Como demonstra a experiência dos estados socialistas y totalitários, a retração e negação da liberdade econômica é seguida inevitavelmente das restrições governamentais sobre outros direitos estimados. É esta a mensagem, acima de todas as outras, que deve ser levada para casa do povo estadunidense [tradução nossa] (POWELL, 1971, passim).

¹⁹O contexto histórico de desenvolvimento do imperialismo e as lutas de classes a que se faz referência estão apresentadas nas obras de Eric Hobsbawm *A era dos Extremos: o breve século XX: 1914-1991* (2003) e *Revolucionarios. Ensayos contemporáneos* (2010).

Nesse sentido pode ser apreciado que as *ondas longas* do desenvolvimento do capitalismo estão representadas ativamente na estrutura social, política e cultural onde a burguesia encara as lutas de classes e organização política da população com autoritarismo.

Antes de avançar na configuração e expressões do imperialismo contemporâneo é indispensável apontar mais um traço representativo dos “anos dourados” do capitalismo monopolista, a saber, o crescimento do chamado *terceiro setor*. Segundo Montañó (2005) a denominação faz referência ao setor que ocupou o vazio gerado pela “ineficiência” do Estado (primeiro setor) e a indiferença natural do setor privado (segundo setor) ao ter como objetivo único a produção e acumulação de lucro. Portanto, o *terceiro setor* foi assignado para representar organizações privadas, geralmente anunciadas como sem fins lucrativos, autogovernadas e de associação voluntária, eludindo a participação das corporações, fundações e entidades empresariais no financiamento das organizações não governamentais para disfarçar sua atuação direta nas comunidades visando uma reestruturação do capital. Como apontam Netto e Braz o terceiro setor passou a ocupar uma grande e diversificada massa de assalariados.

Para que se tenha uma ideia da hipertrofia do setor terciário, basta observar como cresceu a força de trabalho nele ocupada: de 36,8% (1910) para 62,1% (1970), nos Estados Unidos; de 22,2% (1907) para 41,9% (1970) na então Alemanha Federal; de 39,7% (1911) para 50,3% (1966) na Grã-Bretanha; de 26% (1911) para 47,8% (1970) na França e de 16,5% (1920) para 30% (1970) no Brasil (dados compilados por P. Singer, “Apresentação” a Mandel, 1982: XXX; apud NETTO; BRAZ, 2006, p. 201).

Este setor terá um papel específico nas políticas sociais, com afastamentos do Estado das responsabilidades sociais e da regulação entre capital e trabalho, assim como na implantação das políticas neoliberais. Como parte do terceiro setor chegaram as Organizações Não Governamentais (ONGs) contribuindo na perda de responsabilidade do Estado diante das expressões da “questão social”, e na reorientação da política social, co-responsabilizando a sociedade pelas funções estatais (COUTINHO, 2011). As ONGs são geralmente apresentadas como uma estratégia para organizar a sociedade civil em face da negligência do Estado, e não são questionadas sobre seu relacionamento com o Estado, a igreja, empresas privadas ou o papel que desempenham nas lutas de classes. Estas organizações cumprem um papel fundamental na oferta de bens e serviços às comunidades excluídas, distanciando-se da luta por políticas mais amplas; na mesma medida, essas organizações disseminam o "trabalho

voluntário", contribuindo com a flexibilização e a precarização das relações de trabalho (mão-de-obra profissional barata) e as práticas neofilantrópicas.

As ONGs e o terceiro setor representam um incremento nas alianças público-privadas que as empresas aproveitam para reduzir taxas, gerar aceitação social e incrementar a produtividade. A referida hipertrofia do *terceiro setor* é um dos traços característicos do imperialismo e representa a tendência à mercantilização de todas as atividades sociais subjugando a vida à lógica do capital.

A partir do exposto até o desenvolvimento dos *anos dourados* do imperialismo, evidencia-se que dito estágio não apresenta nenhuma solução diante das contradições imanentes do MPC, ao contrário, acentua a concorrência e leva as contradições, principalmente entre a socialização da produção e a apropriação privada do excedente, a níveis mais altos como diversas expressões no cotidiano. No mesmo sentido, apontamos que o desenvolvimento do WS/EBS durante o período não democratizou o acesso à riqueza, nem as relações políticas, nem eliminou a desigualdade social crescente.

1.1.1.3. Imperialismo Contemporâneo

O terceiro e atual estágio do capitalismo monopolista inicia-se na década de 1970 com diversas configurações apresentadas desde finais do século XX até o início do século XXI. Nesse amplo período de tempo consolidou-se a mundialização do capital com os Estados Unidos na chefia da financeirização da economia e da mercantilização da vida. Após a recessão generalizada de 1974-75 fortalece-se e efetiva-se a ofensiva capitalista para reverter a conjuntura, a onda expansiva do capital torna-se recessiva. Como foi apontado por Mandel (1971) o capital atribui ao movimento sindical pela queda das taxas de lucro e especificamente da inflação e ao WS/EBS dos gastos públicos e garantias sociais para justificar medidas restritivas que alicerçaram a chegada das políticas neoliberais.

Dentro das análises contemporâneas do imperialismo, David Harvey (2005) chama “imperialismo capitalista” a fusão contraditória entre a política do Estado e do império com os processos moleculares de acumulação do capital, temporal e espacialmente; trata-se de um projeto político cujo poder repousa no domínio de um território e na capacidade de mobilizar recursos desse território para fins políticos, econômicos e militares.

Desde 1973 apresentaram-se modificações radicais no trabalho, hábitos de consumo, configurações geográficas e geopolíticas da sociedade, poderes e práticas do Estado. Com a mudança nos circuitos produtivos consolidada nos “anos dourados” esgota-se a denominada acumulação rígida (*taylorismo-fordismo*), e instaura-se o que Harvey denomina *acumulação flexível*. Caracterizada por uma explosão de transações financeiras, aprofundamento da centralização junto à emergência de modos mais flexíveis de acumulação de capital o que acarretou um novo ciclo de “compressão do tempo-espaço” intimamente relacionado com a ascensão de formas culturais pós-modernas, expressadas no surgimento de novos setores de produção, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, altos níveis de desemprego estrutural e o crescente uso do trabalho em tempo parcial, temporário e especialmente subcontratado (HARVEY, 1998).

A resposta para a restauração do capital diante da queda da taxa de lucro configurou-se no tripé reestruturação produtiva, financeirização e ideologia neoliberal de que são exemplos as ações dos governos Thatcher (Inglaterra) e Reagan (Estados Unidos). Segundo Ferreira (2017) um dos efeitos colaterais da reestruturação produtiva é o uso crescente da tecnologia, resultando na elevação do custo de produção em contrapartida ao aumento do valor agregado das mercadorias, isto gera a necessidade de uma ampliação sistemática dos investimentos, o que significa um entrelaçamento maior entre as indústrias e os bancos.

A introdução da microeletrônica, a nanotecnologia e outros recursos informáticos nos circuitos produtivos têm levado ao que alguns autores apelidam “terceira revolução industrial” com fortes implicações nas exigências à força de trabalho diretamente envolvida na produção; nas operações e atividades intelectuais requeridas para a produção material; a gestão da força de trabalho dentro da acumulação flexível; e a desterritorialização da produção. Transformações todas com o objetivo de reverter a queda da taxa de lucro. No estágio contemporâneo do imperialismo, a estratégia do capital gerou grande impacto no trabalho com a crise do movimento sindical, a precarização do emprego e o crescimento do desemprego, aguçando a “questão social” e explicitando o pauperismo que parecia sob controle durante os “anos dourados”. Segundo Dreifuss

[...] esses efeitos se dão no quadro de um crescimento econômico medíocre, residual ou mesmo negativo, o cenário da pauperização contemporânea se completa – tornando-se também mais evidente nas periferias, de que são exemplos países latino-americanos que, entre 1980 e o fim do século, registraram a seguinte queda do PIB per capita, em dólares americanos: Argentina, de 3.359 para 2.886; México, de 2.872 para 2.588; Uruguai, de 3.221 para 2.989; Bolívia, de 983 para 724; Nicarágua, de 1.147 para 819;

Brasil, de 2.481 para 2.449; Peru, de 1.716 para 1.503 e Costa Rica, de 2.394 para 2.235 (DREIFUSS, 1996, p. 221).

A década de 1980 foi fortemente marcada pelo debate sobre o papel do Estado, especialmente sobre o seu tamanho e os gastos das instituições estatais. Assim, é incorporada a ideia de um Estado mínimo [para o social], a quem caberia apenas garantir os direitos de propriedade, além de reservar ao mercado a total coordenação da economia. A redução do papel do Estado, nesse contexto histórico, resulta na sua mínima atuação enquanto regulador e estabelece uma complementaridade entre público e privado. Esta abstenção do Estado enquanto garantidor de direitos sociais faz com que se aprofundem as desigualdades sociais.

A década de 1990 foi um período que apresentou características de uma depressão econômica longa, mas surgiu a mundialização, que é mais do que a internacionalização do capital, é uma nova configuração do capitalismo mundial e dos mecanismos que comandam sua regulação. Segundo Chesnais (1996, p. 13, 17–18), a mundialização deve ser entendida como uma fase específica do processo de internacionalização e valorização do capital, resultante de dois movimentos conjuntos: a mais longa fase de acumulação do capitalismo, e as políticas de liberalização, privatização, desregulamentação e desmantelamento de conquistas sociais e democráticas. Assim, o termo globalização é criticado pelo autor, uma vez que não é um termo neutro, usado principalmente pelos apologistas do processo. O conceito mundialização combate a falta de nitidez conceitual da globalização e indica a importância de construir instituições políticas mundiais capazes de dominar o movimento da economia, o que contraria os interesses das grandes potências mundiais (CHESNAIS, 1996).

O autor identifica três fases desse processo de liberalização: *Etapa da internacionalização financeira “indireta”*: remonta aos anos 1960. Coexistiam sistemas monetários e financeiros compartimentados em um sistema de finanças administradas e internacionalização financeira limitada. *Etapa da desregulamentação e da liberalização financeiras*: de 1979 a 1981. As medidas dos EUA e Inglaterra deram origem ao sistema contemporâneo de finanças liberalizadas e mundializadas. Terminou o controle dos movimentos de capital com o exterior e se expandiram rapidamente os mercados obrigacionistas internacionalmente interligados. *A integração das praças financeiras*: Os Estados Unidos e o FMI buscaram desbloquear os mercados financeiros desses países, aumentar sua dívida pública e formar mercados obrigacionistas domésticos interligados com os mercados financeiros do centro. Como advertiu Lenin (2010, p. 14) “Para manter uma

força pública especial, colocada acima da sociedade, são necessários impostos e uma dívida pública”.

Para Harvey (2005) o cerne do imperialismo contemporâneo está no aumento da acumulação por espoliação para responder aos problemas da sobre acumulação através da política internacionalista de neoliberalismo e privatização. A concentração do poder econômico conduz à concentração do poder político, expressada claramente no caráter antidemocrático do capitalismo; a política passou a ser conduzida através de instituições, agência e entidades como o FMI, o BM e organismos vinculados à ONU, desta forma, além dos seus próprios dispositivos, o capital instrumentaliza ditos órgãos para implementar ajustes, políticas e estratégias que lhe são convenientes. Após a internacionalização, desregulamentação e liberalização financeiras, formaram-se mercados que atenderam os interesses dos governos capitalistas e dos fundos de centralização ou de poupança. Neste momento, do imperialismo, aumenta a concentração e centralização proporcionada pela expansão internacional e o crescimento do investimento externo direto, desvendando a forma de concorrência mais característica atualmente: o oligopólio.

Essa análise tem relação com o pensamento de Virgínia Fontes (2010a) quem afirma que a fronteira do capital se reduziu significativamente ao longo do século XX. Porém, a autora assinala algumas diferenças com o termo “espoliação” introduzido por Harvey em contraposição a “expropriação”. Assegura que o conceito indica o surgimento renovado de uma acumulação primitiva, para ela, a expropriação primitiva é permanente e constitutiva, nunca tendo reduzido ou se normalizado a expropriação em massa (FONTES, 2010a, p. 62–64). Outro contraponto da autora tem a ver com as dimensões interna e externa dos movimentos do capital. Enquanto Harvey, baseado em Luxemburgo, sugere a existência de novas externalizações (fontes de espoliação), para Fontes, considerar um “lado de fora do capitalismo” dificulta compreender sua dinâmica de expansão, seguindo a Lenin, afirma a tendência à eliminação de exterioridades, pois a aparência na produção de externalidades não pode encobrir a intensificação dos atributos essenciais da reprodução do capital que não se reduz ao aspecto econômico.

Isso torna possível compreender as novas características das expropriações no período do capital-imperialismo multinacionalizado, pois recoloca a contradição entre expansão do capital-monetário hiperconcentrado e a correlata imposição de múltiplas, e até então impensáveis, expropriações sobre o conjunto da vida social, de maneira a converter todas as atividades humanas em formas de valorização do valor, ainda que desigualmente (FONTES, 2010a, p. 74).

A autora cria o termo capital-imperialismo para deixar claro que o capitalismo, na virada do século XIX para o XX, expandiu-se sob a forma de imperialismo e agregou assim novas determinações, não se limitando ao movimento da economia, mas a toda vida social. Nesse sentido, o capital-imperialismo passou a dominar espaços organizativos da economia e da política, reconfigurando-os por meio de modificações legais; essa configuração organizada pelo Estado em fórmulas jurídicas é controlada pelo crescimento do direito internacional voltado para a defesa da propriedade privada e a expropriação de direitos que não acontece uma única vez nem de forma isolada.

O capitalismo contemporâneo caracteriza-se pelas desregulamentações, a supressão de direitos sociais duramente conquistados, fundamentalmente expressados na desmontagem (total ou parcial) das diferentes formas de WS/EBS, e a liquidação das garantias no trabalho. Neste apartado explorou-se o pensamento e análise marxista sobre o imperialismo, acúmulo necessário para aprofundar a compreensão sobre o neoliberalismo e seus processos de privatização no mundo, na América Latina e na Colômbia, assim como a relação de ditos processos com a atual configuração da conjuntura imperialista.

1.1.2. Neoliberalismo

“Onde houver direitos, há espaço para expropriações promovidas pelo capital”
Virginia Fontes

Em 1929 com a *Grande Depressão* que atingiu os Estados Unidos e teve efeitos no mundo todo, o sistema econômico evidenciou sua inviabilidade; na época John Maynard Keynes revolucionou a ciência econômica apresentando o desemprego e a concentração de renda como os grandes problemas do capitalismo. A alternativa proposta pelo economista foi intervenção do Estado, ampla e coordenada, com centralidade na questão do emprego. Como foi referido, na década de 1970 a proposta de Keynes entrou em crise sendo o rompimento dos acordos de Bretton Woods sua expressão mais significativa.

Desde 1930 com a Escola de Friburgo criou-se a necessidade de construir um sistema econômico na forma jurídica, quer dizer, traduzir a linguagem do direito às concepções econômicas do neoliberalismo. Dita proposta ganhou força na criação da Sociedade de Mont Pelerin, organização baseada no mercado e na crítica ao Estado intervencionista da qual Friedrich Von Hayek foi o mais conhecido representante. O grupo consolidou-se na Escola de

Chicago em 1950 com a construção da concepção neoliberal contemporânea criada com nuances do liberalismo econômico de Adam Smith, o monetarismo com Milton Friedman como marco importante e o neoliberalismo austro-alemão. Já em 1960 há uma consolidação internacional do neoliberalismo com a avançada intelectual do movimento político através dos chamados *think tanks* até sua configuração como saída à crise capitalista de 1974-75.

O título neoliberal faz referência à adesão aos princípios do livre mercado da economia neoclássica. Cabe agora uma análise sobre os principais teóricos e fundamentos dessa linha de pensamento.

1.1.2.1. O liberalismo de Adam Smith

Segundo a interpretação neoliberal de Smith apresentado como o criador do liberalismo econômico seus principais aportes ao sistema econômico moderno são:

- a) O reconhecimento de uma natureza humana essencialmente individualista;
- b) A liberdade individual como fundamento para o desenvolvimento e o bem-estar;
- c) A tendência à cooperação através do intercâmbio para a satisfação de interesses individuais;
- d) A ideia do intercâmbio que produz efeitos de auto regulação traduzidos em bem-estar social;
- e) Para realizar o intercâmbio não é necessária a ação de agentes externos que violentem a liberdade individual.

Para Estrada (2003) a compreensão neoliberal da obra de Smith apresenta dois limites fundamentais. O primeiro tem a ver com uma análise feita fora do contexto histórico no qual a obra de Smith foi produzida; o segundo faz referência à falta de reconhecimento sobre os intentos do autor por construir uma perspectiva para compreender a reprodução e mecanismos de funcionamento do capitalismo na época da manufatura. Assim, Estrada (2003, p. 4) conclui “aceptar a Smith como fuente teórica del neoliberalismo sería consentir la vulgarización de su sistema teórico”. O autor apresenta como verdadeiros teóricos do neoliberalismo a Hayek, Von Mises e Friedman entre outros.

1.1.2.2. A teoria política de Hayek

A obra que primeiramente aglutinou o neoliberalismo é “O caminho da Servidão” de Hayek, na qual se opõe ao intervencionismo do Estado, tanto nos governos de índole keynesiana quanto os do bloco soviético afirmando que “todos eles, porém, se distinguem do liberalismo e do individualismo por pretenderem organizar a sociedade inteira e todos os seus recursos visando a essa finalidade única e por se negarem a reconhecer esferas autônomas em que os objetivos individuais são soberanos” (HAYEK, 1990, p. 81); no texto o autor assemelha comunismo e fascismo enquanto sistemas coletivistas que representam variantes do totalitarismo produzido pela centralização da atividade econômica.

Hayek baseia seu pensamento na filosofia do individualismo, parte da impossibilidade de incluir na escala de valores humanos, mais do que uma parcela das necessidades da sociedade inteira, quer dizer, acredita que só podem existir escalas parciais de valores as quais são inevitavelmente distintas entre si e mesmo conflitantes, por tanto, não é possível acreditar que possa haver opinião majoritária sobre todas as coisas (HAYEK, 1990). Segundo o autor, numa sociedade com planejamento central só é possível o controle ao impor ao povo a vontade de uma minoria especializada. “Cresce a convicção de que, para se realizar um planejamento eficaz, a gestão econômica deve ser afastada da área política e confiada a especialistas” (idem, p. 86); a democracia para Hayek é um meio para salvaguardar a paz interna e a liberdade individual, enquanto que a planificação conduz à ditadura.

1.1.2.3. O neoliberalismo austríaco-alemão

O aporte fundamental do neoliberalismo alemão na formação da teoria neoliberal é o desenvolvimento da tese sobre a construção de uma ordem global que inter-relacione a ordem econômica, política e social. Para isto se faz necessário um Estado forte que garanta a preservação da nova ordem. O neoliberalismo alemão desenvolveu-se no pós-II Guerra Mundial diante da necessidade de articular a economia nacional com a ordem jurídica segundo os postulados da Escola de Friburgo, nesse período Müller-Armack, economista e político alemão, criou a economia social de mercado como alternativa para equilibrar as “imperfeições” geradas pelo capitalismo.

Ludwig Von Mises, economista líder da escola austríaca de pensamento econômico, afirma que o capitalismo foi injustamente criticado assinalando que mesmo quando o capitalismo baseia-se na acumulação do capital, os empresários devem esperar a venda das mercadorias para ganhar lucro, dependendo assim das condições futuras do mercado, enquanto os trabalhadores recebem as vantagens imediatamente. Segundo Von Mises os consumidores são economicamente mais fortes do que os empresários e a diferença entre países em desenvolvimento e os desenvolvidos está na disponibilidade de capital (ESTRADA ÁLVAREZ, 2003). O neoliberalismo alemão permitia a intervenção do Estado na construção da nova ordem econômica, na regulamentação da livre concorrência e na regulação de problemas sociais.

1.1.2.4. Milton Friedman e o monetarismo

A proposta de Milton Friedman foi resgatar o conceito de liberalismo no sentido do movimento intelectual que defendia o *laissez-faire*, isto é, o indivíduo como entidade superior da sociedade; o livre mercado; a redução do poder do Estado. Economia livre é o sistema em que a cooperação dos indivíduos na divisão social do trabalho se realiza pelo mercado, sendo este um processo pelo qual as pessoas contribuem para o funcionamento da sociedade. Liberdade econômica significa o poder de escolher o modo de se integrar na sociedade, sendo as demais liberdades ilusórias num sistema sem mercado.

Friedman sugere que a Grande Depressão de 1929 não foi causada pelo fracasso do livre mercado e sim pela falha do governo na área monetária explicando a origem das crises do capitalismo na circulação e não na produção de mercadorias. Para o economista, a política monetária não pode controlar nem a taxa de juros nem a taxa de desemprego assinalando que o equilíbrio entre inflação e desemprego só pode ser possível em curto prazo; em longo prazo, qualquer que seja a taxa de inflação, o desemprego permanece inalterado, sendo o objetivo da política econômica a estabilidade dos preços.

Os principais aportes de Friedman estão fundados no conceito de liberdade, igualdade e no capitalismo concorrencial como sistema baseado na liberdade econômica. Neste modelo o Estado passa à regulação econômica para o mercado. Nesse sentido os problemas gerados pelo princípio de igualdade de oportunidades são responsabilidade do Estado intervencionista. Para solucionar a estagflação, Friedman estuda o fenômeno da inflação, segundo o autor, em

todos os grandes países, o volume de moeda é determinado pelo governo, o que tem sido a principal razão da confusão sobre a causa e a cura da inflação.

Não se trata de um fenômeno inteiramente capitalista nem socialista, pois países que adotavam ambos os regimes sofriam com a inflação. É mundial, mas não internacional, pois cada país carece separadamente de suas consequências negativas. O fenômeno não é produzido pelos sindicatos nem pelos empresários – a moeda é o elemento central. Como conceito, pode-se dizer que é produzida pelo aumento mais rápido da quantidade de moeda do que da produção. Esse crescimento monetário exagerado é provocado pelos governos, devido ao aumento de gastos estatais, política contra o desemprego, políticas econômicas erradas. Tais gastos não levariam à inflação se fossem financiados por impostos ou empréstimos do público. Assim, Friedman concretizou os fundamentos para uma reforma neoliberal do Estado, o estado mínimo para o social e o poder descentralizado (ESTRADA ÁLVAREZ, 2004).

Nesse sentido poder-se-ia dizer que os principais componentes do neoliberalismo são: *flexibilização do processo produtivo* (inclui a redução e privatização dos sistemas de seguridade social), *ideologia pós-moderna* (boom do individualismo e da concorrência), *financeirização do capital* e *contrarreforma do Estado* (será trabalhada no segundo capítulo).

Sobre a financeirização do capital já foi apontado que os fluxos econômicos mundiais sempre marcaram o capitalismo sendo acentuados no estágio imperialista, porém, segundo Netto e Braz (2006), junto à intensificação das interações financeiras entre os próprios países centrais (sendo operadas pelos grandes monopólios e processadas entre suas matrizes: comércio intracorporativo) e a constituição de *blocos supranacionais* que constituem espaços geoeconômicos regionais sob o comando monopolista; a financeirização do capital é a mais importante das transformações econômicas do imperialismo. Segundo os autores “ela resulta da superacumulação e, ainda, da queda das taxas de lucro dos investimentos industriais registrada entre os anos setenta e meados dos oitenta” (2006, p. 231). No capitalismo contemporâneo há uma desregulamentação e hipertrofia das transações financeiras e comerciais pelo que os rentistas e possuidores de capital fictício extraem ganhos sobre valores frequentemente imaginários por conta da livre mobilidade que os capitais especulativos passaram a desfrutar. No marco da financeirização também surgem as “propostas de ajuste” às economias dos países periféricos, recomendadas e monitoradas por agências que representam os interesses da oligarquia, como o FMI.

1.1.2.5. *Leituras contemporâneas do neoliberalismo*

A estratégia do capital para a desregulamentação das atividades econômicas é mais aprofundada na contemporaneidade, em relação a isso, as estratégias para destruir qualquer trava extra econômica para seus movimentos são mais extraordinárias. Mesmo com suas origens em 1930 o neoliberalismo só saiu da berlinda com a crise de 1973 instaurando-se como doutrina econômica com a eleição de Margareth Thatcher na Inglaterra e Ronald Reagan nos Estados Unidos; antes disso foram realizadas provas em alguns cenários, como Chile em 1973 (a experiência chilena será referida no ponto 2 deste capítulo). A ideologia neoliberal legitima o projeto do imperialismo sustentando a necessidade de diminuir o Estado, assim, “a partir dos anos oitenta do século XX, *sob o rótulo de reforma(s) o que vem sendo conduzido pelo grande capital é um gigantesco **processo de contra-reforma(s)**, destinado à supressão ou redução de direitos e garantias sociais*” [grifos originais] (NETTO; BRAZ, 2006, p. 227).

Para David Harvey (2008) o neoliberalismo procura impor uma desregulamentação universal que vai além das relações de trabalho, o objetivo dos monopólios é garantir a plena liberdade em escala mundial. Como afirma o autor essa ideologia propõe que o bem-estar humano poder ser mais bem promovido “liberando-se as liberdades e capacidades empreendedoras individuais no âmbito de uma estrutura institucional caracterizada por sólidos direitos à propriedade privada, livres mercados e livre comércio” (2008, p. 6). O neoliberalismo tornou-se hegemônico ao ser incorporado nas formas cotidianas com que as pessoas vivem e interpretam o mundo; nesse sentido Achille Mbembe (2016) apresenta o neoliberalismo como:

[...] una fase de la historia de la humanidad dominada por las industrias del silicio y las tecnologías digitales; es, además, la era durante la cual el corto plazo está a punto de ser transformado en una fuerza procreativa de la forma-dinero. Ocurre que, después de alcanzar su punto de fuga máximo, el capital puso en marcha un movimiento de escalada. Así, el neoliberalismo descansa en la visión de que «todos los eventos y todas las situaciones del mundo de la vida [pueden] estar dotados de un valor en el mercado». Este período se caracteriza también por la producción de la indiferencia, la codificación ilimitada de la vida social en normas, en categorías y cifras, así como por diversas operaciones de abstracción que pretenden racionalizar el mundo en base a lógicas empresariales. El capital, fundamentalmente financiero, habitado por un doble funesto, se percibe como ilimitado en sus fines y en sus medios. Ya no dicta únicamente su propio régimen temporal. Habiendo adoptado como propia «la fabricación de todas las relaciones de filiación», busca multiplicarse «por sí mismo» en una serie infinita de deudas estructuralmente imposibles de solventar (MBEMBE, 2016, p. 24–25).

Dessa forma, o neoliberalismo pode ser lido como um conjunto de medidas políticas, econômicas e ideológicas que fortalecem os padrões de acumulação, consistindo num ataque do imperialismo contra os direitos sociais e ganâncias das lutas de classes.

Enquanto desenvolve a demagogia da globalização como “progresso” o capitalismo monopolista insiste na necessidade de eliminar as restrições nos fluxos internacionais ao tempo que os países imperialistas criam barreiras aos fluxos da força de trabalho. É claro que o objetivo do capital monopolista não é diminuir o Estado, mas diminuir suas funções coesivas, aquelas que respondem à satisfação de direitos sociais, portanto, se fala de um Estado mínimo para o social e máximo para o capital.

Theotônio dos Santos (2011) refere-se que a vitória do neoliberalismo na economia mundial nos anos 1980 resolveu em favor do capital os conflitos apresentados nos anos 1970, assim, o neoliberalismo se materializa como uma solução regressiva que agencia o expansionismo e cria desequilíbrios macroeconômicos, sociais e políticos baseados na anarquia da concorrência; isto enfraquece a possibilidade de uma gestão compartilhada das reformas necessárias no sistema mundo, que incluía países emergentes como o BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul).

Na “Doutrina de choque” Naomi Klein sugere que a dita vitória do capitalismo se sustenta em desastres, crises e choques; analisa várias experiências de implantação do neoliberalismo pelo Estado, caso Chileno, Inglaterra, China, entre outros, identificando consequências comuns surgidas a partir do choque do neoliberalismo, sendo as principais o aumento da desigualdade, concentração de renda e lucratividade de grandes corporações (na sua maioria chefiadas por integrantes do Estado). O modelo que garante o sucesso na implantação do modelo neoliberal responde a uma estratégia política conhecida como “the shock doctrine” (a doutrina do choque), que orienta processos de reconstrução de respostas aos efeitos de intervenções militares ou desastres naturais que, aos olhos do capital, criam oportunidades de comércio. Assim, a autora aponta que no “capitalismo de desastre” toda tragédia é uma “oportunidade” para promover e implementar reformas econômicas e sociais radicais baseadas nos princípios básicos do corporativismo —diminuição do rol público do Estado, máxima liberdade para o mercado e mínimo gasto social— (KLEIN, 2007).

Como foi anotado o neoliberalismo não é somente uma ordem econômica, mas uma ordem política e social, uma ideologia com uma concepção de ser humano (possessivo, competitivo, calculista), de sociedade (como um aglomerado para a realização de propósitos privados fundada na ideia da desigualdade), e de liberdade (em função da liberdade do

mercado) e seus principais representantes tem feito e vão fazer o que for preciso para defendê-la.

Na linha de pensamento de Klein o filósofo Slavoj Žižek afiança que as crises do capital criam oportunidades para reafirmar ideologicamente as narrativas do neoliberalismo; de tal modo, que “o efeito imediato primário da crise não será a ascensão de uma política emancipatória radical, mas a ascensão do populismo racista, de mais guerras, do aumento da pobreza nos países mais pobres do Terceiro Mundo e de uma divisão maior entre ricos e pobres em todas as sociedades” (ŽIŽEK, 2011, p. 27–28). Segundo o autor, embora as crises alertem o povo levando-o a questionar alguns aspectos fundamentais da vida, a reação espontânea é o pânico, o que reafirma a ideologia dominante geralmente através do uso da violência.

Para Mbembe (2016) o neoliberalismo constrói o que chama “sujeito humano nuevo”, o sujeito humano da contemporaneidade “empresario de sí mismo” chamado a reconfigurar constantemente sua humanidade em função da memória artificial e digital. Segundo o autor, o sujeito novo é súdito do mercado, prisioneiro do seu próprio desejo, amarrado à capacidade de reconstruir publicamente sua vida íntima e oferecê-la ao mercado como uma mercadoria permutável; regula sua conduta em função do mercado e ainda auto instrumentaliza-se e instrumentaliza sua semelhança para otimizar sua satisfação “hombre-cosa, hombre-máquina y hombre-flujo” (MBEMBE, 2016, p. 26). O neoliberalismo leva a outro patamar a flexibilização da vida que acontece em todas as arestas sociais (públicas e privadas) até configurar uma humanidade prescindível pelo capital.

Essa articulação entre imperialismo e neoliberalismo é fundamental para a compreensão da proposta imperialista contemporânea, e para analisar o processo de implantação da ofensiva neoliberal na Colômbia na década de 1990 tendo como principal objetivo a contrarreforma do Estado. Para isto é indispensável registrar a chegada do neoliberalismo à América Latina e as principais implicações da ofensiva imperialista na região.

1.2. A ofensiva neoliberal na América Latina

A chegada do neoliberalismo na América Latina aconteceu no marco do combate ao comunismo. Mesmo com as particularidades de cada país que levaram a processos de neoliberalização específicos, a crise de 1980 levou à necessidade de implementar as reformas

sugeridas pelos organismos internacionais para negociar a dívida externa e ter acesso a empréstimos (com altíssimos juros). “O caso latino-americano é emblemático: se, em 1975, a dívida externa de nossos países era estimada em 300 bilhões de dólares, em 2005 ela chegava a 730 bilhões apesar de, nos mesmos trinta anos, nossos países terem pagado um total de 1 trilhão de dólares (NETTO; BRAZ, 2006, p. 234). Contudo, o lugar da América Latina no desenvolvimento do imperialismo faz parte de uma história que antecede as reformas estruturais do neoliberalismo.

1.2.1. Dialética da dependência

Algumas análises sobre o desenvolvimento do capitalismo na América Latina têm levado à noção de “pré-capitalismo” para tentar explicar a origem e desenvolvimento do MPC na região, porém, é imperativo assinalar que mesmo falando do desenvolvimento insuficiente das relações capitalistas, dita noção faz referência a uma realidade que não poderá ser desenvolvida plenamente como aconteceu nas economias capitalistas centrais; por conta disso, Ruy Mauro Marini sugere o “capitalismo sui generis que sólo cobra sentido si lo contemplamos en la perspectiva del sistema en su conjunto, tanto a nível nacional como, y principalmente, a nivel internacional” (MARINI, 2008, p. 108). Isto é, há uma historicidade no desenvolvimento do capitalismo na América Latina que só pode ser lida através das particularidades da região; a historicidade anterior à Revolução Industrial, data do século XVI com a expansão comercial do capitalismo nascente. Porém, é no século XIX que se cria a relação de dependência com os centros capitalistas europeus, primeiramente com Inglaterra, e é definida a divisão internacional do trabalho.

En otros términos, es a partir de entonces que se configura la dependencia, entendida como una relación de subordinación entre naciones formalmente independientes, en cuyo marco las relaciones de producción de las naciones subordinadas son modificadas o recreadas para asegurar la reproducción ampliada de la dependencia. El fruto de la dependencia no puede ser por ende sino más dependencia, y su liquidación supone necesariamente la supresión de las relaciones de producción que ella involucra (Ibid., p. 111).

América Latina desenvolveu-se em relação direta com a dinâmica do capital internacional contribuindo ao incremento do fluxo de mercadorias, ao desenvolvimento do

capital “euroamericano” e dos processos de industrialização²⁰. Na primeira metade do século XIX os países da América Latina fortaleceram suas relações comerciais com a Europa trocando bens primários pelas manufaturas de consumo e aumentando a dívida externa para fortalecer a importação. Troca, porém, em condições desiguais onde as manufaturas de consumo foram compradas a um preço superior a seu valor, configurou-se assim a divisão internacional do trabalho e a relação de dependência entre América Latina e Europa. Como assinala Andre Gunder Frank (1973, p. 77) a demanda de matérias primas atraiu o capital privado para a expansão da infraestrutura necessária para a produção.

En Brasil, Argentina, Paraguay, Chile, Guatemala y México, el capital nacional construyó el primer ferrocarril. En Chile, dio acceso a las minas de nitrato y cobre, que iban a convertirse en las principales abastecedoras de fertilizantes y metal rojo del mundo; en Brasil a los cafetales cuyo grano abasteció casi todo el consumo del globo, y así en todas partes. Sólo después que demostraron ser negocios brillantes – como una y otra vez ha acontecido en la historia de Latinoamérica – y cuando Inglaterra tuvo que encontrar salida para su acero, entró el capital extranjero a estos sectores de empresas inicialmente latinoamericanas, mediante la compra – a menudo con el propio capital latinoamericano – de las concesiones de los nativos.

Instaurou-se uma lógica de subordinação e controle dos países formalmente independentes da América Latina e suas relações de produção com o objetivo de garantir a reprodução da dependência e o desenvolvimento da indústria moderna que tinha fortes obstáculos para se desenvolver sobre uma base estritamente nacional (MARINI, 2008). Sem o trabalho escravo²¹, a produção agropecuária e a produção de matérias primas industriais, proporcionada fundamentalmente pelos países da América Latina, a especialização euroamericana na indústria não poderia ter acontecido. Como foi apontado anteriormente, a especialização das economias latinoamericanas foram determinadas pela dinâmica do capital internacional; principalmente pelo Investimento Externo Direto (IED) (CHESNAIS, 1996, p. 47).

²⁰ O que é industrialização? “el proceso a través del cual la industria, emprendiendo el cambio cualitativo global de la vieja sociedad, marcha en el sentido de convertirse en el eje de la acumulación de capital. Es por ello que consideramos que no se da un proceso de industrialización en el seno de la economía exportadora, pese a que sí se observan en ella actividades industriales” (MARINI, 2008, p. 139).

²¹ Com o capitalismo a escravidão assumiu características mais brutais e descarnadas e junto ao nacionalismo e o militarismo configura a justificativa para a política de expansão imperialista. “Sabemos que o colonialismo europeu, nos termos com que hoje o definimos, configura-se no decorrer da segunda metade do século XIX. Nesse mesmo período, o racismo se constituía como a “ciência” da superioridade eurocristã (branca e patriarcal) [...] que viria a ser não só o referencial das classificações triádicas do evolucionismo positivista das nascentes ciências do homem, como ainda hoje direciona o olhar da produção acadêmica ocidental [...] Daí a “naturalidade” com que a violência etnocida e destruidora das forças do pré-colonialismo europeu se fez abater sobre esses povos [...] Agora, em face da resistência dos colonizados, a violência assumirá novos contornos, mais sofisticados; chegando, às vezes, a não parecer violência, mas “verdadeira superioridade” (GONZALEZ, 1988, p. 71). O capital financeiro afiançando o ideal oligárquico de dominação diante do ideal da igualdade.

Em grande número de casos, sua situação de produtor e exportador de uma ou duas matérias-primas básicas, de mineração ou agricultura, frequentemente com demanda cada vez menor pelos países industrializados, é resultado de antigos investimentos diretos, feitos a partir dos anos 1880 por administrações ou empresas estrangeiras.

Antes de continuar é importante grifar dois aspectos da incorporação da região no mercado mundial, o primeiro é a desvalorização real da força do trabalho para a produção de mais-valia relativa, quer dizer, a produção da região baseia-se numa superexploração do trabalho latino-americano²²; segundo, a oferta de alimentos e matérias primas a baixo custo diminuiu os preços do capital constante regulando a queda da taxa de lucro, ou seja, América Latina aumentou a expansão da produção capitalista nos países industriais ao tempo que contribuiu para a superação das contradições do capital para essa expansão, o que representou para a região aumento na exploração do trabalho e queda na taxa de lucro.

A superexploração do trabalho configura a base da dependência da América Latina, sendo que a produção não depende da capacidade interna de consumo posto que está centrada na atenção das demandas dos países de centro e do mercado mundial, assim, a economia de exportação dentro do MPC cria um ciclo que reproduz a dependência e fortalece a economia internacional. Segundo Borón (2014, p. 72) América Latina tem uma importância estratégica para os Estados Unidos baseada na produção e reserva de vários minerais, sendo que entre os dez primeiros países mineiros do mundo há seis latinoamericanos: Peru, Chile, Argentina, Brasil, Bolívia e Venezuela; além disso a região tem reservas provadas de minerais estratégicos, “en varios, el principal receptor de la producción es Estados Unidos, especialmente en el caso del bismuto (88%), zinc (72%), niobio (52%)”.

As economias latinoamericanas fortemente baseadas no mercado externo deslocaram-se para a produção interna com a crise da economia capitalista internacional. Enquanto o sistema mundo chegou a determinado grau de desenvolvimento América Latina ingressou na etapa de industrialização processo que continuou subordinado à produção e exportação de bens primários até as crises entre as Guerras Mundiais deslocando o eixo de acumulação para a indústria. Fortaleceram-se assim as correntes desenvolvimentistas na década de 1950, acreditavam que os problemas da formação social e econômica latinoamericana

²² Para produzir mais-valor os países da América Latina incrementaram a exploração da força de trabalho procurando compensar na produção interna a perda de renda pelo comércio internacional, no lugar de tentar corrigir o desequilíbrio entre os preços e o valor das suas mercadorias exportadas. Isto aconteceu não só com o trabalho na região: “El efecto de dicha oferta [de alimentos e matérias primas] será el de reducir el valor real de la fuerza de trabajo en los países industriales, lo que permite que el incremento de la productividad se traduzca allí en cuotas de plusvalía cada vez más elevadas. En otros términos, mediante su incorporación al mercado mundial de bienes-salario, América Latina desempeña un papel significativo en el aumento de la plusvalía relativa en los países industriales” (MARINI, op. cit., p. 117).

desapareceriam com a aceleração do desenvolvimento capitalista, ao tempo que o capitalismo dependente acelerou o crescimento industrial por conta dos fatores externos. Segundo Marini (2008) acreditar que os abusos contra as nações não industriais foram baseados numa suposta fraqueza econômica, é acreditar na possibilidade de estabelecer relações econômicas equitativas entre as nações quando se trata é de suprimir as relações econômicas baseadas no valor de troca. Nesse sentido Katz (2018) retoma a teoria da dependência para apresentar as principais características da inserção internacional, e subordinada, da região na contemporaneidade:

- a) Extrativismo e primarização: A partir dos anos 80 América Latina volta à velha especialização de exportação de produtos básicos; as empresas transnacionais introduziram a mineração em grande escala com extrações que representam grandes riscos e perdas sociais e ambientais; assim, primarização e extrativismo são denominações contemporâneas do subdesenvolvimento gerado pela dependência da região aos preços externos das commodities;
- b) Regressão industrial: Na região baixou o peso do setor secundário no PIB pelo que se fala de uma “desindustrialização precoce” o que tem uma afetação específica no modelo criado para aprovisionar o mercado local na substituição de importações. A regressão industrial atualiza os desequilíbrios do ciclo dependente dos anos 70;
- c) Modalidades de exploração: Sob o neoliberalismo a realidade social na América Latina assiste o aprofundamento da desigualdade social principalmente com o incremento do desemprego, da flexibilidade laboral e da superexploração. Outro ponto que merece destaque é o desterro da população campesina dos seus territórios para dar passo à transformação capitalista do agro (necessária uma revisão da influência do narcotráfico na economia e estratégias paraestatais neste ponto);
- d) Dívida Externa: A dívida externa aprofunda a crise na região sendo que há maior presença do FMI promovendo reformas econômicas e sociais para dar prioridade ao pagamento da dívida;
- e) Variedade de crises: Sob o neoliberalismo as crises são mais próximas e intensas, na América Latina apresentaram-se nas economias intermedias (México, Argentina). O autor assinala que a teoria da dependência estuda este ponto desde olhares multicausais que têm relação com os desequilíbrios externos;
- f) Imperialismo e subimperialismo: As características que já foram apontadas estão no marco da geopolítica do imperialismo global. O “dependentismo” tem uma tradição forte mesmo com a história de anti-imperialismo que faz parte da região. A noção

subimperialismo foi criada para distinguir as potências regionais com capacidade de ação militar e que tem relativa autonomia dos Estados Unidos tipo o Sul da Ásia;

- g) Regímenes autoritários: A maioria das experiências de implantação do neoliberalismo na América Latina responde a processos (com suas particularidades) autoritários com ampla participação da mídia na construção da agenda neoliberal. A teoria da dependência trabalhou especialmente as ditaduras, os modelos de contra insurgência assinalando a incompatibilidade do neoliberalismo com os direitos sociais e as ganâncias democráticas.

En todos los casos se afianzan sistemas represivos que utilizan el estado de excepción para aplicar la agenda neoliberal. Las situaciones de mayor dramatismo se observan en México (2000 muertes por mes, incontables desaparecidos, 330.000 desplazados) y Colombia (385 líderes sociales ultimados desde la firma del Acuerdo de Paz). La misma tónica adopta el asesinato de militantes populares. Ya hay varios nombres que simbolizan el mortífero accionar de los gendarmes y las bandas parapoliciales (Marielle Franco, Sabino Romero, Berta Cáceres, Santiago Maldonado, Yolanda Maturana). La persecución de opositores y la proscripción de los principales líderes del ciclo progresista ilustran la misma tendencia, en un marco de creciente fraude y alta abstención electoral (KATZ, 2018, p. 8).

A teoria da dependência esclarece o retrocesso da América Latina na sua relação com o MPC; os princípios do “dependentismo” oferecem interpretações consistentes sobre o autoritarismo, evidencia o papel da região no processo de acumulação capitalista e demonstra a importância da relação Estado-capital para o MPC, assim o aponta Gunder Frank (1973, p. 79)

En América latina el imperialismo fue más lejos y transformó – pero en sentido reaccionario – toda la estructura productiva y de clases. No sólo se sirvió del Estado para invadir la agricultura, sino que tomó posesión de casi todas las instituciones económicas y políticas para incorporar la economía entera al sistema imperialista.

1.2.2. Consenso de Washington e ajuste neoliberal

Depois da crise da década de 1970, supostamente gerada pelo poder excessivo dos sindicatos e do movimento operário na pressão sobre os salários e os gastos sociais, e pela extrema regulação do Estado nos assuntos econômicos, consolidou-se a reação teórica, política e fundamentalmente econômica à crise do WS/EBS. A literatura sobre o neoliberalismo concorda em que este sugeriu a criação de um Estado “forte” para o controle do orçamento público e a aniquilação dos sindicatos, e “mínimo” para intervenção econômica

no mercado e investimentos sociais²³. América Latina transformou-se num laboratório das ideias neoliberais, em nome da “modernidade” iniciou-se o processo de implementação de políticas decisivamente subordinadas à política econômica capitalista e o caráter oligopolista das transações internacionais; comandadas pelo FMI e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) as reformas que prometeram levar prosperidade à região só agravaram e aprofundaram a desigualdade e a crise econômica.

É fundamental grifar que os processos de implantação da doutrina neoliberal na América Latina surgiram junto às ditaduras cívico-militares da década de 1970 com determinante participação dos Estados Unidos e fortes implicações na configuração das lutas de classes. O primeiro e mais representativo exemplo é Chile com a ditadura de Augusto Pinochet na qual a “Escola de Chicago” teve importante participação²⁴.

Friedman previu que a velocidade, a rapidez e finalidade das mudanças econômicas gerariam reações psicológicas nas pessoas que “facilitariam o processo de ajuste”. Ele cunhou uma frase para essa tática dolorosa: “tratamento de choque” econômico. Desde então, sempre que os governos impuseram programas de livre mercado de amplo alcance, optaram pelo tratamento de choque ou “terapia de choque” [*tradução nossa*] (KLEIN, 2007, p. 7).

Pinochet facilitou o processo de ajuste com seus próprios tratamentos de choque como unidades de tortura e outras técnicas de controle aplicadas a quem achava como um obstáculo para a transformação capitalista; isto é, o projeto econômico do neoliberalismo pode ser implementado com níveis muito baixos de democracia, mas para cumprir seu verdadeiro objetivo precisa do autoritarismo como sugere o espírito antidemocrático do capitalismo. A experiência chilena demonstra que no contexto latinoamericano o capital se impôs com violência a través de ditaduras militares (Brasil-1964, Uruguay-1973, Argentina-1976), sem que isso representasse em todos os casos, implantação do modelo neoliberal.

Nessa linha de pensamento é importante reforçar que há particularidades na implementação do ajuste neoliberal na América Latina por conta da configuração específica

²³A tese da não intervenção do Estado procurava ser validada só para os países chamados “em desenvolvimento”. As estatísticas mostram que as despesas do setor público cresceram sistematicamente nos países centrais. “Nos Estados Unidos, por exemplo, passaram de menos de 10% no início deste século para 37% em 1980. Nos últimos 20 anos, nos países industrializados de economia de mercado, os gastos aumentaram de 31% para 40%. Na Europa Ocidental, a média foi de 45%, mais do que o dobro da registrada na América Latina. Muitos mantêm, como é o caso da Alemanha, não só o monopólio estatal em setores tradicionais, como ferrovias, mas também em áreas estratégicas, como telecomunicações” (MACHADO, 2002, p. 63).

²⁴No documentário “A Doutrina do Choque” de Naomi Klein (disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Y4p6MvwpUeo>, Acesso em: 24/nov./18), Milton Friedman afirma que a experiência Chilena “foi o primeiro caso em que tivemos um movimento direcionado ao comunismo que foi substituído por um movimento direcionado ao livre mercado”.

de cada país, lembrando que há coexistência de formas produtivas e relações sociais que respondem a diversas modalidades de desenvolvimento. Soares (1998, p. 33) apresenta pelo menos três semelhanças nos objetivos dos processos de neoliberalização na região:

- a) Aumentar o grau de abertura da economia para o exterior a fim de lograr um maior grau de competitividade de suas atividades produtivas;
- b) Racionalizar a participação do Estado na economia, liberalizar o comportamento dos preços e as atividades produtivas;
- c) Estabilizar o comportamento dos preços e de outras variáveis macroeconômicas em economias que têm estado submetidas a fortes processos inflacionários.

A partir dessas características evidencia-se que com a acolhida do neoliberalismo os Estados defendem a ampliação de lucro dos oligopólios acirrando a inequidade da estrutura social; segundo dados de Eric Toussaint, em 2000 os 127 homens mais ricos do planeta tinham em conjunto uma fortuna igual a um trilhão de dólares e, em 2001, as despesas militares no mundo somavam aproximadamente US\$800 bilhões. Nessa mesma época os governos preferiram socorrer grandes acionistas a atender as necessidades básicas de seus cidadãos miseráveis. Em 2001, mais de 1,5 milhão de trabalhadores foram demitidos nos Estados Unidos, enquanto milhões de seres humanos morriam no mundo por doenças curáveis (TOUSSAINT, 2001).

Como foi apontado, o final dos anos 80 e início dos 90 foram de grandes turbulências políticas. O colapso da tentativa socialista na Europa, a caída do muro de Berlim e a desintegração da União Soviética levaram à crise da socialdemocracia europeia. Assim, na luta contra o comunismo e como consolidação na América Latina do projeto imperialista através das propostas neoliberais, cria-se o Consenso de Washington (CW) e reforça-se a ideia de ajuda para o planejamento econômico consolidada desde 1961 com a “Carta de Punta del Este”²⁵ como a nova estratégia para preservar a hegemonia do mercado, sob o pretexto de criar alternativas para o problema da dívida externa, pensando sempre na ameaça que representava para o desenvolvimento econômico da região. Com a tese da incapacidade do Estado para formular políticas macroeconômicas, o neoliberalismo impulsionou a transferência dessa responsabilidade para os organismos internacionais, supostos agentes

²⁵La Carta de Punta del Este establece y acentúa la necesidad de plantear o programar el desarrollo de América Latina, porque la experiencia histórica ha demostrado que, sobre todo en los casos de los países en desarrollo, la libre operación de las fuerzas del mercado no conduce de modo necesario a la óptima utilización de los recursos productivos [...] De este modo el crecimiento económico se ha visto retrasado y en algunos casos ha caído en el estancamiento (REYNOSO, 1961, p. 726).

“independentes” e “desinteressados”, considerando toda regulamentação dos mecanismos econômicos por parte do Estado uma ameaça à liberdade econômica e política e apresentando a desigualdade como um “valor positivo”.

O Consenso de Washington, que recebeu seu nome do economista John Williamson, surgiu de um encontro, convocado pelo Instituto de Economia Internacional realizado em 1989, que reuniu funcionários do FMI, o BM, o BID, e economistas latinoamericanos, sob o tema: “Ajustamento Latinoamericano: o que tem ocorrido?”. Segundo o encontro as políticas adequadas para solucionar os problemas econômicos da região eram uma rigorosa disciplina orçamentária contendo os gastos públicos; as políticas de estabilização deviam se centralizar na liberalização comercial e financeira; também eram fundamentais os investimentos externos diretos em todos os setores da economia. Nesse sentido justificam-se as privatizações para atribuir maior eficiência e competitividade aos setores privados nacionais.

As reformas de política econômica do CW estavam baseadas numa lógica de mercado caracterizada pela abertura e a disciplina macroeconômica (MARTÍNEZ; REYES, 2012). Formulou-se uma lista de medidas de política econômica para orientar aos governos de países em desenvolvimento e aos organismos internacionais (FMI, BM, BID) na hora de valorar os avanços econômicos dos primeiros ao pedir ajuda aos segundos. Segundo Raichelis (1998) as medidas de ajuste estrutural do CW incluíam fundamentalmente²⁶:

- a) Estabilização: Medidas para baixar a inflação no curto prazo;
- b) Ajuste estrutural: Medidas para aumentar a competitividade da economia com abertura comercial, desregulamentação de preços e reforma tributária;
- c) Privatização: Contrarreforma do Estado e transferência de empresas e serviços a fundos privados.

Assim, para a autora, a implantação das medidas deixaram recessão econômica, crise fiscal do Estado e agravamento da miséria constituindo o que foi chamado de “década perdida”; “a contraface mais perversa é revelada pela exclusão social, que o desenvolvimento capitalista globalizado e desigualmente combinado só faz aprofundar” (RAICHELIS, 1998, p. 72). Ditas medidas estão em completa harmonia com os principais componentes do

²⁶ John Williamson resumiu as teses que embasaram o CW em dez pontos estratégicos: 1) disciplina fiscal; 2) priorização do gasto público em saúde e educação; 3) realização de uma reforma tributária; 4) estabelecimento de taxas de juros positivas; 5) apreciação e fixação do câmbio, para torná-lo competitivo; 6) desmonte das barreiras tarifárias e paratarifárias, para estabelecer políticas comerciais liberais; 7) liberalização dos fluxos de investimento estrangeiro; 8) privatização das empresas públicas; 9) ampla desregulamentação da economia; e 10) proteção à propriedade privada.

neoliberalismo apresentados antes, deixando o Estado à mercê dos interesses privados o que tem levado a diferentes formas de precarização do trabalho, desregulamentação do Estado, ampliação do mercado informal e desemprego, além de enfraquecer a capacidade de formular e executar políticas públicas.

Sin lugar a dudas, el papel del sector privado en el cambio de modelo económico era fundamental, principalmente porque los recursos para impulsar el crecimiento económico iban a provenir tanto de los organismos internacionales como de este sector; de tal manera que las reformas de política económica no sólo tenían que responder a las exigencias de los gobiernos latinoamericanos, sino también a las necesidades y exigencias de seguridad en sus inversiones por parte de importantes capitalistas interesados en disminuir el papel interventor del Estado en las actividades económicas. De esta manera, la lógica del mercado del nuevo modelo cobraría sentido, garantizaría y fortalecería su hegemonía en el rumbo de la vida económica latinoamericana (MARTÍNEZ; REYES, op. cit., p. 44).

Diante da permanência da crise econômica os organismos internacionais apresentaram um novo pacote de reformas chamadas “de segunda geração” nas quais incluíram a importância das instituições no mercado laboral e na pobreza. Assim, as políticas sociais, a independência e autonomia dos governos passaram a trabalhar sob as lógicas do mercado. Os governos da América Latina suprimiram os restos do modelo protecionista para cumprir com os “benefícios” da abertura econômica. A partir da agenda do CW incentivou-se disciplina e reforma fiscal, porém, o recorte do gasto público, que supõe diminuição do déficit econômico sem impostos, implica redução da inversão social, dos subsídios à administração pública e privatização; a agenda do Consenso deixa claro o lugar e a atitude esperada dos governos latinoamericanos diante do papel do Estado e da distribuição de recursos (MAÑUNGA-ARROYO, 2015).

Na mesma linha, as políticas de meio ambiente implementadas pelo Estado neoliberal têm levado a perdas gigantescas e graves consequências na biodiversidade, sendo que a era da neoliberalização é também a era da mais rápida e da maior extinção em massa de espécies; nas palavras de Harvey (2007, p. 180): “Si nos estamos adentrando en el peligroso terreno de transformar el medio ambiente global, en particular su clima [...], entonces, no cabe duda de que un mayor aplauso de la ética neoliberal y de las prácticas neoliberalizadoras se revelará nada menos que fatal”.

Entretanto, como afirma Harvey (2008, p. 167), apesar do aumento da concentração de capital, o neoliberalismo não conseguiu estimular sua acumulação a níveis satisfatórios. Os dados de crescimento econômico comprovam que a neoliberalização não estimulou o crescimento mundial.

Nas regiões que se implementaram as políticas neoliberais, como na ex-União Soviética, América Latina e África, os resultados mostram cenários de estagnação e até colapsos econômicos, enquanto que no Sudeste Asiático, onde a economia conta com maior intervenção do Estado, há registros de crescimento.

Como assinalamos em trabalho de 2015²⁷, mesmo quando os agentes do CW arguíam que os países da América Latina não estavam obrigados a implementar as medidas propostas, elas compunham as condições impostas pelos organismos internacionais para acessar aos empréstimos e resgates financeiros. Porém, foi sua opção e responsabilidade efetivar as reformas e abraçar um sistema que prioriza as lógicas do mercado; quer dizer, isto é resultante da negativa da burguesia para abandonar seus privilégios de classe.

[...] conviene recordar que, en los 70s, la declinación del poderío norteamericano, *vis-à-vis* del bloque socialista y de los otros centros capitalistas, abrió camino a una mayor autonomía de los Estados latinoamericanos en el plano internacional. Al lado de proyectos de afirmación nacional como el del "Brasil potencia" o de la "Gran Venezuela", se desarrolla entonces un vigoroso latinoamericanismo, que se expresa en la formación del Sistema Económico Latinoamericano (SELA), en 1975, e iniciativas como las del Pacto de San José, mediante el cual México y Venezuela buscan paliar los efectos causados por la crisis petrolera a los países centroamericanos, o la del Grupo de Contadora²⁸, con el que esos dos países, junto a Colombia y Panamá, tratan de frenar al intervencionismo yanqui en la región (MARINI, 1991, p. 3).

Em termos de crescimento econômico, redução da pobreza, redistribuição de renda e condições sociais, os resultados foram desalentadores, o aumento do PIB na região foi de 1% em toda a década, o desemprego aumentou e a pobreza se ampliou: ao final dos anos 1990, América Latina apresentava maior desigualdade que qualquer outra região do mundo. Como já colocado, a tendência do capital em se expandir concentra recursos de produção e recria permanentes expropriações (FONTES, 2010b).

Segundo Caiado (2002) as principais mudanças que houve na estrutura produtiva setorial do PIB brasileiro entre 1989 e 1998 geraram desconcentração econômica regional. A partir de 1994 há uma estabilização da economia e efetiva reconcentração produtiva,

²⁷Ver: Un paso adelante, dos atrás: Lógicas de mercado y políticas de exclusión en Colombia.

²⁸O grupo, que tem o nome da ilha do Panamá onde se formalizou, foi conformado em 1983 com a finalidade de promover conjuntamente a paz em Centro-américa, mantendo viva a possibilidade de um acordo pacífico e negociado, e planteando parâmetros para futuros acordos de paz. O grupo Contadora funcionava por fora dos interesses dos Estados Unidos que na época, sob a administração Reagan, atuava na Guerra Fria contra a União Soviética e Cuba através da Nicarágua. Em 1985 Argentina, Brasil, Peru e Uruguai criaram o grupo de apoio conhecido também como Grupo de Lima. Em 1990 Chile, Equador, Bolívia e Paraguai se articularam; nesse período os países de Centro-américa e do Caribe também foram convidados a participar adotando o nome de Grupo de Rio, que mantém um caráter de consulta e concertação até nossos dias (FROHMANN, 1996).

identifica principalmente a intensificação das medidas liberalizantes e crescente desequilíbrio nas transações correntes. Com a ausência de uma política nacional de desenvolvimento, a guerra fiscal passou a determinar as áreas de investimento, junto com outros fatores determinados exclusivamente pelo mercado, gerando processos de concentração, desconcentração e reconcentração.

Segundo o autor havia uma tendência reconhecidamente desconcentradora entre 1970 e 1985, e que se prolongaria, porém de forma não tão clara, com os dados do período 1985/1995. Nesse período houve uma ‘suave’ reconcentração, justamente a partir da intensificação da política de abertura. O comportamento contraditório se deve ao desmantelamento do Estado Nacional e de vários órgãos regionais (Sudene e Sudam, por exemplo); e a abertura comercial, que teve sérios efeitos destruidores em várias linhas de produção industrial; a debilidade fiscal e financeira dos governos federal e estaduais e a diminuição do ritmo de crescimento das exportações.

Ainda por cima, a Comissão Econômica para América Latina e o Caribe (CEPAL) (1992) elaborou um documento sobre o perfil da pobreza na América Latina no início dos anos 1990 a partir do qual concluiu que entre meados da década 1980 e o início da década de 1990, a pobreza acentuou-se, especialmente nos países de maior tamanho econômico e populacional como Brasil, Venezuela, Argentina e México. O mesmo documento situa em torno de 196 milhões da população da América Latina abaixo da linha de pobreza, o que representa 46% do total.

O consultor do Banco Interamericano de Desenvolvimento, Ramón Béjar (2004, p. 24) elenca algumas consequências positivas do Consenso, que seria o aumento do respaldo das instituições financeiras internacionais; em linhas mais imediatas, a redução da inflação e a disciplina fiscal que reduziu o déficit orçamentário, são tomadas como saldos positivos. Elogia, da mesma forma, a liberalização financeira e as privatizações, que na América Latina, entre 1988 e 2000, atingiram mais de 1000 empresas ao todo. No entanto, o próprio Béjar (2004, p. 24–25) afirma que houve resultados negativos. Em termos de crescimento econômico, redução da pobreza, redistribuição de renda e condições sociais, os resultados foram desalentadores – o aumento do PIB na região foi de 1% em toda a década, o desemprego aumentou e a pobreza se ampliou: ao final dos anos 1990, a América Latina apresentava maior desigualdade que qualquer outra região do mundo quanto à distribuição dos ativos.

Assim também, surge na região o que Puello-Socarrás (2015) chama anti-neoliberalismo que pode ser considerado como “un episodio histórico contencioso dentro del proceso de luchas sociales y populares frente al proyecto hegemónico capitalista que representa el neoliberalismo. No obstante el significado fundamental es ser un dispositivo político no solo de cambios en el neoliberalismo sino de transformaciones al nivel de la economía política regional” (2015, p. 28). Nesse sentido, destacam-se diversas expressões de resistências como “El Caracazo” em Venezuela; o movimento Zapatista em México, os movimentos em defesa da coca e da água em Bolívia; as revoltas populares em Argentina e Equador; as protestas sociais em Chile, Colômbia, Paraguai e nos últimos anos em Brasil e Peru.

O anti-neoliberalismo representa uma oposição direta ao CW e às políticas neoliberais, um período de transição e construção de alternativas não só *anti* mas *contra*-neoliberais que em muitos casos desembocaram em governos progressistas ou de esquerda (lembrando os matizes e tons de cinza que diferenciam os processos), tal o caso de Hugo Chavez em Venezuela; o Foro de São Paulo, Lula e Dilma no Brasil; Nestor Kischner na Argentina; Evo Morales na Bolívia, Rafael Correa no Equador e a Frente Ampla que governa Uruguai ininterrompidamente desde 2005, primeiro com Tabaré Vázquez, seguido de Pepe Mujica (ex-tupamaro) e de novo Tabaré; a coalizão ainda representava a maioria parlamentar em 2015.

Mediante o exposto sobre capital-imperialismo e neoliberalismo é possível analisar o que foi a implementação dessas medidas na Colômbia na década de 1990, sendo fundamental a análise da primeira onda de reformas neoliberais, para a compreensão do atual contexto colombiano, eis a relação entre neoliberalismo e capital-imperialismo. Os resultados gerais dos processos de implantação das políticas neoliberais na América Latina possuem características que se replicaram na Colômbia, mas também ocorreram especificidades que serão debatidas a seguir.

Como foi possível que o Estado colombiano desenvolvesse esse projeto em uma nação caracterizada por uma sociedade civil ativa, além dos grupos armados? Quais foram as principais reformas econômicas e sociais que foram realizadas no Estado Colombiano para a implantação das políticas neoliberais? A seguir os processos de contrarreforma realizados para neoliberalização do Estado Colombiano.

CAPÍTULO 2

O ESTADO COLOMBIANO NO CAPITAL-IMPERIALISMO

Colocar a violência em primeiro plano
quase inevitavelmente serve para obscurecer
as questões que estão no centro das lutas por justiça.
Angela Davis
(A liberdade é uma luta constante)

2.1. O Estado capitalista

Para refletir sobre os fundamentos ontológicos do Estado temos como pressuposto que este é um produto da sociedade historicamente constituído, assim sendo, compreender seu surgimento é fundamental para compreender as razões da sua necessidade e função contemporânea. Segundo Marx (1985, p. 206) as relações sociais estão ligadas às forças produtivas, por conseguinte, a base da reprodução material da sociedade é o que explica as outras esferas necessárias para a reprodução social; consequentemente, tomamos a concepção de Estado ligada sempre ao trabalho enquanto elemento fundante do ser social.

A um determinado estágio de desenvolvimento das faculdades produtivas dos homens corresponde determinada forma de comércio e de consumo. A determinadas fases de desenvolvimento da produção, do comércio e do consumo, correspondem determinadas formas de constituição social, determinada organização da família, das ordens ou das classes; numa palavra, uma determinada sociedade civil. A uma determinada sociedade civil corresponde um determinado estado político, que não é mais que a expressão oficial da sociedade civil.

O Estado moderno se constituiu dentro do MPC e é parte essencial para a manutenção desse sistema, fundamentalmente, mas não só, como instrumento que serve ao capital para explorar o trabalho assalariado²⁹. Em vista disso, aprofundamos no primeiro capítulo na compreensão do imperialismo, do neoliberalismo, e da articulação da reprodução do capital com outras formas da totalidade como a política. Neste capítulo pretendemos identificar alguns aspectos relevantes para compreensão da natureza e papel do Estado na sociedade capitalista, visando identificar as contrarreformas propostas para a consolidação da doutrina neoliberal na Colômbia.

²⁹É importante sublinhar que no papel mediador do Estado, sobretudo na resolução das contradições entre capitalistas e trabalhadores assalariados, “verificou-se que em geral o salário atende às necessidades da reprodução fisiológica dos trabalhadores; quanto às necessidades da natureza histórico-social, somente as lutas organizadas dos trabalhadores, através dos seus sindicatos e partidos, tiveram certo êxito no sentido de obrigar os capitalistas a reconhecer algumas delas como legítimas” (NETTO; BRAZ, 2006, p. 104).

Como foi apontado no primeiro capítulo, a sociedade moderna tem sua origem na divisão social do trabalho, e a consolidação da lógica de sociabilidade capitalista fez surgir duas classes antagônicas: a proprietária dos meios de produção e a classe despossuída desses meios. Não obstante, esta divisão não se deu de forma natural; antes disso, representa uma construção histórica onde o Estado cumpre um determinado papel que, de um modo ou de outro, visa “administrar” o conflito entre as classes sociais. Porém, não deve ser esquecido que o Estado capitalista possui na sua estrutura funções que garantem a uma determinada classe as condições para a sua dominação política, ideológica e econômica.

O Estado é um complexo de relações sociais; é uma totalidade concreta, complexa e contraditória; um ser histórico rico em determinações e situado no tempo e no espaço (FARIAS, 2001). Segundo Engels (2010, p. 213)

O Estado não é um poder que se impôs à sociedade de fora para dentro [...] é um produto da sociedade, quando esta chega a um determinado grau de desenvolvimento [...] é a confissão de que essa sociedade se enredou numa irremediável contradição com ela própria e está dividida por antagonismos irreconciliáveis que não consegue conjurar [...].

O autor destaca duas características fundamentais do Estado: a primeira delas é que o Estado burguês passa a agrupar os seus cidadãos a partir da divisão territorial, suprimindo em único coletivo as classes antagônicas; a segunda é a instituição da força pública, a qual cumpre o papel de repressão a qualquer organização armada que se pretenda ir de encontro a “ordem” estabelecida pelo capital. Desse modo, identificamos três teses fundamentais sobre o Estado formuladas por Engels: que o conflito gerado entre classes sociais antagônicas exige o domínio de um “terceiro poder”; que o Estado é concebido e constituído através do desenvolvimento histórico da sociedade; e que o Estado é um instrumento de dominação de classe.

Sob o mesmo ponto de vista Mandel (1977) conclui que o Estado é o produto e a manifestação do antagonismo inconciliável das classes, aparece onde e na medida em que os antagonismos de classes não podem objetivamente ser conciliados, o Estado é a prova de que há conflitos sociais (portanto, uma relativa escassez de bens e serviços) e só pode morrer com o fim dos antagonismos de classes. O Estado já existia antes do desenvolvimento do sistema capitalista, e em todas as sociedades baseadas na divisão de classes, o Estado aparece como um poder que legitima e defende os interesses da classe dominante.

Assim, o Estado é sempre o Estado da classe mais poderosa, da classe economicamente dominante, que se torna, graças a ele, a classe politicamente dominante, adquirindo novos meios para explorar a classe dominada (ENGELS, 2010). O anterior expressa com toda clareza o papel histórico e a significação do Estado. Contudo, afirmar que o Estado é simplesmente o espaço de representação política da burguesia se reduz a uma compreensão superficial, quando não são discriminadas as relações materiais que favorecem a dominação de classe. É preciso grifar que no capitalismo as classes sociais exercem funções fundamentais para a conservação do sistema sendo sua inserção no MPC independente da consciência que tenham disso ou como assinala Marx (2011a) o Estado cumpre a “função objetiva” de garantir a ordem material da sociedade burguesa sem que, para tanto, seja necessário que a burguesia esteja à frente.

Na mesma linha de pensamento Poulantzas (2007, p. 332–333) define que há uma autonomia do aparelho estatal capitalista em relação às classes dominantes (ou bloco no poder); uma autonomia relativa do Estado na sua relação com o campo da luta de classes, particularmente, da luta política de classes que se dá na medida em que possui uma unidade própria enquanto nível específico do MPC, ou seja, uma unidade de poder de classe que impede que as relações das classes ou frações do bloco no poder se fundamentem na fragmentação ou reparto do poder institucionalizado do Estado.

Além das fissuras próprias de um Estado de classes, Osorio (2014, p. 205–209) apresenta duas particularidades sobre o Estado capitalista nas sociedades dependentes:

- a) Estados subsoberanos: a constituição do Estado no capitalismo dependente implica uma condensação das relações de poder e dominação, bem como um exercício desigual da soberania que se acentua ou atenua em diferentes períodos históricos; implica subordinação/associação do capital e das classes dominantes locais frente ao capital e às classes soberanas do mundo desenvolvido e imperialista. O anterior provoca enfraquecimento ou ausência de processos autônomos de desenvolvimento e projetos nacionais que deveriam “necessariamente assumir conotações anti-imperialistas, e ao mesmo tempo, anticapitalista e popular”;
- b) A determinação do Estado pela superexploração: como foi trabalhado no capítulo I, o capitalismo baseia-se fundamentalmente na superexploração da força de trabalho, isto gera processos produtivos que tendencialmente ignoram as necessidades da maioria da população trabalhadora orientando a produção para mercados estrangeiros; aumenta o

subemprego o desemprego e aumenta a intensidade do trabalho ou das jornadas de trabalho dos trabalhadores ativos e gera altos níveis de conflitos sociais. Tudo isso leva ao Estado ao uso recorrente de mecanismos coercitivos e da religião para gerar sentido de comunidade.

Marx (2009; 2011b) afirma que o capital é uma relação de produção compulsiva, não controlável e totalizadora e nesse sentido, o controle do capital não se verifica apenas nas unidades produtivas, ele aparece também através de outras mediações como o Estado. Como aponta Mészáros (2010) o capital se articula como estrutura de comando, regulando as relações sociais e exercendo controle sobre o funcionamento de toda a sociedade; dessa forma, o Estado complementa as necessidades do capital e assume uma função totalizadora. Com o capitalismo é estabelecida uma correlação inimaginável entre economia e política, nas palavras de Farias (2001), uma “relação orgânica” entre Estado e capital. Nesse sentido, se faz necessário esclarecer que dita articulação, no MPC, também está caracterizada por uma autonomia relativa dessas esferas (MARX, 2008b), e que dita autonomia carrega particularidades que diferenciam o MPC dos modos de produção pré-capitalistas onde “os indivíduos não se relacionam como trabalhadores, mas como proprietários”, há uma unidade do produtor com os meios de produção e as condições de trabalho, e não uma “separação” como na relação trabalho assalariado e capital (MARX, 2011b, p. 628–648).

Do ponto de vista ontológico, atribui-se uma primazia do capital em relação ao Estado, isto é, o econômico possui o *papel predominante* (POULANTZAS, 2007). Mas não se estabelece nenhuma hierarquia entre esta, nem outras formas do ser social; é no contexto de uma formação econômica e social dada que se apreende o conjunto dos aspectos do Estado como ser social e histórico; distingue-se sua aparência da sua essência e as relações dinâmicas que se desenvolvem a partir da luta de classes cujo eixo é a divisão capitalista do trabalho (FARIAS, 2001). O Estado não é visto como simples aparelho repressivo da opressão da classe, mas ao mesmo tempo, como instância ideológica e parte integrante de amplas relações hegemônicas, definidas pelo pensamento e a ação dos indivíduos. O Estado ou o político não são considerados aqui simples reflexo das estruturas econômicas, ou “superestrutura”, mas um campo de ação que possui condições e dinâmicas próprias (HIRSCH, 2010, p. 21–22).

Voltando à “relação orgânica” Estado-capital, poder-se-ia dizer que há uma multiplicidade de funções do Estado no imperialismo, funções extra econômicas para assegurar objetivos estritamente econômicos e para as quais o Estado cria as mais diversas

formas de atuação, de investimentos diretos até políticas sociais. Mandel (1976, p. 475 [tradução nossa]) apresenta três funções principais do Estado capitalista: a) aprovisionar as condições gerais de produção que não podem ser asseguradas pelas atividades dos integrantes da classe dominante; b) reprimir qualquer ameaça ao modo de produção por parte das classes dominadas ou setores particulares das classes dominantes, por meio do exército, polícia, sistema judiciário e penitenciário; c) integrar as classes dominadas, assegurar que a ideologia dominante da sociedade seja a da classe dominante, e que consequentemente as classes exploradas aceitem sua própria exploração fora do exercício imediato da repressão contra elas (porque acreditam que é inevitável, ou “o menor mal” ou “mandato supremo”, ou nem percebem a exploração). A função mediadora do Estado é necessária pois a dominação baseada exclusivamente na repressão seria equivalente a um estado em permanente guerra civil.

O autor assinala algumas funções econômicas do Estado como *garante da ganância dos monopólios*: a) como empresário nos setores básicos não rentáveis (fornecedor, a baixo custo, de energia e matérias-primas); b) assunção do controle de empresas capitalistas em dificuldades ou empresas nacionalizadas que não são rentáveis (geralmente há uma nacionalização das perdas e reprivatização das ganâncias); c) entrega aos monopólios de complexos construídos com fundos públicos (a industrialização dos países desenvolvidos foi favorecida pela iniciativa governamental “De hecho, el nacimiento de una burguesía industrial en los países subdesarrollados es el producto común de encargos del Estado, de incitaciones del Estado bajo forma de garantías y del saqueo de la caja del Estado (especialmente por funcionarios y políticos corrompidos)”); d) subsídios diretos ou indiretos para a empresa privada; e) a garantia explícita de lucro pelo Estado (1971, p. 117–122).

Netto (2011, p. 25–26) chama as funções econômicas apresentadas por Mandel como *funções econômicas diretas* e acresce *funções econômicas indiretas* como compras do Estado aos grupos monopolistas; investimentos em meios de transporte; preparação institucional da força de trabalho e gastos com pesquisa; aqui, através de planos e projetos de médio prazo, o Estado sinaliza a direção do desenvolvimento. Nesse sentido, Mészáros (2010, p. 74–75) assinala que o Estado poderoso e totalizador surge complementando e não simplesmente servindo o capital, quer dizer, o Estado torna-se cada vez mais presente não só auxiliando o capital na sua reprodução jurídico-legal (normatização dos regulamentos de convivência ou com mais força no neoliberalismo legalizando novas formas de exploração), também se

envolve diretamente na sua reprodução econômica comprometendo a renda nacional com os interesses do capital:

El estado debe también asumir la importante función de comprador/consumidor directo en una escala cada vez mayor. En esta condición debe ocuparse tanto de algunas necesidades del conjunto social (desde la educación hasta el cuidado de la salud, y desde la construcción y mantenimiento de la llamada “infraestructura” a la provisión de servicios de seguridad social), como también de satisfacer “apetitos artificiales” en gran extremo (como alimentar no solamente una vasta maquinaria burocrática de su propio sistema administrativo y jurídico, sino también el complejo militar-industrial inmensamente desperdiciador, si bien beneficioso para el capital).

Sobre a funcionalidade do Estado Farias (2001, p. 39–44) assinala que “uma vez constituído o Estado para si (como forma) e em si (como função) [...] as razões da sua ação teleológica são muito intrincadas e variáveis no tempo e no espaço, bem como as formas da sua intervenção econômica” mais adiante apresenta a seguinte classificação: a) papel mediador das contradições do capital (participando da resolução das contradições do sistema); b) o papel como agente de intervenção (gestão estatal no aspecto histórico); e c) o papel espacial do Estado (gestão estatal no local, nacional e global).

O Estado burguês se diferencia das formas anteriores de dominação de classe, por uma categoria inerente ao MPC, o isolamento ou cisão das esferas pública e privada da sociedade o que é consequência da generalização única da produção de mercadorias, da propriedade privada e da concorrência “todos contra todos” (MANDEL, 1976). Com o imperialismo há uma extraordinária consolidação da “máquina burocrática e militar do Estado”, mudanças na sua funcionalidade e papel, hipertrofia dos seus aparelhos ao mesmo tempo em que se multiplicam as repressões contra o proletariado que deve ter como objetivo prático destruir o Estado parasita (LENIN, 2010). Dessa forma, o Estado ajusta suas funções à dinâmica do processo de reprodução socioeconômico reforçando a dominação contra as forças que poderiam desafiar as desigualdades do sistema. No entanto, os autores destacam que a mediação do Estado não elimina a polaridade na resolução das contradições da produção e reprodução do capital, ou seja, por mais que o Estado desempenhe sua função de forma competente, em correspondência com as necessidades do capital, não pode eliminar as contradições do próprio sistema.

Paralelamente, a dinâmica do MPC faz com que o modo de trabalho e de consumo, a tecnologia, as estruturas sociais e as relações de classe, em suma a forma histórica concreta do capitalismo, sejam continuamente transformadas (primeiramente para reduzir o tempo de

produção, circulação e rotação das mercadorias), o que tem como consequências o aumento na exploração e pauperização dos trabalhadores. Como o Estado é a condensação institucional de relações sociais ligadas às forças produtivas, quer dizer relações capitalistas de produção, não está por fora das contradições que demarcam tais relações, isso deve levar sempre a novas crises institucionais e a processos de reorganização do sistema político.

Antes de passar aos aspectos mais relevantes para a compreensão do Estado neoliberal, é importante resgatar duas etapas características do Estado no capitalismo dependente, o Estado desenvolvimentista e o Estado contrainsurgente.

2.1.2. *O Estado desenvolvimentista*

Com os acordos de Bretton Woods entrou em vigência uma nova ordem econômica internacional traduzida na América Latina em planos de ajuda econômica e sistemas de acordos militares que configuraram um novo padrão de desenvolvimento, a Substituição de Importações³⁰. Segundo a política de cunho keynesiano o Estado teria legitimidade para intervir através de medidas econômicas (política fiscal creditícia e de gastos) e sociais, tendo em vista gerar demanda efetiva para o empresariado, ou seja, disponibilizar meios de pagamento e dar garantias ao investimento; é nesse momento que há generalização das políticas sociais (em alguns países da Europa em que os partidos socialdemocratas ascenderam ao poder, e nos Estados Unidos) com o WS/EBS³¹.

É importante grifar que existe um amplo debate sobre a utilização do termo Welfare State no contexto latinoamericano, na região não há consenso sobre a existência ou não do “Estado de Bem-Estar”; em contraposição foram apresentados termos como “Estado Social” ou “Estado Desenvolvimentista de Bem-Estar Social Latino-americano” para referenciar ações de inspiração cepalina destinadas a melhorar algumas condições de vida da população;

³⁰Alguns autores como Jairo Estrada (2004) e José Antonio Ocampo (2012, p. 13) preferem usar o termo *Industrialización liderada por el Estado* e não o de *Substituição de importações* “ya que este último no capta más que una característica de ese período de desarrollo y no necesariamente la más importante. En la terminología de la CEPAL también se ha denominado “desarrollo hacia adentro”.

³¹Para compreender os desdobramentos do neoliberalismo sobre a política social, é necessário analisar o papel do Estado na proposta keynesiana junto aos fundamentos da política social e seu desenvolvimento no MPC. No entanto, a abrangência do presente trabalho não permite aprofundar um tema tão necessário como a gênese, natureza e desenvolvimento da política social ao longo do MPC, assim, delimitaremos nossa análise sobre a contrarreforma no Estado no marco da implementação da primeira onda de reformas neoliberais na Colômbia na década de 1990.

indistintamente do termo usado, a relação Estado-mercado-sociedade continua dentro de um modelo que privilegia o mercado (MAÑUNGA-ARROYO, 2015).

A partir da compreensão do lugar da América Latina na divisão internacional do trabalho, e das particularidades da região, entendemos que não houve implementação do chamado Welfare State, e sim propostas de sistemas de proteção social, concessão de direitos sociais, e conquista dos mesmos nas mais diversas tensões das lutas de classes segundo as particularidades de cada país; como foi apontado, embora a política social seja fundamental para compreender os processos de implantação do neoliberalismo na região, se trata de um tema a ser abordado em futuros trabalhos.

Na América Latina o Estado desenvolvimentista justificado pelas teorias keynesianas assumiu dentro de suas funções econômicas os investimentos em setores que ainda não eram rentáveis para os empresários locais ou estrangeiros (grandes empresas ligadas à produção de aço, energia elétrica, água, educação); e as atividades que pela sua magnitude ficaram nas mãos estatais (infraestrutura portuária, estradas). O aumento das funções e instituições necessárias para esse modelo criou uma demanda interna e crescimento do emprego (OSORIO, 2014).

Esse tipo de Estado foi fundamental para o chamado modelo de industrialização que encontrará recursos para seu avanço, nas rendas que vem das exportações de matérias-primas e alimentos, isto é, na manutenção da antiga economia exportadora, porém, subordinada ao novo projeto econômico. Nesse sentido, o bloco no poder se reacomoda em termos da divisão interna do poder, sob a crescente hegemonia da fração burguesa industrial, tendo no poder estatal sua principal arma para impor seu projeto econômico societário.

Fundamentalmente, a forma e as funções do Estado desenvolvimentista estiveram diretamente ligadas aos interesses sociais que o hegemonizaram, bem como às tarefas e alianças necessárias para o projeto de industrialização. Não foi, por tanto, um produto alheio a essas necessidades. Ao contrário, obedecia à racionalidade econômica e política desse projeto (OSORIO, 2014, p. 212–213).

O enfraquecimento de uma industrialização diversificada para uma seletiva e concentrada, as mudanças econômicas que acompanham essa passagem e as novas uniões com o capital estrangeiro, geram o impulso de políticas que fortalecem segmentos sociais de alto poder de consumo o que coloca em questão as alianças sociais e políticas que sustentavam esta forma de Estado. Resgatamos ainda que, como foi dito, na América Latina o

desenvolvimentismo foi implementado sob as relações de superexploração do trabalho o que tem levado a uma transferência de ingressos das economias periféricas às centrais.

2.1.3. *O Estado contrainsurgente*

Segundo Marini (2018) a contrainsurgência é a aplicação de um enfoque militar à luta política “vê o oponente como um inimigo *que não somente deve ser derrotado como também aniquilado*”; considera o movimento revolucionário algo externo à sociedade em que se desenvolve; e propõe o restabelecimento da democracia burguesa, não a questiona. Sendo o Estado o princípio de organização de uma formação no sentido da coesão do conjunto dos níveis da unidade e da regulação do seu equilíbrio (POULANTZAS, 2007, p. 43–44), a vigência de um processo contrarrevolucionário incide necessariamente sobre sua estrutura e funcionamento.

Para a compreensão da nossa realidade é fundamental estabelecer a diferença entre as particularidades de um processo e o processo geral; em outras palavras, mais do que buscar semelhanças e diferenças entre o processo contrarrevolucionário latinoamericano e o fascismo europeu, é preferível partir do pressuposto de que ambos constituem *formas particulares da contrarrevolução burguesa* e tratar, pois, de verificar em que consiste a *especificidade* que assume a contrarrevolução latinoamericana e sua incidência no Estado (MARINI, 2018, p. 1–2), o anterior é válido também para perceber as diferentes formas de dominação, contrarrevolução e sua incidência nos Estados e nas estratégias revolucionárias da região.

Marini (2018) apresenta na sua análise, três vertentes da contrarrevolução latinoamericana, assinalando as modificações ao Estado venezuelano a partir de 1959 como o primeiro efeito da ação dos seguintes fatores:

- a) *Mudança na estratégia global norte-americana*. Implementada no final dos anos 1950 e início dos 1960, pelo governo Kennedy, em reação aos processos revolucionários (Argélia, Congo, Cuba, Vietnã) que ameaçavam o império dos Estados Unidos, além da União Soviética. Algumas das consequências da nova estratégia são as modificações no plano militar com a criação de brigadas especiais treinadas na contraguerrilha e reforço dos exércitos nacionais mediante programas de capacitação e armamento. “O mais significativo é a formulação da doutrina de contrainsurgência,

que estabelece uma linha de enfrentamento aos movimentos revolucionários a ser desenvolvida em três frentes: aniquilamento, conquista de bases sociais e institucionalização” (MARINI, 2018, p. 3);

- b) *Transformação estrutural das burguesias nativas*. Isto tende a ser traduzido em modificações do bloco político dominante por conta dos investimentos externos diretos, a subordinação tecnológica e a penetração financeira o que leva ao desenvolvimento de uma burguesia monopolista vinculada à burguesia imperialista, especialmente a norte-americana;
- c) *Ascenso do movimento de massas*. Movimento que vinha se desenvolvendo desde 1952 com a revolução boliviana e a guatemalteca 1944-1954, e o qual a burguesia teve que enfrentar no curso dos anos 1960, principalmente após a revolução cubana. O movimento de massas agrava as contradições existentes o que explica a violenta reação da burguesia e do imperialismo: contrarrevolução.

Assim, a contrarrevolução na maioria dos países da América Latina inicia com um processo de desestabilização, continua com um golpe de Estado (levado a cabo pelas Forças Armadas), e se resolve com a instauração de uma ditadura militar (Brasil 1964, Bolívia 1971, Chile 1973, Uruguai 1973, Peru 1975, Argentina 1976), apresentando em cada sociedade traços particulares. O terrorismo de Estado como método de enfrentamento ao movimento popular é uma expressão da incapacidade das burguesias monopolistas para atrair setores significativos a seu campo, o que constitui uma das diferenças com o fascismo europeu.

Diante disso, o Estado de contrainsurgência apresenta uma hipertrofia do poder militar dentro do executivo, expressada no Conselho de Segurança Nacional, cuja finalidade é gerar “paz social” para tornar possível o estabelecimento de novas modalidades de reprodução do capital, o melhor exemplo é encontrado no caso colombiano e seus processos de “paz”. O padrão keynesiano exigia uma forma de intervenção estatal que se modifica sob o padrão atual apresentado como Estado mínimo ou de não intervenção estatal, quando na verdade, a intervenção foi redefinida para fortalecer o Estado em função dos interesses do capital.

2.2. O Estado capitalista e sua forma neoliberal

-Señoras y señores -dijo el capitán con una voz baja, lenta, un poco cansada-, tienen cinco minutos para retirarse. La rechifla y los gritos redoblados ahogaron el toque de clarín que anunció el principio del plazo. Nadie se movió.

-Han pasado cinco minutos -dijo el capitán en el mismo tono-. Un minuto más y se hará fuego. [...] José Arcadio Segundo se empinó por encima de las cabezas que tenía enfrente, y por primera vez en su vida levantó la voz.

-¡Cabrones! -gritó-. Les regalamos el minuto que falta. [...] “En Macondo no ha pasado nada, ni está pasando ni pasará nunca. Este es un pueblo feliz”. Así consumaron el exterminio de los jefes sindicales.

Gabriel García Márquez
(Cien años de Soledad)

Como apresentado anteriormente, no período clássico do imperialismo estavam em disputa três projetos sociais que, de um ponto de vista econômico, político e ideológico, ofereciam diversas soluções à crise de 1929 e diversas modalidades de ação estatal, sendo duas propostas burguesas (o projeto socialdemocrata e o fascismo) e o projeto socialista. No pós-II Guerra Mundial, período de transição para os anos dourados do imperialismo (com a derrota do fascismo e o isolamento da revolução socialista) veio a se tornar hegemônico o projeto protagonizado por Keynes que defendia uma maior intervenção do Estado na economia.

A crise de 1970 demonstrou o não esgotamento do projeto fascista que reagiu com a refuncionalização do Estado capitalista e com o ajuste neoliberal da sociedade demarcando assim um momento de inflexão nas mudanças econômicas, sociais, políticas e culturais (revolução tecnológica, reestruturação produtiva, financeirização do capital, pós-modernidade, etc.). David Harvey (2007, p. 8–9) faz uma bela apresentação do papel do Estado esperado pela doutrina neoliberal:

El papel del Estado es crear y preservar el marco institucional apropiado para el desarrollo de estas prácticas. Por ejemplo, tiene que garantizar la calidad y la integridad del dinero. Igualmente, debe disponer las funciones y estructuras militares, defensivas, policiales y legales que son necesarias para asegurar los derechos de propiedad privada y garantizar, en caso necesario mediante el uso de la fuerza, el correcto funcionamiento de los mercados. Por otro lado, en aquellas áreas en las que no existe mercado (como la tierra, el agua, la educación, la atención sanitaria, la seguridad social o la contaminación medioambiental), éste debe ser creado, cuando sea necesario, mediante la acción estatal. Pero el Estado no debe aventurarse más allá de lo que prescriban estas tareas. La intervención estatal en los mercados (una vez creados) debe ser mínima porque, de acuerdo con esta teoría, el Estado no

puede en modo alguno obtener la información necesaria para anticiparse a las señales del mercado (los precios) y porque es inevitable que poderosos grupos de interés distorsionen y condicionen estas intervenciones estatales (en particular en los sistemas democráticos) atendiendo a su propio beneficio.

Embora o autor estabeleça uma diferenciação entre o papel do Estado na teoria neoliberal e a prática dessa neoliberalização, que pode ser atribuída à necessidade de criar um clima ótimo para os investimentos empresariais, tratando a população (especialmente sua força de trabalho) e o meio ambiente com mercadorias, e ao favorecimento da integridade do sistema financeiro em caso de conflitos (por cima da população e da qualidade ambiental); o Estado atuará de forma decisiva na implementação das medidas neoliberais. As divergências entre teoria e prática também podem estar associadas a problemas de transição das formas de Estado anteriores à virada neoliberal. Podemos concluir que o Estado neoliberal na sua relação com o capital, é uma forma instável além de contraditória. Harvey (2007, p. 85–88) expõe cinco contradições específicas do Estado neoliberal que o apresentam como uma forma política de transição e instável:

- a) Espera-se que o Estado neoliberal seja passivo ou secundário para às funções do mercado, e ativo na criação de um clima de negócios favorável ao ser uma entidade competitiva na política global; para isso deve funcionar como corporação coletiva e precisa do nacionalismo para garantir a lealdade dos cidadãos. Assim, “el nacionalismo requerido para que el Estado funcione efectivamente como una entidad corporativa y competitiva en el mercado mundial entorpece el camino de las libertades comerciales más generales”;
- b) O autoritarismo na imposição do mercado não tem relação com as ideias de liberdades individuais;
- c) A desregulação do sistema financeiro facilita comportamentos que exigem regulação para evitar crises, o livre comércio internacional determina algumas regras do jogo;
- d) Há uma consolidação do poder transnacional, monopolista e oligopolista num pequeno número de corporações multinacionais centralizadas o que vai contra as virtudes da competição.
- e) A expansão das liberdades do mercado restringe a ideia de liberdade à “liberdade de empresa”.

A partir do anterior e segundo a teoria neoliberal o Estado deve favorecer direitos individuais à propriedade privada, e incrementar a importância das instituições financeiras

garantindo sua solvência e integridade; o Estado neoliberal não admite fracassos financeiros, mesmo que seja por conta das más decisões dessas instituições. Ainda que a liberdade pessoal e individual no mercado seja garantida, cada indivíduo é responsável por suas próprias ações e por seu próprio bem-estar; em relação a isso Atílio Borón afirma que as políticas neoliberais são claramente políticas de exclusão social (GENTILI; SADER, 1995, p. 155). Por exemplo a rede de seguridade social é reduzida ao mínimo indispensável para acentuar a responsabilidade individual, assim, o Estado neoliberal vai deixando sempre segmentos da população exposta ao empobrecimento.

Nesse sentido, O Estado neoliberal é hostil a qualquer solidariedade social que desafie ou restrinja a acumulação do capital, por exemplo, o neoliberalismo encara o poder da organização dos trabalhadores o que somado à flexibilidade laboral leva a maior desigualdade social. Segundo Harvey (2007) a liberdade do mercado e a mercantilização de tudo gera falta de coesão social, destruição da solidariedade e até da própria ideia de sociedade, fazendo preciso reconstruir a solidariedade desde novas linhas o que explica o renascimento do interesse na religião, e o retorno de formas políticas antigas como o fascismo, o populismo e o nacionalismo.

A mercantilização dos serviços sociais através do Estado neoliberal é vista como natural, a disposição só das pessoas que podem pagar, e as que não podem, têm a responsabilidade de “comprovar” sua pobreza, só então o Estado deve intervir com serviços focalizados aos comprovadamente pobres. Soares (2003, p. 12) aponta que nesse cenário, a filantropia substitui o direito social, os pobres aos cidadãos, a ajuda individual à solidariedade, as soluções ad hoc às políticas públicas. “É o reinado do minimalismo no social para enfrentar a globalização no econômico [...] Do trabalho e da pobreza, cada um que cuide do seu como puder. De preferência como um Estado forte para sustentar o sistema financeiro e falido para cuidar do social”. Sobre a globalização é importante lembrar que esta não é nem natural nem harmônica, é uma política de mundialização (não só econômica) que isola o trabalho e torna respeitáveis os movimentos especulativos de capital, uma imposição de desregulamentação global (para além das relações de trabalho); e um termo que favorece os interesses de frações específicas no poder, dificultando a análise das relações internacionais (CHESNAIS, 1996; SOARES, 1998; 2003).

Harvey analisa –acerca da “acumulação por espoliação”–, que após a ascensão do neoliberalismo como medida política hegemônica alguns mecanismos que Marx apontava

foram aprimorados, em especial, o sistema de crédito e o capital financeiro. Outros mecanismos foram criados, como a propriedade industrial e intelectual, além da onda de privatizações, consistindo numa verdadeira expropriação. Essas medidas, assim como na época de Marx, são impostas pelo próprio Estado, mesmo que contra a vontade popular (2005, p. 122–123). No neoliberalismo, a soberania do Estado é entregue ao mercado global para exploração privada e lucrativa; todas as barreiras ao livre movimento têm de ser removidas (tarifas compensatórias, sobretaxas, o planejamento e o controle ambiental, etc.).

Nos processos de privatização há uma grandíssima transferência de riqueza social, construída com recursos gerados pela massa da população; operou-se especialmente nos países periféricos onde significou uma profunda desnacionalização da economia. Chesnais (1996, p. 186) aponta que primeiro foi a desregulamentação dos serviços financeiros e depois, anos 80, iniciou-se a desregulamentação e privatização dos serviços públicos. “Atualmente, é no movimento de transferência, para a esfera mercantil, de atividades que então eram estritamente regulamentadas ou administradas pelo Estado, que o movimento de mundialização do capital encontra suas maiores oportunidades de investir”. Na relação Estado-mundialização do capital, Jairo Estrada (2004) evidencia a ingerência por parte de organismos financeiros internacionais (FMI, BM, OMC, BID) como “agentes de política” cuja função é garantir que as orientações das políticas neoliberais sejam implementadas, e com um objetivo político-ideológico de desenvolver um discurso de superioridade social baseado na iniciativa privada e no livre mercado.

Acrescente-se que o Estado busca comportar-se em suas ações internacionais de maneira diferente da que utiliza no plano da política interna; isto é, pode ter uma forma de relação internamente entre os capitalistas e as classes dominadas, e ter uma relação paradoxal no exterior. Na prática das relações internacionais, os Estados dos países de centro mantêm barreiras e limites que protegem os seus mercados nacionais; ou seja, o que defende para as frações da sua classe capitalista, não defende para as outras. Entretanto, nos países periféricos/dependentes o Estado ordena segundo capitalistas que são, como diria Eduardo Galeano (2003), classe “dominante hacia dentro, dominada desde afuera”.

Em relação ao Estado no contexto de mundialização, Jaime Osorio (2014, p. 187) aponta à generalidade do discurso, no qual se fala simplesmente de Estados, desaparecendo assim as diferenças entre Estados e regiões centrais, semiperiféricas e periféricas, e com isso “some também o problema da divisão e do exercício desigual da soberania no sistema

mundial capitalista”, sendo que para o caso da América Latina, os Estados da região sempre sofreram uma soberania muito limitada.

Nas economias de enclave o Estado funcionou como instância negociadora e arrecadadora de impostos frente a companhias estrangeiras que controlavam a exploração de matérias-primas e alimentos; é o caso da United Fruit Company (conhecida na Colômbia como Yunaited), esta empresa³² e o governo dos Estados Unidos³³, não só decidiam os montantes e as formas de organização da produção em geral, mas a organização política e a direção que devia assumir o Estado (OSORIO, 2014). São conhecidas as consequências da opção pela soberania nacional contra os interesses do grande capital. Na Colômbia a chamada “masacre de las bananeras” escreveu com sangue um de muitos capítulos da história nacional onde a barbárie imperialista tentou reprimir, criminalizar e exterminar o protesto e todo tipo de oposição e resistência ao império do capital através do terrorismo do Estado sob o comando dos Estados Unidos.

El 16 de enero de 1929, a un mes largo de la masacre, el embajador de Estados Unidos en Colombia, Jefferson Caffery, envía al secretariado de Estado, una comunicación en la que, citando fuentes de la United Fruit Company, dice que el total de huelguistas muertos por parte del ejército colombiano pasó de 1.000. [...] El general Pompilio Gutiérrez, [...] dijo que “en las bananeras hubo más de 1.000 muertos, cifra cuidadosamente ocultada por el gobierno nacional”. Para el general Cortés Vargas los muertos fueron 47. Los demás, por centenas, los dejaron en fosas comunes o los arrojaron al mar. La matanza, que no solo sucedió en Ciénaga el 6 de diciembre, sino que se prolongó durante varios días por la zona bananera, en Sevilla, Orihuela, Riofrío, Guacamayal, Sevilla y otros, con fusilamientos y otras represiones, arrojó muertos a granel (SPITALETTA, 2018).

Segundo Michael Evans (2007) A companhia ainda se encontra no país com o nome de Chiquita Brands International, e em março de 2007 foi querelada e multada com 25 milhões de dólares a pagar ao governo dos Estados Unidos, por um processo do Departamento de Justiça desse país em relação ao pagamento de aproximadamente 1,7 milhões de dólares ao grupo paramilitar Autodefensas Unidas de Colombia (AUC) entre 1997 e 2004. O processo também vinculou ao governo colombiano na figura do então presidente Álvaro Uribe Vélez pela responsabilidade na criação do grupo paramilitar a partir das chamadas *convivir*. O inquérito revelou que a companhia fazia pagamentos às guerrilhas Fuerzas Armadas Revolucionarias de Colombia- Ejército del Pueblo (FARC-EP) e Ejército de Liberación Nacional (ELN) desde 1989, mudando para o grupo paramilitar em 1997 quando

³²Atua em vários países de Centro América e da América Latina.

³³Representado por seus embaixadores.

as duas foram inseridas na lista de Organizações Terroristas Estrangeiras (FTO pelas siglas em inglês) do departamento de estado dos Estados Unidos; finalmente o processo foi aberto após a inserção do grupo paramilitar AUC na lista FTO realizada em 2001 (EVANS, 2007).

Para exercer a soberania é essencial ter um projeto de nação autônomo em relação ao projeto das classes dominantes dos países de centro. Porém, na história da América Latina predominou a subordinação das hegemonias periféricas aos projetos hegemônicos (não há melhor exemplo do que a relação Colômbia-Estados Unidos), e se gestaram autonomias muito restringidas “pois a burguesia periférica não tem uma vocação de burguesia “nacional” (OSORIO, 2014, p. 190). Nesse sentido, Gunder Frank (1973) introduziu a categoria lumpen-burguesia para referenciar as classes dominantes da América Latina, que deixaram de lado a implementação de um projeto nacional autônomo articulado a uma consciência de classe própria, como as burguesias das potências europeias e norte-americanas, e tornaram-se servidas dos interesses das potências dominantes, principalmente dos Estados Unidos e suas grandes corporações transnacionais, com dinâmicas econômicas e políticas que articulam atividades legais e ilegais (da indústria ao narcotráfico).

No caso latinoamericano o exercício limitado da soberania não restringiu um férreo exercício do poder político por parte das classes dominantes; poder político sem unidade de poder de classe, no sentido acima trabalhado; o poder político não foi impedimento para o surgimento e desenvolvimento das mais diversas expressões de resistência no marco das lutas de classes, que embora não seja o alvo do presente trabalho, não podemos deixar de citar. Segundo Lenin (2010) o cerne da emancipação das classes dominadas, a possibilidade de transformação da sociedade, é a supressão do aparelho de poder do Estado, igualmente, Poulantzas (2007, p. 39) afirma que “la práctica política es el motor de la historia en la medida en que su producto constituye finalmente la transformación de la unidad de una formación social, en sus diversas etapas y fases”. No entanto, as lutas de classes na América Latina estão diante de um capitalismo tão reacionário “que aún las más tímidas reformas son percibidas como instancias catalizadoras de la revolución y, en cuanto tales, combatidas con ferocidad por las clases dominantes” (BORÓN, 2003, p. 16).

Para os capitais das economias centrais e para o bloco no poder das economias dependentes, é fundamental não enfraquecer a capacidade política estatal, mas fortalecê-la através do que Jaime Osorio (2014, p. 196) chamou “*neo-oligarquização dos Estados*, em que frações, setores e pequenos grupos sociais, ligados aos bancos e às grandes corporações industriais e de serviço assumiram o poder político para organizar o sistema mundial de acordo com seus interesses”. Em suma, é nesse contexto de financeirização que são

recomendadas aos países periféricos políticas de “ajuste” econômico e “reformas” monitoradas pelas agências internacionais, principalmente o FMI em representação das oligarquias financeiras. No primeiro capítulo foram trabalhadas as políticas de ajuste neoliberal propostas e desenvolvidas na América Latina com a financeirização do capital e consagradas no CW.

É imprescindível grifar a atitude dos países que comandam os órgãos multilaterais proponentes e financiadores do neoliberalismo, ao considerar inevitáveis as consequências da implantação das políticas de ajuste, ou mesmo inerentes ao processo de modernidade. Inclusive, “se essas consequências se tornam muito fortes, a ponto de desestabilizar o bom andamento desse processo, esses mesmos organismos se dispõem a ajudar, financiando programas focalizados de “alívio” à pobreza” (SOARES, 2003, p. 13). As políticas e reformas de ajuste neoliberal não são mais do que reforço do parasitismo oligárquico e do neocolonialismo.

Em intervenção realizada no XVIII Congresso da Associação Latinoamericana de Sociologia³⁴, nos inícios da implantação das políticas neoliberais na região, Ruy Mauro Marini (1991, p. 4–5) propõe que o Estado assuma o “papel rector” nessa nova etapa de desenvolvimento para garantir que o patrimônio público não seja entregue a mãos privadas, fortalecer a participação popular na produção e na distribuição; e finalizar o papel das políticas de austeridade como transferência de recursos ao setor empresarial privado para que sejam redirecionadas ao gasto estatal das políticas sociais onde a prioridade seria da saúde e da educação “para que la población latinoamericana sea capaz de ajustarse a las exigencias que los cambios técnico científicos acarrearán a nivel de la producción y los servicios, además de ser palanca para la elevación política y cultural de los trabajadores”. Essa proposta está longe de ser revolucionária, e mesmo assim, são outros os planos do capital para nossa região.

³⁴Realizado em Havana, Cuba em 1991.

2.3. O Estado Colombiano no Capital-imperialismo³⁵

A história da Colômbia está marcada pela presença da violência; violência cuja história não pode ser apresentada desde um relato único, que ainda persiste e que está ligada a um relato maior, em relação de interdependência com os principais acontecimentos sociais, políticos, econômicos e culturais da região e do mundo. A necessidade de compreender essa violência, a multiplicidade das suas causas e como ela demarca e é demarcada pela realidade contemporânea do país, da região e do mundo foi alicerce para a elaboração dos mais diversos estudos com diferentes perspectivas teóricas, e da constituição de várias comissões criadas como ferramentas para compreender e superar a violência sofrida no país. Entre elas, a Comisión Nacional sobre la Violencia (CNV), o Centro Nacional de Memoria Histórica (CNMH), e a mais recente, Comisión Histórica del Conflicto y sus Víctimas (CHCV)³⁶.

O presente trabalho não visa dissertar sobre as causas do conflito ou a violência padecida na Colômbia, nem mesmo aprofundar sobre a presença esmagadora dos governos e das economias imperialistas, especialmente os Estados Unidos, na construção social, econômica, política e cultural do país. Procuramos apenas, desenhar, a *grosso modo*, uma fração da história do país, para evidenciar a incidência do desenvolvimento do imperialismo no bloco no poder e no Estado, e compreender assim a contrarreforma no Estado colombiano no processo de implementação das políticas neoliberais.

Em vista disso, apresentamos uma demarcação, inspirada no trabalho de Ocampo (2010), sobre as tendências basilares do desenvolvimento econômico no país com a consequente funcionalidade do Estado e principais características para cada período: *respice polum* (1905-1945) período de desenvolvimento primário exportador e transição ao desenvolvimentismo; *respice similia* (1945-1990) fase “desenvolvimentista” e transição ao neoliberalismo; *contrarreforma* (a partir de 1990) etapa de implementação do projeto

³⁵Trata-se da proposta de capital-imperialismo de Virginia Fontes abordada no primeiro capítulo, com uma visão voltada para compreender o imperialismo na Colômbia. “Capital-imperialismo nos permite recuar e avançar: enfatizar a contribuição marxiana sobre as tendências de expansão do capital, incorporar as modificações que o imperialismo introduziu, tal como Lenin o formulou, e tentar abarcar as características próprias, resultantes da expansão do imperialismo sob determinadas condições históricas. Recuo e avanço adequados ao fenômeno atual, que retoma as formas mais clássicas da concentração do capital, como demonstrou Marx, assim como retoma uma legitimação ultraliberal tardia, mas o faz a partir do patamar de concentração imperialista e, portanto, de um Estado fortemente armado para sua defesa” (FONTES, 2010a, p. 149–150).

³⁶Comisión de Estudios sobre la Violencia “Colombia: violencia y democracia” (1987); Centro Nacional de Memoria Histórica “¡Basta ya! Colombia: memoria de guerra y dignidad”(2013); Comisión Histórica del Conflicto y sus Víctimas “Contribución al entendimiento del conflicto armado en Colombia” (2015). A última comissão referida tem a particularidade de não ter sido indicada só pelo governo, está conformada por integrantes sugeridos pelas partes negociadoras, no caso o governo colombiano e a guerrilha das FARC-EP.

neoliberal que será trabalhada no ponto 2.4. Lembrando que a transição histórica não é mecânica e que as demarcações que seguem são processos que visam sublinhar características particulares, que podem ser entendidas desde diferentes relações com o todo social e histórico.

2.3.1. *Respice polum*

O século XX começou na Colômbia com um memorável saldo de morte consequência do enfrentamento entre campesinos pelo honor dos seus partidos, liberal e conservador (o país conta com a particularidade de ter conformado seus partidos políticos antes da consolidação do Estado³⁷) na chamada “Guerra de los Mil Días” (1899-1902); só a partir de então, e depois da perda de Panamá, os partidos lograram um acordo de “paz” que permitiu o avanço em alguns níveis de desenvolvimento econômico. Atrelado à igreja, manipulações eleitorais, contra a ideia de modernização, ciência, técnica, contra a educação feminina e a cultura, o período conhecido como hegemonia conservadora foi o primeiro do século.

Marco Fidel Suárez presidente da Colômbia entre 1918 e 1921 demarcou o que seria seu governo, e quase todos os governos do país, em 1914 quando integrava a comissão de relações exteriores, com a expressão latina *respice polum*, olhar para o norte/para a estrela polar; uma expressão que acolhe o baseamento da subordinação incondicional a Estados Unidos e que tem claras evidências na Colômbia até os dias atuais. A expressão nasceu no marco da negociação do tratado em que o governo norteamericano “indenizou” a Colômbia pela perda de Panamá com 25 milhões de dólares, e que depois, no governo Suárez, conhecida como *la danza de los millones*, além da construção de obras para o desenvolvimento, começaria a longa história da corrupção.

“La penetración financiera saxoamericana tiene finalidades bien distintas de las que le atribuyen los apóstoles de la estrella polar [...] las revoluciones, golpes de estado y maniobras electorales y políticas suelen ser una inversión tan atrayente como los ferrocarriles y las obras de progreso” [COLMENARES, 1998]. Entretanto, el acercamiento a Estados Unidos se

³⁷[...] la singularidad de la construcción del Estado-Nación en Colombia radica en la conjugación de varios procesos. La inculcación de un sentimiento de pertenencia a un destino compartido vino de la mano [...] de sus partidos políticos trenzados entre sí en rivalidades que, en un contexto de debilidad estatal, desembocaban en enemistad entre dos comunidades que se auto-reivindicaban cada una como portadora de la auténtica nación. Para las élites económicas en formación, mantener el control sobre el poder local por la vía de las lealtades partidistas se tornó crucial (WILLS, 2015, p. 769). Na mesma linha, o anticomunismo no país surgiu antes de que qualquer movimento se assumisse como comunista, e a contrainsurgência antes dos movimentos guerrilheiros.

aceleró. Los millones empezaron a llegar y Colombia entró de lleno en la órbita económica de la estrella polar. (CAMACHO, 2010, p. 184).

O Estado teve uma participação importante no desenvolvimento do transporte moderno do país com a construção de ferrovias e estradas; nos anos 1920 Ferrocarriles del Pacífico e Caldas criaram a primeira rede integrada para conectar as regiões cafeeiras com a costa pacífica; Cali e Buenaventura ganharam controle no comércio e transporte do negócio cafeeiro, posto que em 1914 a abertura do Canal de Panamá justificou o desenvolvimento de um porto no Pacífico.

Porém, o crescimento econômico produzido pelo porto, não foi traduzido em desenvolvimento social para a comunidade. Buenaventura é hoje o porto mais importante da Colômbia com uma tributação de 5,5 bilhões anuais e responsabilidade de 53% do comércio marítimo do país, ao mesmo tempo, é um dos municípios mais empobrecidos com 66% de índice de pobreza multidimensional (17% acima da média nacional), 36% de necessidades básicas não satisfeitas (três vezes maior que cidades como Cali) e um 64% da população urbana e 91% da população rural considerada pobre (ALBA-FAJARDO; GALVIS-APONTE; MOYANO-TÁMARA, 2016).

Esta situação levou à população a iniciar uma das maiores greves de 2017 “Paro Cívico Buenaventura- ¡El pueblo no se rinde, carajo!” Fechando o 99.9% do comércio e ganhando apoio e solidariedade a nível nacional e internacional, pressão que finalmente garantiu a criação de um Fondo Autónomo com a promessa de inversão de 1,5 bilhões em saneamento básico, saúde e educação; na atualidade a população está pressionando o cumprimento dos acordos assumidos pelo governo nacional.

No começo do século XX surge também a *contrainsurgência nativa* no país, a repressão do protesto social e o combate aos emergentes movimentos de esquerda que segundo Vega (2015, p. 702), em princípio, não teve incidência estrangeira nem adoção doutrinária; porém, é aqui que se cria a ideia do comunismo como inimigo, como oponente supremo dos “valores sagrados” e da estabilidade do país.

O medo das classes dominantes ao povo, à democracia e à revolução, vestiu o comunismo como inimigo de deus, da pátria e da lei; lembrando que para a oligarquia a denominação de comunismo inclui diferentes setores sociais e “en general, a aquellos que demanden reivindicaciones para mejorar sus condiciones de vida, en razón de lo cual deben ser combatidos”. A polarização da sociedade foi reforçada pela igreja católica e na polícia, até

então ligada às autoridades departamentais e os poderes locais, nas mãos do partido conservador.

Na primeira década do século XX também incrementou-se a inversão dos Estados Unidos nas economias de enclave petrolífero e bananeiro, e no setor financeiro com empréstimos para financiamento de obras públicas e infraestrutura. Nesse contexto, chega à Colômbia a Missão Kemmerer, a primeira missão econômica e financeira dos Estados Unidos para América Latina; na Colômbia a missão foi requerida pelo então presidente Pedro Nel Ospina (1922-1926) (filho do ex-presidente Mariano Ospina Rodríguez).

A missão agenciava reformas institucionais para o pagamento da dívida externa e melhorar a confiança dos investimentos estrangeiros (claro roteiro da nossa relação de dependência) deixando como resultado a criação da Contraloría General e do Banco da República diante da Lei 25 de 1923; a missão seria a primeira de muitas, para criar um sistema financeiro que melhorara o ingresso das economias periféricas ao mercado mundial, sempre ao serviço das necessidades do capital.

A década também foi testemunha de uma forte mobilização social para melhorar condições de trabalho e vida, e de como os protestos foram combatidos com políticas de contrainsurgência, o exemplo mais conhecido pode ser o massacre das bananeiras, referida anteriormente.

Como a “Yunaited” a Standard Oil Company, empresa de petróleo de John D. Rockefeller, representada na Colômbia pela Tropical Co. (conhecida como “Troco”), promovia construção de ferrovias e o desenvolvimento da indústria ao tempo que agenciava a repressão, a presença da “Troco” levou à presumida extinção dos indígenas Yareguíes na concessão petrolífera do Magdalena Médio e dos Barí na concessão Barco do Catatumbo; o mesmo quase extermínio pode ser atribuído à Anglo Peruana Casa Arana em relação aos indígenas Huitoto e a exploração de caucho para as indústrias bélicas dos países centrais.

Al respecto, hay testimonio de Juan Bautista ex-obrero de la empresa Tropical Oil Company en el suroriente de Barrancabermeja, [...] quien afirmó que “los capataces estaban autorizados por los gerentes gringos de la Troco y apoyados por la fuerza pública del Estado, para capturar a los indígenas que se oponían a la apertura de las trochas que facilitarían la exploración y explotación del petróleo; inclusive les pagaban muy bien a quien capturara o mostrara la cabeza del indio Pascual, el más temido en ese entonces (CASTILLO; VELÁSQUEZ, 2006, p. 304).

A intensidade das greves e paralizações não só marcaram a mudança no governo, também foram a pedra angular para o nascimento do sindicalismo, do movimento obreiro, do Partido Socialista Revolucionario, o Partido Comunista Colombiano (PCC), o Partido Agrario Nacional, e a Unión Nacional de Izquierda Revolucionaria (UNIR, sob a liderança de Jorge Eliécer Gaitán), entre outros.

No plano econômico, segundo José Antonio Ocampo (2012), na fase de exportação de produtos primários, América Latina foi uma das regiões da periferia da economia mundial que logrou se inserir no processo de crescimento econômico, como resultado a participação da região no PIB mundial passou de 2,6% a 5,2%. Após uma tendência crescente na economia nos anos vinte houve uma desaceleração em 1929, os efeitos da Grande Depressão no fluxo de capitais da economia mundial e no colapso do preço do café no mercado estadunidense, levaram a mudanças importantes na economia e no processo de industrialização na Colômbia. Ocampo (2010, p. 130) adiciona que o crescimento econômico do país estava por baixo dos países da região com um nível de desenvolvimento alto e mesmo aqueles com nível intermédio.

Si bien algunos de los cálculos del PIB (Producto Interno Bruto) per cápita muestran para comienzos del siglo XX una situación un tanto mejor que la de Brasil, Perú y Venezuela, esto refleja la sobreestimación de este indicador en el caso colombiano. Cuando se hace un estimativo alternativo, basado en series colombianas, el PIB per cápita correspondiente se sitúa en niveles similares a los de Brasil o Perú, algo inferiores a los de Venezuela y más bajos que los de Argentina y Chile, entre los países más grandes.

O anterior evidencia a ausência de uma política econômica interna que resistisse os efeitos da crise internacional, principalmente nos preços do café. É o retorno da história da Sociedad de Agricultores de Colombia (SAC) que desde finais do século XIX tentava sofisticar a agricultura, mas não lograva estabilidade por conta da fraqueza técnica e das mudanças na economia internacional.

O governo de Olaya Herrera (1930-1934), o primeiro da chamada República Liberal, implementou reformas protecionistas que favoreceram os setores de alimentos, tecidos, cimento e cerveja; em decorrência, mesmo com os efeitos da Grande Depressão, Colômbia, assim como os países da região, apresentou crescimento industrial gerado pela substituição de importações e os altos níveis tarifários das políticas protecionistas.

Se describen así los mecanismos a través de los cuales nuestro país dio el paso del semicolonialismo al neocolonialismo en ocasión de la crisis de 1930: 1) la crisis provocó una drástica reducción de las disponibilidades de

divisas; 2) el mercado nacional de productos manufacturados dejó de ser abastecido por la industria extranjera; 3) ese mercado era relativamente amplio dado que un sector importante de colombianos trabajaba para la exportación en calidad de pequeños propietarios; 4) los términos semicoloniales de la dependencia del país habían permitido la realización de acumulaciones de capital por nacionales; 5) muchos capitales perdieron su esfera tradicional de operaciones con la contratación del comercio exterior – café por bienes de consumo extranjeros –; 6) del encuentro de un mercado nacional abandonado por la industria extranjera y de las acumulaciones de capital en manos nacionales, parte de ellas momentáneamente ociosas, surgió la industria nacional, con base en el intercambio neocolonial de café por bienes de producción extranjera (ARRUBLA, 1969, p. 15-18).

O processo de substituição de importações apresentou uma restrição fundamental que levou o país pelas alamedas do neocolonialismo, por uma parte, sem redistribuição do ingresso o mercado interno não foi forte o suficiente para sustentar o processo de substituição de importações (pois a demanda dos consumidores determinava os bens a produzir), o que manteve a necessidade de importar equipamento industrial ou bens de produção, quer dizer, no processo de substituição de importações só um tipo de importações foi realmente substituída fato que reforçou a dependência e o investimento externo.

O crescimento econômico durante a substituição de importações não conseguiu recortar a distância com as economias de centro que seria ainda maior com o desenvolvimento nos “anos dourados” do imperialismo. Cabe aqui esclarecer que as políticas protecionistas foram impulsadas pela crise internacional e não pela construção de um projeto econômico autônomo, nesse sentido, o governo de Olaya demonstra o critério colonial do bloco no poder sobre a imigração de capital estrangeiro, no país com uma legislação petroleira que beneficia as empresas estadunidenses assentadas na concessão Barco.

Com a Guerra Civil em Espanha e a Frente Popular tomando conta da França às portas da Segunda Guerra Mundial, chegou a “Revolución en marcha” de Alfonso López Pumarejo (1934-1938/ 1942-1945), liberal com um primeiro governo moderado e um segundo mais conservador, os dois com uma proposta de intervenção estatal no econômico, político e social.

Como resposta às pressões e mobilizações sociais e na tentativa do desenvolvimento econômico, surgiram propostas para ampliar o sufrágio ao total da população masculina, nos direitos das mulheres em relação à educação superior, matrimônio civil e o divórcio, uma tentativa de separação entre a igreja e o Estado, e algumas reformas sindicais que, mesmo moderadas, foram lidas pelos radicais do partido conservador como mudanças nos sagrados fundamentos da sociedade colombiana.

No mesmo sentido, propôs responder às tensões agrárias com a Lei 200 de 1936 (com motivações centradas na exploração econômica obrigatória da terra, atribuindo assim direitos sobre o território ou, no caso contrário, restituição ao Estado), modificada no segundo governo pela Lei 100 de 1944 (definiu os contratos de terras como de utilidade pública, e ampliou a exploração obrigatória da terra de dez a quinze anos para restituição ao Estado).

Como afirma Lucena (2000, p. 423) a modernização nos países centroamericanos gerou um fomento das organizações políticas e laborais, um fenômeno político de massas caracterizado por uma base social pluriclassista, uma ideologia eclética com traços de nacionalismo e lideranças carismáticas que levariam à participação das classes sociais que não conformam a elite, isto é, a articulação do desenvolvimento econômico capitalista com democracia; diferente ao que aconteceu na Colômbia.

No governo intermédio entre os dois de López também foi acentuada a submissão a Estados Unidos, como explica Renán Vega Cantor (2015, p. 707), o governo de Eduardo Santos (1938-1942) ofereceu apoio ao país imperialista na Segunda Guerra e encaminhou delegações militares para receber formação nas técnicas de organização bélica estadunidense (anticomunista e contraguerrilha), sendo que em 1940 instaurou-se o serviço militar obrigatório na Colômbia.

[...] el gobierno de Eduardo Santos cede la soberanía nacional al permitir que las fuerzas militares de Estados Unidos operen «sin previo permiso especial» en todo el territorio colombiano y en sus aguas territoriales, como lo comenta con regocijo el Departamento de Guerra en Washington al referirse a ese «pacto de caballeros», entre los gobiernos de Santos y de Roosevelt. En secreto, además, el Presidente autoriza a fotógrafos estadounidenses, camuflados como asesores técnicos, para tomar fotografías aéreas de puntos estratégicos de Colombia.

A época também marcou a renegociação da dívida externa com redução de interesses e a não capitalização dos interesses não pagos, porém, a redução da dívida na Colômbia foi só do 15% em relação a outros países da região que negociaram depois, Chile (1948), Peru (1953) e Bolívia (1958) com reduções entre 44-48% (JORGENSEN; SACHS, 1989); durante esse período Estados Unidos foi o receptor de 80% das exportações de café, reforçando também a dependência econômica do país. Com o avanço do processo de industrialização, o fluxo de matérias primas e maquinaria dependeram dos IED e do ingresso das exportações que até 1970 tiveram sua base principal no café.

Como assinalam Palacios e Safford (2012, p. 390), o mercado do café foi um mercado político, regido pelo Estado brasileiro entre 1906-1937, e pelo governo estadunidense entre

1940-1948, e com participação dos acordos cafeeiros (1962, 19968, 1976 e 1983). “En su momento, los gobiernos del Brasil y Estados Unidos, y los pactos cafeteros, tuvieron como objetivo explícito elevar y estabilizar los precios por encima de lo que hubieran resultado en un mercado libre”.

Um exemplo do engajamento político desse mercado é a incidência na política econômica do país por parte da Federación de Cafeteros, criada em 1927. Em 1940 sob o contexto da Segunda Guerra e com o objetivo de garantir o suporte latinoamericano aos países aliados (estratégia também usada pelos japoneses no início do conflito), lembremos de passo que no caso da relação Colômbia-Estado Unidos não era necessário estimular esse apoio.

Os Estados Unidos criaram um acordo para fortalecer o estoque de matérias primas estratégicas, dentre eles, o Acordo Interamericano do Café, para financiar iniciativas de substituição de importações, através do Banco de Exportações e Importações (OCAMPO; BÉRTOLA, 2010, p. 166). Nesse mesmo ano, a Federación ganhou o controle das contas do Fondo Nacional del Café, o que representou o controle da comercialização nacional e monopolização das exportações; com o tempo o Fondo acumulou excedentes usados para contribuir na criação da Flora Mercante Grancolombiana (1946) e o Banco Cafetero (1953).

O elemento decisivo das primeiras décadas do século XX foi a consolidação de um setor exportador altamente competitivo e a diversificação da atividade produtiva com a crise dos anos 1930. Colômbia passou de uma sociedade agropecuária e rural a uma urbana com um nascente processo de industrialização, nesse contexto é criada em 1944, a Asociación Nacional de Industriales (ANDI), com o objetivo de ter uma participação unificada na política econômica.

O período também apresentou uma redução da mortalidade pela aplicação da medicina moderna o que melhorou o nível e a qualidade de vida da população nas regiões centrais. Durante as primeiras décadas do século XX, o Estado teve um claro papel como regulador da vida econômica com uma ativa intervenção no setor externo e um relativo conservadorismo nos aspectos monetário e fiscal; a finais da fase pode ser apreciada uma transição ao desenvolvimentismo impulsionado pelo Estado, que como foi apontado não teve base num projeto de autonomia para o país.

2.3.2. “*Respice similia*”

El intervencionismo se profundizó en los años de la posguerra, independientemente de los giros políticos que experimentó el país. Los mecanismos de planeación y las formas de regulación económica se ampliaron notablemente, y con una influencia mixta que dio lugar, si se quiere, a una curiosa mezcla ecléctica entre las ideas del BM y las de la CEPAL (OCAMPO, 2010, p. 147).

Na década de 1940 nasceu o sistema de segurança social com a criação do Ministerio del Trabajo Higiene y Previsión Social (1938), o Instituto Colombiano de Seguros Sociales (ICSS) e a Caja Nacional de Previsión Social (hoje Instituto de Segurança Social) instituídos em 1945 e em operação desde 1946.

A inspiração inicial foi a lei de seguro obrigatório de Otto Von Bismark na Alemanha em 1883. Até então, os direitos como saúde, previdência e prestaciones sociais estavam reconhecidos nas chamadas “prestaciones patronales” sistema que precisou mudanças quando as empresas sentiram a necessidade de criar sistemas de seguros obrigatórios semelhantes aos europeus por conta da impossibilidade financeira de assumir indenizações, incapacidades e pensões por doenças profissionais. Surgiu assim o Sistema de segurança social como mecanismo para gerenciar financeiramente as obrigações sobre os direitos sociais dos trabalhadores. O ICSS monopolizou o atendimento aos trabalhadores da área industrial, enquanto a Caja Nacional cobriu uma parte do setor central do governo nacional.

A estrutura de proteção social manteve suas funções com poucas mudanças até finais da década de 1980, porém, na década de 1990 serão reformulados a maioria dos seus organismos e atribuições como parte do processo de contrarreforma neoliberal que alterou as funções do Estado. Assinalamos novamente que é necessário aprofundar na gênese e desenvolvimento da política social no país, porém, não é o objetivo do presente trabalho.

No final da década de 1940 também teve lugar um dos acontecimentos mais impactantes da história do país e que faz referência ao que Naomi Klein chama “capitalismo de desastre”: O Bogotazo. As lutas agrárias presentes desde as primeiras décadas do século XX, as mudanças sociais da década de 1930, as crescentes demandas do proletariado urbano, o fortalecimento do anticomunismo (como política de Estado, combatido com a estratégia de contrainsurgência e terrorismo de Estado comandada pelos Estados Unidos, e apresentada no ponto anterior), a nascente indústria nacional, e uma institucionalidade oligárquica indubitavelmente servil aos interesses do imperialismo; aguçaram a divisão entre os partidos

Liberal e Conservador e com ela, a política repressiva (particularmente da fração conservadora) com que o bloco no poder administra o debate político do nascimento da República até hoje.

Para o bloco no poder, que durante o governo de um novo Ospina (Mariano Ospina 1946-1950) tomou a forma de gabinete bipartidista autoproclamado “Unidad Nacional”, Gaitán representava um desafio insuportável, a mobilização da população para defesa da democratização política e da participação na vida pública do país, desafio que em 1948 estava perto de ser uma realidade, assim demonstrado na “Marcha del Silencio” convocada por Gaitán para pedir ao então presidente “*paz y piedad para la pátria*”.

[...] En todo el día de hoy, Excelentísimo señor, la capital de Colombia ha presenciado un espectáculo que no tiene precedentes en su historia. Gentes que vinieron de todo el país, de todas las latitudes —de los llanos ardientes y de las frías altiplanicies— han llegado a congregarse en esta plaza, cuna de nuestras libertades, para expresar la irrevocable decisión de defender sus derechos. [...] Nosotros, señor Presidente, no somos cobardes. Somos descendientes de los bravos que aniquilaron las tiranías en este suelo sagrado. ¡Somos capaces de sacrificar nuestras vidas para salvar la paz y la libertad de Colombia! Impedid, Señor, la violencia. Queremos la defensa de la vida humana, que es lo que puede pedir un pueblo. En vez de esta fuerza ciega desatada, debemos aprovechar la capacidad de trabajo del pueblo para beneficio del progreso de Colombia. [...] (“Oración por la paz Jorge Eliécer Gaitán”, 2016).

Após essa demonstração de unidade e força popular assassinaram a Jorge Eliécer Gaitán, líder que chamava à unidade do povo “contra las oligarquias, a la carga! ”.

A população, sem maior organização nem orientação política, tomou as ruas de Bogotá e das principais cidades do país num desabafo de raiva, desamparo e urgência de transformação que foi finalmente capitalizado pelo bloco no poder nacional e internacional. Assim, a expressão das massas interpretada pelo estabelecimento como uma possível revolução agenciada pela União Soviética, foi usada pelo secretário de Estado dos Estados Unidos, George Marshall, para acordar o anticomunismo como doutrina política e militar da região fechando o pacto com a criação da Organização de Estados Americanos (OEA); capitalismo sustentado em crise que reafirma a ideologia do fascismo, como conclui a Agência Central de Inteligência dos Estados Unidos (CIA), “uma explosão de violência, mesmo de violência terrível, não precisa enfraquecer permanentemente o regime reinante” [tradução nossa] (DAVIS, 2007).

Na Colômbia o período identificado como o enfrentamento entre a população (campesina e trabalhadora) pelo honor dos seus partidos, ficou amplamente conhecido como a

época da Violência³⁸. Neste caso, entendemos que as violências, com ênfase na violência promovida pela institucionalidade (particularmente do partido conservador), acompanham de forma transversal a história nacional, enquanto os López, Ospinas, Gómez e os futuros representantes e herdeiros da oligarquia, na sua eterna preocupação pela fragmentação e reparto do poder institucionalizado, aprofundam e impulsionam as violências sociais, políticas, econômicas e religiosas contra a sociedade³⁹, e implementam políticas de ajuste econômico para satisfação e aproveitamento do mercado externo, principalmente dos Estados Unidos.

A violência, também justificada no desenvolvimento foi intensificada com a primeira missão oficial do BM na Colômbia⁴⁰, a missão econômica do inglês (nacionalizado colombiano) Lauchlin Currie. O keynesiano que participou do New Deal de Roosevelt dirigiu a missão desenvolvida entre 1949-1950 (PALACIOS; SAFFORD, 2012). O objetivo era “diagnosticar” a economia nacional em termos de agricultura, transporte, demografia, etc. O missionário estava contra a reforma agrária, sua colocação sobre a população das áreas rurais, foi que não precisava educação e sim ser deslocada às cidades para proletarizar-se nas indústrias e na área da construção, o que não só empregaria a população, quanto deixaria as terras a disposição do “desenvolvimento”.

Paradoxalmente o país apresentou crescimento do PIB entre 1945-1949, nos anos pós Segunda Guerra o intervencionismo estatal foi aprofundado fora dos acontecimentos políticos experimentados o que contribuiu para a criação da Federación Nacional de Comerciantes (FENALCO 1945), com a função principal de procurar o desenvolvimento do comércio através da modernização dos empresários, e vigiar as políticas estatais para que não diminuam a liberdade de empresa e de concorrência.

³⁸A Violência com maiúscula é uma demarcação do sociólogo Daniel Pécaut delimitada temporalmente entre 1948-1953 no trabalho “Orden y violencia: Colombia 1930-1954” Siglo XXI, Bogotá, 1987; na qual aponta uma ruptura com os outros períodos de violência aos que chama “formas tradicionales de violencia” originadas na alternância de poderes dos partidos tradicionais, demarcando assim que o período da Violência acontece numa conjuntura específica, ignorando a estreita relação entre as violências e as estruturas de poder (que não se mantêm incólumes por acaso), sendo que a violência estatal (vinculada principalmente ao reparto do poder e ao desenvolvimento econômico) abarca a história toda do país.

³⁹Na expressão das violências experimentadas no país, é importante grifar os efeitos devastadores desta na sociedade toda e de forma particular na vida das mulheres (principalmente mulheres negras, camponesas e das zonas rurais), que carregam a responsabilidade de reconstruir comunidade acima da impunidade, da dor e do uso dos seus corpos como espólio de guerra, para controle e apropriação de territórios, como escravas sexuais, como veículo de vingança e outras práticas usadas por todas as partes para conseguir seus objetivos.

⁴⁰Desde la creación del Banco Mundial, Colombia ha sido uno de sus principales clientes o “beneficiario”. Entre 1948 y 1972 Colombia se situaba como el cuarto receptor de créditos, detrás de Brasil, México y Turquía. Esto ha permitido que el país financie con fondos del BM sus obras de infraestructura en el sector energético y de transporte (como prioridad), y en los sectores de industria y agricultura (en segundo lugar). Desde entonces, los planes de desarrollo del país han contado con la asistencia técnica y financiera de este organismo internacional (ALVARADO, 2012, p. 4).

Assim, o desenvolvimento florescente para uns, teve um alto custo para outros setores da sociedade (particularmente os povos negros e indígenas), principalmente pelos inúmeros processos de “destierro”⁴¹, a consequente urbanização informal traduzida em pauperização dos trabalhadores, baixos salários por excesso de demanda, e toda série de problemas associados à perda do território.

A missão do BM junto aos estudos da CEPAL recomendou a criação de organismos como o Departamento Nacional de Planeación materializado em 1958; Currie foi consultado pelos diferentes representantes do aparelho estatal até sua morte em 1993. Em 1951, com a reversão ao Estado dos recursos da concessão Mares (explorada pela “Troco” desde 1921), foi criada a Empresa Colombiana de Petróleos (Ecopetrol), na década seguinte assumiu a refinaria de Barrancabermeja e em 1970 foi vinculada ao Ministerio de Minas y Energía como empresa industrial e comercial do Estado.

O governo do máximo representante do partido Conservador, Laureano Gómez (1950-1953), reafirmou o caráter repressivo do Estado colombiano com a proeminência conservadora do aparelho estatal, a unificação da polícia (posta à disposição do Ministério de Guerra, futuro Ministério de Defesa) (WILLS, 2015, p. 772) e a renovação dos vínculos com a igreja. Laureano Gómez declarou o estado de sitio, segundo o artigo 121 da Constituição de 1886 vigente na época “En los casos de guerra exterior, o de conmoción interior, podrá el Presidente, previa audiencia del Consejo de Estado y con la firma de todos los Ministros, declarar turbado el orden público y en estado de sitio toda la República, o parte de ella” (COLOMBIA, 1886, p. 237).

Em termos econômicos o conservador chamava às empresas industriais do Estado a ser os principais agentes da economia, Laureano defendeu o novo órgão de seguridade social

⁴¹Categoria criada pela intelectualidade negra da Colômbia, para problematizar à de “deslocamento forçado”, usada no âmbito internacional dos direitos humanos; com ela visa-se evidenciar a expulsão da população negra do campo à cidade, e nas cidades às áreas periféricas em processos não só de perda do território, também das construções sócias e simbólicas que constituem sua territorialidade; desarraigados de todo aprofundam realidades de exclusão social, vítimas das mais variadas violências não evidenciadas pelas estatísticas. “Así, conceptos como desplazamiento forzado y migración forzada desconocen la dimensión histórica y estructural del despojo y silencian componentes clave en la ocurrencia del destierro como la raza, la clase y el género [...] Según lo planteado, el destierro se debe entender como una constante histórica y sistemática de los procesos de formación de Estados, naciones e imperios y sus procesos particulares de producción-acumulación de capital económico” (VALERRAMA RENTERÍA, 2019, p. 173–174) [...] desterrar significa Arrancar de la tierra, desenraizar del paisaje, romper el paisanaje; hacer que nos reguemos los que llevamos el mismo paisaje por dentro, los paisanos. Es también cortar la savia, arrancarnos del árbol que nos une y da sentido a nuestra existencia, [...] Queda claro que es el macrorrelato del progreso, el desarrollo y sus proyectos extractivos –que han desarticulado sistemáticamente a estas comunidades– lo que al mismo tiempo las ha representado como compuestas de “emigrantes” y “desplazados”, quizá simplificando pero de hecho confirmando la compleja diversificación representacional de la colonialidad” (ARBOLEDA, 2007, p. 473).

das críticas sobre o isolamento de trabalhadores agrícolas que ainda trabalhavam com acordos tradicionais por fora da lei, ao arguir que suas políticas eram afins com a moral econômica e as tradições cristãs do empresariado. Velhas formas de protecionismo voltaram com a reforma financeira de 1951 para fornecer créditos de meio e longo prazo às indústrias e um controle direto às importações, e um controle direto às importações.

Laureano reafirmou também, segundo a exposição de Vega (2015, p. 710), o vínculo militar com os Estados Unidos com a assinatura do Pacto de Assistência Militar (1952) “com el argumento de que Colombia enfrenta una conspiración comunista, encarnada en el liberalismo [...]”, justificativa para a participação da Colômbia na Guerra de Coreia (1950-1953) para o qual foi criado o Batallón Colombia, assessorado pela Missão Militar de Estados Unidos e suas tropas no Canal de Panamá, criando como efeito imediato, a Escuela de Lanceros (Cundinamarca, 1955) modelada segundo os Rangers estadunidense como unidades contraguerrilha. Como parte da contrainsurgência e do terrorismo de Estado foram abolidas as liberdades de prensa, reunião, manifestação, e foi incentivada a construção de uma ordem social cristã com retrocessos na educação, ao melhor estilo da “Escola sem partido” no Brasil em 2018.

Assinala Alfredo Molano (2015, p. 568) que, em 1953 foi pactuado o golpe militar de Rojas Pinilla (1953-1958), como reação do bloco no poder ante a proposta de Laureano Gómez de criar um regime inspirado na ditadura de Franco sob o argumento de que a democracia está impossibilitada para impedir a revolução comunista. O contexto era de desenvolvimento econômico, violência institucional dirigida pelo partido Conservador, e resistência liberal expressada em guerrilhas rurais.

Segundo o sociólogo, os soldados que receberam instrução para a Guerra da Coreia, foram os mesmos que assassinaram a Uriel Guitérrez e mais 8 estudantes no ato político chamado para os dias 8 e 9 de junho de 1954, em memória do assassinato do estudante Gonzalo Bravo, perpetrado durante governo de Abadía Méndez em 1928. Ante os assassinatos, os 50 feridos e 200 detidos, Rojas Pinilla responsabilizou o comunismo.

Logo no começo do seu mandato, o militar que anunciava a ideia da “pátria por encima de los partidos” ofereceu amnistia para as guerrilhas liberais que entregaram as armas confiantes, a estratégia de contrainsurgência seria reforçada pouco depois; declarou-se anticomunista e decretou a ilegalidade do “comunismo internacional” no país em 1954

(baseado na normatividade estadunidense); nomeou prefeitos e governadores militares e incrementou o orçamento das Forças Armadas.

El Gobierno se comprometió a reconstruir más de 25 pueblos y 12.000 viviendas y a devolver las tierras que habían sido adquiridas a bajos precios, a sus legítimos propietarios [...] Todo pintaba bien hasta cuando el Gobierno ordenó la construcción de un aeropuerto en el alto Sumapaz, obra que a los ojos de los curtidos guerrilleros no era inocente. El rompecabezas quedó armado cuando el Gobierno declaró zona de operaciones militares toda la región Sumapaz, Cabrera, Cunday, Villarrica y Melgar e inició una «operación limpieza». En Cunday, sede del comando operativo, se establecieron verdaderos campos de concentración. La limpieza consistió en el traslado de casi 6.000 personas a centros de trabajo obligatorio. Hacia mediados de junio de 1955, se amplió el cerco militar y el campo de concentración se llenó de prisioneros. El 8 de junio entró el Ejército a la zona en plan de guerra. Los mandos campesinos ordenaron defender la Colonia de Villa Montalvo [...] La reacción del Gobierno fue brutal. Bombardeó con napalm regiones pobladas o lugares de refugio civil, la guerra de posiciones fue derrotada. Campesinos que antes eran trabajadores de fincas cafeteras o pequeños propietarios de Cunday, Guatimbol, Pandi e Icononzo emprendieron un éxodo hacia el alto Sumapaz y el sur de Tolima (MOLANO BRAVO, 2015, p. 569).

A época de Pinilla, que recebeu apoio durante os dois primeiros anos do partido conservador, da igreja, ANDI, FENALCO, SAC, e os grupos políticos com exceção do laureanismo e do partido comunista; também está marcada pela bonança econômica do café e os conflitos regionais originados pelos processos de industrialização que tinham dado origem a setores empresariais como a Corporación Regional del Valle del Cauca CVC (1954). Como apontam Palacios e Safford (2012), em Cali os industriais provinham dos latifundiários tradicionais, pertenciam ao partido conservador e participavam ativamente na política; contrariamente em Barranquilla e Antioquia, os industriais tinham origens comerciais e desenvolviam suas atividades políticas desde o partido liberal.

Rojas teve fracos intentos populistas como investimentos em infraestrutura social, vivenda popular, saúde e educação no campo através das Escuelas Readiofónicas de Sutatenza, a introdução da televisão e com ela a criação da televisão educativa, a criação do Centro Administrativo Nacional (CAN) e entidades como o Servicio Nacional de Aprendizaje (SENA- decreto-Lei 118 de 1957) adscrito ao Ministério de Trabalho e que foi uma iniciativa para desenvolver um instituto de ensino técnico laboral inspirado no SENAI do Brasil; e a Secretaria Nacional de Assistência Social y Protección Infantil (SENDAS- decreto 2675 de 1954), promovida por María Eugenia Rojas (filha de Rojas Pinilla) e inspirada na Fundação Eva Perón, adiantava campanhas em prol da seguridade social (alimentação, moradia, saúde,

lazer, entre outros), a Secretaria evidencia a estratégia de centralização da assistência social por parte do Estado.

Rojas também estabeleceu a polícia feminina e designou a primeira governadora mulher, departamento do Cauca (1955), Josefina Valencia de Hubach (filha do poeta Guillermo Valencia e irmã do presidente conservador Guillermo León Valencia –1962-1966–), posteriormente a primeira ministra mulher (educação) na história do país. Em 1954 o Acto Legislativo n 3 concedeu o voto às mulheres, o direito ganhado com organização e mobilizações desde o começo do século XX, seria efetivado pela primeira vez no plebiscito de 1957 que deu fim ao período Rojas e início à chamada Frente Nacional (1958-1974).

A preocupação pelos novos sobrenomes no reparto do poder (a imprensa estava nas mãos do Diário Oficial comandado pelo genro de Rojas Pinilla, Samuel Moreno Díaz⁴², e a assistência social nas mãos da sua filha), levou à direção dos partidos tradicionais a gerar a paralização de 1957, que levaria ao cese oficial do enfrentamento institucionalizado por meio do acordo chamado Frente Nacional (FN); um pacto de revezamento do poder, corrupção, esquecimento, silêncios, submissão ante o capital e o imperialismo ianque, combate a projetos políticos e econômicos de autonomia nacional e negação da participação política.

O primeiro turno do FN foi para Alberto Lleras Camargo (1958-1962), um período que carrega o fato de ter promovido o surgimento dos grupos paramilitares, num aparente contexto de finalização da violência bipartidista. Os grupos armados de extrema direita, junto à polícia “chulavita” (um corpo parapolicial), fortaleceram a estratégia contrainsurgente dos governos conservadores, como anota Vega (2015, p. 723).

Hasta el punto está entronizada esta técnica contrainsurgente que en 1955 algunos sectores del Ejército dan la orden de organizar grupos paramilitares. Por ejemplo, el comandante de la Tercera Brigada, con sede en Cali, recomienda crear guardias cívicos en las zonas bandoleras, bajo el mando de autoridades civiles y militares, dotados de armas suministradas por el comando de la brigada.

O principal teórico da contrainsurgência foi o militar francês Roger Trinquier, quem promovia o terrorismo de Estado para reprimir os movimentos de libertação nacional, o exército colombiano editou em 1963, seu manual intitulado A Guerra Moderna, no qual

⁴²Rojas fechou e censurou entre muitos jornais: El Siglo, de tradição conservadora (fundado por Laureano Gómez em 1936), fechado por Rojas em 1953; El Tiempo (fundado por Alfonso Villegas Restrepo em 1911, comprado por Eduardo Santos em 1913, atualmente do grupo Sarmiento-Angulo) fechado por Rojas em 1955 y El Espectador (fundado por Fidel Cano em 1887) fechado por Rojas em 1956, os dois de tradição liberal.

Trinquier defende a tortura e batiza como “terrorista” às pessoas que lutam com bandeiras revolucionárias, nacionalistas ou anticoloniais.

Esses métodos são assimilados em Estados Unidos desde 1962, e adotados na Colômbia com a “Alianza para el Progreso”, programa contrainsurgente baseado na ajuda militar, política, econômica e social proposto para América Latina pelo então presidente dos Estados Unidos, John F. Kennedy e implementado entre 1961-1970. Entre 1961 e 1965 Colômbia recebeu aproximadamente 833 milhões de dólares, entre Estados Unidos e os organismos multilaterais, para implementar a estratégia.

A “Alianza” tinha como claro objetivo brindar apoio econômico e especialmente militar aos países considerados como ameaça comunista (medo aprofundado após a Revolução Cubana 1959), para combater o principal “inimigo interno/externo” com as chamadas *guerra total* (medidas militares, paramilitares e psicológicas antiguerrilha) e *guerra especial* (nativos combatendo nativos).

Este governo também apresentou reformas para um capitalismo de Estado e a instauração dos planos de desenvolvimento nacional, com forte influência do modelo intervencionista keynesiano. Lleras apresentou um projeto de reforma constitucional que criava os mecanismos de Planejamento Econômico obrigando aos governos a tramitar ante o Congresso da República um Plano de Desenvolvimento quatrienal por meio do qual o Estado iria dirigir todos os campos da economia nacional (AMÉZQUITA, 2013).

Baseou-se na procura de um impulso ao desenvolvimento do país, barateando custos de transações econômicas; fortaleceu um ambiente necessário para que o mercado concentrasse um capital que de outra forma devia dedicar a capacitar mão de obra e investir em infraestrutura. Isso pensando em um desenvolvimento em longo prazo e procurando blindar possíveis crises econômicas de curto e médio prazo; veja-se que em contraste, os projetos sociais foram e são de curta projeção procurando mais do que fortalecer qualquer estratégia de intervenção, paliar as manifestações do sistema econômico sobre o “social”.

Demonstra-se assim que o governo Lleras Camargo foi um governo, como todos, de continuidade com a submissão ao governo dos Estados Unidos. Como foi registrado, a “Alianza” tinha um componente de desenvolvimento econômico e social que trouxe reformas em diversas áreas como a da educação. Nesse campo, e em relação com a capacitação de mão de obra, Rudolph Atcon, consultor do FMI, da OEA e da ONU, promoveu o que foi conhecido como Plan Atcon, materializado no nível nacional no Plan Básico, que deu a

orientação para os planos de desenvolvimento de universidades públicas e privadas e no qual a mobilização estudantil era considerada um obstáculo para o crescimento.

O Plano considerava a educação como um serviço e promovia o financiamento das universidades mediante empresas, filantropia e matrículas; ao mesmo tempo, agenciava uma flexibilização da educação com faculdades de curta duração (semestralização e trimestralização de programas), alta promoção das engenharias, administração e técnicas, e redução das humanidades, principalmente a história, promovendo a transmissão de conhecimentos para preparar a população na inserção do sistema produtivo. Como definiu Powell no seu memorando, a educação, fonte de críticas ao sistema, deve ser pressionada para apoiar o sistema empresarial, ou então atacadas suas ideias comunistas.

No período que também foi de gestação do pensamento crítico inspirado principalmente na Revolução Cubana e contra a Guerra de Vietnam, criou-se a primeira faculdade de Sociologia da América Latina na Universidade Nacional, gestada entre estudantes e professores, dentre os quais se destacam Camilo Torres e Orlando Fals Borda. No contexto também explodiram manifestações e mobilizações estudantis pela defesa da educação, principalmente no final da década de 1960 e começos de 1970; como têm acontecido na atualidade e com especial fervor em 2011 contra a reforma da Lei 30 de 1992 e em 2018 pelo financiamento das universidades públicas.

Lleras Camargo também fez uma reforma agrária que respondia mais ao modelo econômico do que às necessidades sociais. A Lei 135 de 1961 criou o Comité Nacional Agrario, com representantes dos partidos políticos, a igreja católica, e o Congresso, fundamentada em três lineamentos básicos, dotação de terras, adequação de terras à produção, e dotação de serviços sociais aos apoios complementares. Criou-se também o Instituto Colombiano de Reforma Agraria (INCORA), como estabelecimento público responsabilizado das gestões agrárias; o Consejo Nacional Agrario; o Fondo Nacional Agrario (FNA) e a figura de Procuradores Agrarios. Embora a lei fale em distribuição da terra, sua prioridade era a modernização do agro para produção.

Entre 1961-1967 o PIB per capita cresceu a uma taxa anual de 1,2%. Como foi apontado, em 1958, foram criados dois organismos complementares ao Banco da República, o Conselho Nacional de Política Econômica e Planejamento e o Departamento Administrativo de Planejamento; com funções de formulação de políticas e elaboração de planos e programas

respectivamente. Com isto manifestou-se uma aposta para o desenvolvimento, desde uma perspectiva econômica capitalista, que introduziu a administração dos processos sociais.

A guerra contrainsurgente teve continuidade no governo de Guillermo León Valencia (1962-1966), o conservador de turno, quem bombardeou as chamadas “repúblicas independentes” (El Pato, Sumapaz, Riochiquito, Guayabero, Tequendama, 26 de Septiembre, Marquetalia, entre outras) e reforçou a criação de grupos paramilitares com o decreto 3398 de 1965, o qual concedeu iniciativa aos civis para usar armas em “proteção contra as guerrilhas”.

Entre tanto y como resultado de la aplicación de la guerra contrainsurgente, las regiones en donde habían surgido organizaciones campesinas fueron arrasadas y el campesinado sometido a muy difíciles condiciones de existencia. En esas circunstancias, círculos político-militares norteamericanos diseñaron la iniciativa contrainsurgente de carácter “preventivo”, para aplicarla contra las comunidades campesinas refugiadas en las montañas, las llamadas “repúblicas independientes”: sería el acompañante militar de la ley de reforma agraria (COMISIÓN HISTÓRICA DEL CONFLICTO Y SUS VÍCTIMAS, 2015, p. 381)

Valencia não avançou na reforma agrária, mas foi a pedra angular para o surgimento dos principais grupos guerrilheiros no país, Fuerzas Armadas Revolucionarias de Colombia (FARC-1964), com uma base maioritariamente camponesa; Ejército de Liberación Nacional (ELN-1965), com uma base também integrada por universitários e intelectuais; Ejército Popular de Liberación (EPL-1967), como uma dissidência maoísta do Partido Comunista.

No governo de Carlos Lleras Restrepo (1966-1970) houve uma nova mudança na reforma agrária, com a Lei 1 de 1968, foi regulamentada a Unidad Agrícola Familiar (UAF) que procurava controlar a venda ou transferência das terras entregadas às famílias campesinas; criou-se também a Asociación Nacional de Usuarios Campesinos (ANUC), impulsada com promotores vinculados ao Ministerio de Agricultura e ao INCORA.

Diante de um enfraquecimento da reforma e com quase o dobro das famílias sem-terra (para 1970 eram 400 mil), a ANUC radicalizou suas exigências sobre legalização de terras, expropriação sem indenização e conformação de conselhos de reforma agrária, perante o qual o Governo de Misael Pastrana (1970-1974) a acusou de infiltração comunista e promoveu sua divisão entre as linhas “Sincelejo” um ala mais radical, e a de “Armenia” mais oficialista (MOLANO BRAVO, 2015). De novo num contexto de efervescência do pensamento crítico inspirado na Revolução Cubana, nos movimentos de Maio de 1968, as lutas contra o colonialismo e o neocolonialismo na África, a Contracultura, a articulação sociopolítica e a força das lutas de classes contra o imperialismo que se gestavam no mundo.

Como assinala Ocampo (2010), durante a segunda metade do século XX, pode-se identificar um crescimento do setor público, que passou de 10% do PIB nos primeiros anos da década de 1950, a 16-17% nos primeiros anos de 1970. A expansão do gasto foi concentrada nos setores mais tradicionais da ação estatal, como educação, saúde e segurança social.

Essa expansão do tamanho do Estado gerou mudanças na sua estrutura com duas características marcadas, o centralismo e a multiplicação de entidades estatais especializadas ou empresas públicas com administração própria concentradas em áreas como serviços públicos (eletricidades, aqueduto, comunicações), transporte (ferrovias, portos, transporte urbano), e desenvolvimento de infraestrutura. A participação do Estado no setor financeiro estimulou o desenvolvimento dos serviços com base no setor público.

No mesmo sentido, até meados da década de 1970 foi fundamental o crescimento e desenvolvimento de novas áreas industriais, a partir da intervenção estatal (principalmente Ecopetrol) e dos IED, por exemplo, papel e impressão, produtos químicos, metais básicos; porém, a indústria colombiana continuou baseada nas áreas tradicionais. Assim também, nos anos setenta a Federación de Cafeteros liderou um avanço tecnológico na indústria cafeeicultura.

O processo de industrialização contribuiu igualmente na modernização de velhos cultivos como arroz, algodão, cana e banana e levou à introdução de novos cultivos como a palma africana. A incursão desta última no Pacífico colombiano, Bolívar e Magadelana seria articulada aos processos de “destierro” gerados pela violência onde, segundo o informe “Tierras y conflictos rurales” da CNMH (2016, p. 491), parcerias entre empresários e grupos paramilitares levariam à apropriação das terras tituladas coletivamente para comunidades negras e indígenas e o posterior uso no cultivo de grandes extensões de palma.

A transformação produtiva gerou mudanças no comercio exterior, sobretudo na composição das importações e na diversificação das exportações. Portanto, as políticas implementadas a finais de 1950 e reforçadas a finais da década de 1960, combinaram protecionismo e promoção de importações, o que ajuda a diferenciar certo período de transição entre a substituição de importações e o neoliberalismo.

Segundo Estrada Álvarez (2004, p. 65) os antecedentes da construção neoliberal encontram-se nas limitações do processo de industrialização tendo como referencial da mudança na política econômica o governo Lleras Restrepo “una síntesis de políticas que

comprenden tanto políticas para el “desarrollo hacia adentro” como políticas para el “desarrollo hacia fuera””.

Importante destacar o decreto 444 de 1967 que mudou a taxa de cambio por um Certificado de Abono Tributario, criou o Fondo de Promoción de Exportaciones (Proexpo), e fortaleceu medidas da política de desenvolvimento econômico que permite o ingresso de matérias primas, insumos e bens de capital sem taxas aduaneiras com o compromisso de exportação de mínimo, a mesma quantidade no valor equivalente. As medidas são conhecidas como Plan Vallejo, formulado em 1959 para entrar em funcionamento a partir de 1961. O último componente do pacote foi a integração econômica materializada no Acuerdo de Cartagena, do qual surgiu o Pacto Andino que na prática não logrou seus objetivos. Porém, as exportações aos países andinos, principalmente Venezuela, foram importantes para o desenvolvimento econômico colombiano (ESTRADA ÁLVAREZ, 2004; OCAMPO, 2010). Tudo segundo a disposição do BM e o FMI.

Misael Eduardo Pastrana Borrero presidente entre 1970-1974; foi secretário particular do então presidente Mariano Ospina; ministro conselheiro da embaixada de Colômbia ante Estados Unidos até 1953; Ministro de Fomento, e de Obras Públicas y Hacienda durante o governo de Lleras Camargo; e Ministro de Governo do segundo Lleras. Sua trajetória conservadora alinhada aos interesses do bloco no poder consolidou sua candidatura presidencial ante os dirigentes do partido conservador, ganhando por cima de Rojas Pinilla que retornou à política desta vez liderando a Alianza Nacional Popular (ANAPO), fundada em 1961 e convertida em uma força de oposição conservadora. Sobre as controvertidas eleições Palacios e Safford (2012, p. 474) assinalam

En la jornada electoral de 1970, la coalición frentenacionalista quedó en entredicho. Horas después de cerradas las urnas, las radiodifusoras daban cuenta de la victoria del General Rojas. A la medianoche el gobierno canceló la transmisión de resultados parciales y a la mañana siguiente anunció el triunfo del candidato oficial. Al otro día, el presidente Lleras Restrepo ratificó el resultado e impuso el toque de queda en las grandes ciudades.

Como eles, a nação toda teve total clareza sobre os fatos acontecidos no processo eleitoral, esse foi o contexto que inaugurou a última administração do FN. A primeira jogada de Pastrana Borrero seria justamente o desmonte da ANAPO através do reparto de favores políticos e o bloqueio político e econômico aos seus líderes. Misael Pastrana rejeitou qualquer

intento de reforma agraria, de fato, desmontou as intervenções do INCORA mediante o Acuerdo de Chicoral⁴³.

Contrário a isso, baseou seu período nas “quatro estratégias” de Lauchlin Currie, demonstrando mais uma vez que o compromisso das oligarquias colombianas está fora do país. Como foi apontado, Currie tinha inspiração keynesiana e desejava implementar sua versão do New Deal na Colômbia. O plano das “quatro estratégias” promovia a concentração em quatro setores fundamentais para o desenvolvimento econômico: construção de moradias; apoio às exportações; incremento na produtividade do setor agrícola e redistribuição do ingresso.

Na prática procurava-se gerar emprego para absorver a população que chegou desterrada aos centros urbanos. O setor que mais apoio recebeu foi o da construção através da criação das Corporações de Poupança, responsabilizadas de receber a poupança para destiná-la à construção de vivendas; isto fez que o setor da construção, que gerava empregos diretos e indiretos (nas condições de superexploração por excesso de demanda anteriormente expostas), cria-se sua própria estrutura de financiamento.

Dita política econômica é uma das razões de Estrada Álvarez (2004, p. 66) para considerar o governo de Pastrana Borrero como antecedente das políticas neoliberais no país, e aponta à criação da especialmente mencionada Unidad de Poder Adquisitivo Constante (UPAC) decreto 667 de 1972, “Sistema de valor constante para ahorros y vivienda”; sistema que tinha a responsabilidade de cobrir o déficit de moradia em alguns setores da população, sendo dito aspecto considerado parte da Política Social.

Da década de 1970 é essencial resgatar as mobilizações sociais, que não foram poucas, nem fracas; centradas no desgaste social deixado pela oligarquia e seu comando para o capital; reivindicações de corte salarial, por condições dignas de trabalho, a luta pelos serviços públicos e equipamento social nas áreas de urbanização informal, pelo financiamento da

⁴³Suscrito por los representantes de los gremios del sector agropecuario y los dirigentes de los partidos liberal y conservador, con la excepción del sector Llerista del liberalismo. El cuerdo de Chicoral, celebrado en 1972, seguido de las leyes que lo legitimaron (4ª y 5ª de 1973 y 6ª de 1975), ciertamente contribuyó al desmonte progresivo de la reforma agraria. Ante la oposición de los gremios del sector agropecuario y de algunos sectores políticos, más los obstáculos jurídico-legales para la adquisición de las tierras requeridas para los programas de reforma agraria, el Estado colombiano optó por continuar la antigua política de legalizar baldíos explotados por colonos y otorgar grandes extensiones de tierras públicas a empresarios, terratenientes, políticos, etcétera. Y para promover la modernización del agro e incentivar tanto la agricultura capitalista de exportación como la producción campesina de alimentos para el consumo doméstico, los gobiernos de Pastrana Borrero y López Michelsen ejecutaron con relativo éxito el programa de DRI (Desarrollo Rural Integrado) (CENTRO NACIONAL DE MEMORIA HISTÓRICA, 2016, p. 176).

educação e autonomia universitária, pela titulação coletiva dos territórios ancestrais e uma reforma agrária popular, quer dizer, tudo o que o governo não agenciava, no seu servilismo a Nixon e sua imposição descarnada de políticas neoliberais na América Latina, das quais Chile foi o primeiro alvo sob a ditadura de Pinochet (1973) e os *chicago boys*, filhos de Hayek. Nesse contexto surgiram novas expressões guerrilheiras como o Movimiento 19 de abril (M-19), Partido Revolucionario de los Trabajadores (PRT), e o Movimiento Armado Quintín Lame (MAQL)

Alfonso López Michelsen (1974-1978) promoveu um discurso desenvolvimentista e de diversificação das relações internacionais para os países da América Latina, *respice similia*, olhar para a semelhança, expressão anunciada quando este se desempenhava como Ministro de Relações Exteriores do governo Lleras Restrepo, para demarcar diferenciação frente à política do *respice polum* promovida por Marco Fidel Suárez. O princípio sugeria maior autonomia regional em relação aos Estados Unidos, porém, o governo foi mais um continuador do seguimento a Estados Unidos, um governo de promoção de políticas neoliberais com estratégia para enfrentar a inflação e expandir o mercado de capitais.

Em 1974 decretou emergência econômica baseado no déficit fiscal, argumento usado para o desmonte de subsídios e aumento de tarifas dos serviços públicos - total relação com a proposta de Duque em 2019. Assinala Estrada (2004), que López contou com a assessoria de Ronald Mc Kinnon, um dos representantes da Escola de Chicago.

Após o rompimento do compromisso desenvolvimentista e das garantias sociais que López prometeu na campanha, e no contexto da crise mundial de 1973; aprofundou-se a luta de classes com a grande greve de 1977, convocada pelo setor operário, inicialmente a Confederación Sindical de Trabajadores de Colombia (CSTC), e posteriormente com articulação de outras centrais sindicais como a, Confederación General del Trabajo (CGT) e a Unión de Trabajadores de Colombia (UTC).

À jornada foram aderindo docentes, estudantes, e diversos setores sociais; a chamada foi por incremento salarial e estabelecimento de um salário básico, jornada de 8 horas de trabalho, congelamento nos preços dos produtos de necessidade básica, suspensão do Estado de sitio (decretado após o assassinato de Gaitán), reativação do INCORA, entre outros. A greve foi tão grande que, segundo Molano (2015), chegou a ser reconhecida por Michelsen como um “pequeno 9 de abril”. López declarou a greve como subversiva e começou o fortalecimento do Estado de sitio, diante disto a guerrilha das FARC assumiu-se como força

ofensiva do povo, pelo que agora seria conhecida como FARC-EP (Ejercito del Pueblo). A greve também foi a semente para a unidade sindical que levaria, em 1986 à criação da Central Unitaria de Trabajadores (CUT).

Junto ao fortalecimento do terrorismo de Estado, o presidente promoveu reformas econômicas que levaram ao aumento da especulação financeira com consequente expansão do setor. As medidas de López Michelsen foram levadas a outro patamar com a criação do Estatuto de Seguridad (decreto extraordinário 1923 de 1978), durante o governo de Julio César Turbay (1978-1982), uma forma de legalizar o terrorismo de Estado, dar continuidade à contrainsurgência, e normatizar a Justicia Penal Militar, e os Consejos Verbales de Guerra, isto é, generalizar a impunidade (VEGA CANTOR, 2015, p. 730).

Num contexto de autoritarismo político e violação de direitos humanos, o governo Turbay acrescentou medidas para estimular a liberalização do comercio exterior e promoveu a austeridade fiscal, racionalizando a estrutura de proteção às exportações. A abertura comercial e a obsolescência tecnológica, sob o controle monopólico de algumas atividades industriais, foram contribuições fundamentais para a crise financeira de inícios da década de 1980.

Na Colômbia, junto à concentração da terra, o modelo primário-exportador e as dificuldades do processo de industrialização liderada pelo Estado articulou-se o tráfico de drogas. Esta última seria a bandeira do presidente Belisario Betancur (1982-1986), quem vestiria sua subordinação ao governo Reagan, com a luta contra o narcotráfico justificando que embora o país tivesse cultivos de marijuana desde a década de 1960 e um crescimento do mercado de drogas desde 1970, é na década de 1980 que ganham força os cultivos de coca, principalmente no sul da Colômbia. Dito “combate às drogas” buscava disfarçar a lumpen-burguesia e sua participação nos processos de financeirização do capital através de práticas articuladas entre formas legais e ilegais de acumulação.

O governo Turbay começa a falar de erradicação e em 1984 o governo Betancur inicia a fumigação com glifosato na Sierra Nevada de Santa Marta. Reagan decreta o transito de narcóticos “ameaça para a seguridad” e instaura a guerra contra as drogas, que será o fundamento militar do governo Bush (pai) em 1989. Assim, o narcotráfico constitui mais um elemento integrador da contrainsurgência, na qual o governo articula estratégias com grupos paramilitares para objetivos políticos e econômicos, como aponta Vega Cantor (2005, p. 23)

No es raro que en las mismas zonas de expulsión de campesinos se hayan levantado fincas ganaderas, cultivos de palma, banano o flores, presentados como renglones exitosos del modelo exportador en boga, sin decir que están arrasando con los ecosistemas y sus habitantes ancestrales. Tampoco es extraño que el poder paramilitar se haya apropiado de reservas de biodiversidad o de zonas en donde hay minerales o se proyecta la construcción de megaproyectos, zonas que en muchos casos ya han sido apropiadas por empresas multinacionales.

Tanto o governo de Belisario, quanto o do seu sucessor Virgilio Barco (1986-1990) restabeleceram os procedimentos para extradição aos Estados Unidos alternando-os com tentativas de saídas pacíficas ao conflito. Ao final da década o M-19, o EPL e o Movimento Quintín Lame tinham negociado acordos de paz com o governo nacional, que incluíam sua desmobilização. A finais da década de 1980 e começos da década de 1990 foi clara a consumação do genocídio político no país, materializado pelos grupos paramilitares cada vez mais fortes, as redes de narcotráfico, e agentes estatais. A través de operações de contrainsurgência como *Plan Esmeralda*, *Plan Condor* e *Baile Rojo*, a última foi uma operação desenhada especificamente para exterminar integrantes da Unión Patriótica (UP)⁴⁴.

O partido político foi criado em 1985 no marco das negociações de paz entre a guerrilha das FARC-EP, e o governo de Belisario Betancur. Integrantes e simpatizantes do partido político, que representava a transição para a “vida civil” dos principais setores da insurgência armada através da ação política desde a democracia burguesa, não são para as FARC-EP, mas para setores democráticos e revolucionários, sofreram uma brutal perseguição, tortura, assassinato, desapareição e exílio, entre outras atrocidades que conformaram o genocídio político a partir de 1984.

A crise política, social e econômica que vivenciava o país com o paramilitarismo como política de Estado, o narcotráfico em ascensão e um genocídio em curso. Enquadrada no contexto da crise mundial, habilmente atribuída ao Estado de Bem-estar Social pelos intelectuais e defensores do neoliberalismo. Na América Latina, a crise teve uma forte

⁴⁴En las elecciones de marzo de 1986 la UP se convierte en una opción al bipartidismo logrando ser elegida con 14 congresistas para Cámara y Senado, 18 diputados, y 335 concejales. (REINICIAR, 2006). El genocidio de la UP, dos candidatos presidenciales Jaime Pardo Leal y Bernardo Jaramillo Ossa, 5 congresistas en ejercicio, 11 diputados, 109 concejales, varios exconcejales, 8 alcaldes en ejercicio, 8 exalcaldes y más de 3000 militantes entre dirigentes y bases, e o movimiento sindical (CAMPOS ZORNOSA, 2003; CONTRAVÍA TV, 2004); segundo a Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), as vítimas passam de 6000. Os planos contrainsurgentes também atacaram outras frações políticas [...] del Nuevo Liberalismo, Rodrigo Lara Bonilla, Ministro de Justicia; Luis Carlos Galán, candidato Presidencial en 1989; Carlos Pizarro León Gómez, candidato presidencial por la recién constituida AD-M-19 [Alianza Democrática M-19]; del Partido Liberal, Carlos Mauro Hoyos, Procurador; también fueron víctimas defensores de derechos humanos tan destacados como Héctor Abad Gómez (WILLS, 2015).

expressão como crise da dívida externa e retrocesso no processo de desenvolvimento, nomeada pela CEPAL como a “década perdida”.

Segundo Ocampo (2010) Colômbia evitou os períodos de forte retrocesso, como a crise da dívida, conseguindo um desenvolvimento mais estável que outros países latinoamericanos, porém, também não apresentou “milagres econômicos” como Argentina (final do século XIX até a Primeira Guerra Mundial), Venezuela (meados do século XX) Brasil e México (no rápido processo de industrialização após Segunda Guerra e até 1980). Contudo, a dívida absorvia uma boa porção dos ingressos das exportações, diminuindo as arcas do Estado. A crise seria a base para a implementação dos programas de “ajuste econômico” promovidas pelos organismos internacionais no Consenso de Washington.

Com as mudanças na participação do Estado no desenvolvimento do país mudou também o tamanho do mesmo. Na segunda metade do século XX, o Estado triplicou seu tamanho de 10% na década de 1950, a 20% na década de 1980 (gasto primário do setor público como funcionamento e inversão, sem o serviço da dívida), dita expansão foi concentrada nos setores tradicionais da intervenção estatal.

Durante a industrialização dirigida pelo Estado houve alguma atenção para o gasto social, e principalmente, o desenvolvimento de infraestrutura e ampliação do aparelho de defesa. Em síntese, o setor público sofreu transições ao longo do século XX mudando sua estrutura até centrar nas funções tradicionais do Estado em relação ao capital, trabalhadas no começo do capítulo.

A abertura econômica e a imposição definitiva das reformas neoliberais, que serão trabalhadas no ponto 2.4, implicaram redução dos níveis de proteção e subsídios às exportações, a liberalização total do comércio com os países da Comunidade Andina, a abertura plena à inversão estrangeira e a eliminação do controle de câmbios no país. A mudança na estrutura do Estado implicou também privatização das empresas públicas, e autonomia na regulação dos preços dos serviços públicos.

A necessidade absoluta do capital de dominar internamente sua própria força de trabalho pode muito bem ser compatível com a oferta a sua população operária nativa, para fins de mistificação chauvinista, de alguns privilégios limitados, retirados da margem extra de vantagem exploradora da dominação imperialista. Mas essas práticas não introduzem o menor grau de igualdade na relação entre capital e trabalho do país imperialista privilegiado em que o capital retém, e precisa reter, completo poder de decisão em todas as questões substantivas. Portanto, seria absurdo sugerir que, apesar dessas determinações internas estruturais inalteráveis, as relações externas, entre

Estados, do sistema poderiam não ser desiguais. Seria o mesmo que pretender que o que é por sua própria natureza profundamente iníquo possa produzir igualdade genuína sob as condições mais agravantes da dominação estrangeira necessariamente imposta (MÉSZÁROS, 1996, p. 23).

Examinando o breve percurso político e econômico da Colômbia, é possível demonstrar que não há oposição entre as expressões *respice polum* e *respice similia*, e que só apresentaram diferenças em períodos breves, vinculados à necessidade de construir estratégias frente as crises da política econômica externa, e não à construção de um projeto político e econômico de autonomia nacional.

Um elemento comum certamente destacado nas duas propostas é a subserviência aos interesses imperialistas do governo estadunidense, mesmo no período de industrialização dirigida pelo Estado. Em decorrência, o novo período do país, década de 1990, vai aprofundar a subordinação do Estado colombiano às agendas e interesses do capital internacional. Nesse sentido, mais do que um olhar para o norte, ou para a semelhança, a trajetória política e econômica do país evidencia uma carência das oligarquias nacionais na construção de um projeto de nação para além das suas necessidades imediatas.

O percurso também evidencia a implementação de políticas voltadas para a inclusão e o reconhecimento de direitos sociais como estratégia de legitimação política dos interesses imperialistas da lumpen-burguesia nacional, o estímulo a criação de sindicatos, o voto feminino, políticas educativas como o SENA, as propostas de reforma agrária, a criação de empresas nacionais e programas de assistência social como o ICSS ou SENDAS, refletem tentativas de consolidação de bem-estar social que não pretendiam construir alternativas ao capitalismo, e nem chegaram ao patamar do *Welfare State*.

Os direitos sociais não foram só nem sempre concepções estratégicas dos representantes locais do imperialismo, representam os esforços constantes das lutas de classes, da organização operária, das mulheres, do campesinato; refletem as particularidades da Colômbia na configuração do capital-imperialismo no país, e as tensões do processo com a insurgência e suas estratégias diversas (confronto armado, ativismo político, assistência social, relações exteriores, etc.).

A experiência de política social na Colômbia poderia ser categorizada como de corte *residual liberal*; segundo Arretche (1995) e Silva e Silva (2000) essa categorização apresenta movimentos operários fracos e distribuição de políticas segundo o mérito financiadas pela

contribuição individual, vincula contribuição ao benefício com benefícios isolados sob a pressão de alguns segmentos. Nessa medida cada indivíduo tem condições de resolver suas próprias necessidades com seu mérito, trabalho e capacidade. A intervenção estatal é seletiva, focalizada em grupos, e socialmente excludente valendo-se de políticas subordinadas à economia e usadas como controle político das classes populares.

Como foi dito na América Latina e na Colômbia não foi implementado o Welfare State propriamente dito, mas políticas e programas de proteção social de inspiração cepalina que levaram direitos sociais a uma parte da população geralmente associados ao mercado laboral, que sob o neoliberalismo vai se tornar essencialmente precário e instável.

O modelo neoliberal gerou uma divisão entre partidários da abertura e não do gasto público, e partidários do gasto público e não da abertura econômica; divisão que no caso da oligarquia nacional, não representava um confronto em termos do sistema econômico, político e ideológico a ser implementado e sim diferenças táticas sobre a implementação do mesmo; isto constituiu um diferencial do modelo neoliberal em relação ao agroexportador e ao modelo de industrialização dirigida pelo Estado ou de substituição de importações, que contaram com apoio consensual da classe dirigente.

Em fevereiro de 1990, a través do Conpes número 2465, foi lançado o *Plan de modernización de la economía colombiana*, com augúrios de estabilidade macroeconômica como sustento das futuras reformas (ESTRADA ÁLVAREZ, 2004; LUCENA, 2000; OCAMPO, 2010). Nesse contexto inicia a implementação das políticas neoliberais na Colômbia com o governo de César Gaviria Trujillo (1990-1994), eleito numa contenda política que assassinou a quatro candidatos presidências (Jaime Pardo Leal, UP, Bernardo Jaramillo Ossa, UP, Carlos Pizarro, AD M-19, e Luís Carlos Galán, Nuevo Liberalismo). O novo governo segue obedientemente os ditados do Consenso de Washington e impõe a abertura econômica, deixando de lado o impulso à indústria nacional e promovendo a militarização e a mercantilização da vida segundo a lógica do capital.

CAPÍTULO 3

A CONTRARREFORMA NO ESTADO COLOMBIANO

Nuestra derrota estuvo siempre implícita en la victoria ajena;
nuestra riqueza ha generado siempre nuestra pobreza
para alimentar la prosperidad de otros: los imperios y sus caporales nativos.
Eduardo Galeano
(Las venas abiertas de América Latina)

A década de 1990 foi inaugurada com a queda do Muro de Berlin e a desintegração da URSS e, com ela, a primeira onda de contrarreformas neoliberais implementadas por meio das políticas de “ajuste”, promovidas pelos organismos internacionais com o Consenso de Washington. Desde o início do seu governo, o presidente César Gaviria deixou claro que Colômbia precisava se adaptar às novas realidades da política internacional, promovendo a Área de Livre Comércio para as Américas (ALCA), iniciativa do primer Bush continuada por Bill Clinton. A política governamental perseguida na década de 1990, resultou no enfraquecimento e imposição de restrições à intervenção estatal sobre um atributo central, a destruição da capacidade estatal de coordenação e implementação de trajetórias autônomas de desenvolvimento.

O país tem se integrado na divisão internacional do trabalho ao se especializar em bens intensivos, precarização e flexibilização da força de trabalho, e exploração de recursos naturais. O cerne da política econômica estava no tripé valorização do câmbio, acentuada abertura externa (comercial e financeira) e elevada taxa de juros. Nesse sentido, o país precisou aparelhar-se para o novo quadro objetivo da economia mundial; os apoios financeiros e os empréstimos de recursos por parte das instituições multilaterais (FMI, BM e BID) seguiram um ritual de exigências e reformas estruturais necessárias para à atração do capital, com altas condicionalidades para execução dos recursos nos países receptores.

Tais reformas, em geral, se centraram, inicialmente, em promover modificações substanciais nos regimes de comércio e investimento estrangeiro, no regime da política industrial e também no setor financeiro. São alterações nas economias nacionais para que se tornem adequadas aos novos interesses da financeirização. Isto é, foi pavimentado o caminho para a instalação de uma crise de coordenação com o desmonte e desaparelhamento do aparato institucional. Foram deixadas as decisões de investimento sob o interesse exclusivo do mercado.

Esse processo de implementação de políticas neoliberais é chamado por Tavares e Fiori (1993) modernização conservadora e desajuste global, pelo seu caráter desigual e a

forma como é feita a socialização das perdas. Laura Tavares Soares (1998; 2003), usa o termo desajuste social, pelo sentido de agravamento das desigualdades e da produção de exclusão. Agravamento não só das condições de desigualdade social estrutural já existente, como provocou também novas condições de generalização da precariedade e insegurança.

A partir da compreensão do papel do Estado no capital-imperialismo, adotamos a categoria contrarreforma para identificar as propostas de reforma neoliberal às funções do Estado e seus impactos ao gerar retrocessos sociais em prol do capital. Em vista disso, tomamos como referência principal as elaborações de Elaine Rosetti Behring (2008) sobre os processos de desestruturação do Estado e perda de direitos. A assistente social aponta que no processo de modernização conservadora houve mudanças, mas não no nível destrutivo e regressivo que as políticas neoliberais impõem.

A autora ainda acresce que a categoria reforma tem sido utilizada de um jeito improcedente, tirando seu conteúdo redistributivo de origem socialdemocrata para esvaziá-la das suas implicações sócio-históricas. Rosa Luxemburgo (1990, p. 50), afirma que a reforma social, junto aos sindicatos e a democratização política do Estado, são meios para alcançar a conquista do poder político pelo proletariado; isto é, realizar progressivamente o socialismo. O que “implica – e é aí que se encontra o seu fundamento – um certo desenvolvimento objetivo tanto na propriedade capitalista como do Estado”.

Em contraposição à concepção de reforma da socialdemocracia, a reforma neoliberal do Estado funda-se na necessidade do capital de liberalizar, desimpedir e desregular o mercado, sendo que o sindicalismo e a democracia representam grandes obstáculos para a flexibilização laboral, a financeirização, privatização e desregulação.

Assim, está claro que esse não é um “ajuste positivo”, mas um desajuste próprio da hegemonia do capital, que condiciona o Estado para que este lhe complemente tanto no jurídico-legal quanto na sua reprodução econômica. Por tanto, foi fundamental compreender a configuração do capital-imperialismo, trabalhada no primeiro capítulo, para explicitar a base política, social e econômica que sustenta as propostas de reforma neoliberal.

Consequentemente, para Behring (2008, p. 59), o processo de reforma neoliberal, constitui uma *contrarreforma*, um retorno à antiga ordem social.

Trata-se de uma *contra-reforma*, já que existe uma forte evocação do passado no pensamento neoliberal, bem como um aspecto realmente regressivo quando da implementação de seu receituário, na medida em que são observadas as condições de vida e de trabalho das maiorias, bem como

as condições de participação política. [...] tendo em vista a inserção de um país na dinâmica do capitalismo contemporâneo, marcada pela busca de rentabilidade do capital por meio da reestruturação produtiva e da mundialização: atratividade, adaptação, flexibilidade e competitividade.

Assim, o Estado é agora orientado pela liberalização, desregulamentação e a flexibilidade nas relações de trabalho.

A implementação de uma política e sua tradução jurídico-legal, econômica, política e social, nunca exclui conflitos e contradições dentro do bloco no poder, e no marco das lutas de classes nas aguerridas resistências sociais. Porém, como foi dito anteriormente, mesmo sendo fundamental para a compreensão do contexto sócio-histórico colombiano, ultrapassa a dimensão do presente trabalho aprofundar nessas questões basilares para uma análise rigorosa do processo de neoliberalização.

Como foi apresentado no segundo capítulo, na Colômbia há antecedentes de políticas neoliberais desde a década de 1970, mas existe um consenso sobre o papel chave do governo de César Gaviria na construção do neoliberalismo. O processo de implantação de políticas neoliberais pode ser compreendido a partir de dois momentos, segundo as mudanças sócio-históricas do país, esclarecendo mais uma vez que não se trata de delimitações fixas, nem etapas lineais.

Primeira onda (1990-1998): Desenho e implantação de políticas neoliberais; governos César Gaviria Trujillo (1990-1994), Ernesto Samper Pizano (1994-1998).

Segunda onda (1999-2014): Ampliação do neoliberalismo, acordos estendidos com o FMI, Tratados de Livre Comércio (TLC) e autoritarismo neoliberal; governos Andrés Pastrana Arango (1998-2002), Álvaro Uribe Vélez (2002-2010) e primer governo Juan Manuel Santos Calderón (2010-2014).

Terceira onda (2014-nossos dias): segundo governo de Santos (2014-2018) com a esperança da possibilidade de disputa política a partir do processo de paz, porém com continuidade na implementação do neoliberalismo e sem perda do terrorismo de Estado. E a volta de Uribe por meio de Iván Duque Márquez (2018-2022) militarização da vida; reprimarização da economia (principalmente com mineração e áreas rurais especiais) para produção de commodities e identificação de novos focos de produção de mais-valia como biocombustíveis e indústrias culturais.

Junto à reestruturação produtiva, o processo de financeirização e o fortalecimento do pensamento pós-moderno; um dos principais componentes do neoliberalismo é a contrarreforma do Estado. A seguir, serão apresentados os principais elementos da contrarreforma no Estado colombiano durante a primeira onda de políticas neoliberais: intelectualidade do neoliberalismo na Colômbia; construção de uma nova constituição; descentralização; privatização e desregulamentação e política social.

3.1. Elite intelectual e neoliberalismo na Colômbia⁴⁵

Como tem sido apontado desde o primeiro capítulo, o discurso neoliberal começou seu processo de gestação na década de 1930 com a Escola de Friburgo, e foi ganhando força até a crise da década de 1970, onde logrou materializar sua estratégia político-econômica através da ditadura militar de Augusto Pinochet em Chile (1973). Posteriormente, com a avançada política (Thatcher, Reagan) e intelectual da década de 1980, foram elaboradas as reformas estruturais do Consenso de Washington concebidas para a implantação do neoliberalismo na América Latina, definidas como reformas de abertura econômica e modernização do Estado.

As políticas do CW e os organismos internacionais (OMC, FMI, BID, BM) desenvolveram orientação e fiscalização da contrarreforma do Estado colombiano no processo de implantação das políticas neoliberais; adicionalmente, a produção e reprodução da ideologia neoliberal no interior do país através de uma elite intelectual foi fundamental para o cumprimento da agenda de ajuste político e econômico. Os consultores e assessores dos organismos internacionais tiveram um grande papel no surgimento e na consolidação dessa elite intelectual em Colômbia e na América Latina.

Como foi grifado no capítulo dois, o país teve ao longo da sua história assessoria e conselhos, especialmente dos Estados Unidos. Durante os governos Gaviria e Samper essas

⁴⁵Ao longo desta seção, algumas universidades, instituições e centros de pesquisa serão nomeados, importante esclarecer que não se faz referência à institucionalidade toda, nem seus integrantes e graduados (as), como promotoras do pensamento neoliberal; também não é intenção desacreditar profissionais latinoamericanos formados nas universidades de Estados Unidos, nem mesmo questionar a participação de pessoal qualificado, no desenvolvimento econômico. Como aponta Ahumada em relação à Universidad de los Andes, “en esta *alma mater* también han surgido importantes críticos del modelo, tales como Eduardo Sarmiento, exdecano de la Facultad de Economía. Precisamente por su posición crítica, él recibió una clara admonición de parte de los consejeros y colaboradores de procedencia uniandina de Gaviria, encabezados por Rudolf Hommes, y se vio obligado a dejar su cargo a comienzos de 1994”.

ditas assessorias foram incrementadas, assim o aponta a filósofa, cientista política e ex-secretária de Integración Social, Consuelo Ahumada Beltrán (1996, p. 153).

Se han venido asignando contratos de consultoría por varios millones de pesos a diversas compañías y amigos del gobierno, en los más variados asuntos sociales, económicos, culturales, de seguridad y de relaciones públicas. Muchos de los beneficiados con contratos no cuentan con la preparación académica o profesional para cumplir con los, sino simplemente con las “conexiones” apropiadas.

No mesmo sentido, incrementaram as assessorias e consultorias financiadas pelos organismos internacionais, principalmente, a ONU. Essa propagação tecnocrática aconteceu ao mesmo tempo em que a diminuição do setor público, sendo que os novos funcionários estão sob a direção do executivo, que ganhou força e controle com a nova constituição.

Sobre a formação da elite intelectual, Estrada Álvarez (2006, p. 265) assinala que para uma caracterização dessa elite intelectual na Colômbia, no marco das transformações da organização econômica e social capitalista, são relevantes os seguintes aspectos:

- a) A transição do período de industrialização dirigida pelo Estado (substituição de importações), ao neoliberalismo (abertura econômica ou modernização do Estado, e implantação das reformas do CW);
- b) Recomposição do bloco no poder. Ao finalizar a década de 1980 enfraqueceu a burguesia cafeeira e cresceu a influência dos chamados grupos econômicos e do capital financeiro;
- c) Fortalecimento do poder presidencial a partir da nova Constituição Política;
- d) Transição a um novo regime de acumulação de tendência autoritária, militarização da vida e ascensão da influência dos grupos paramilitares, junto a uma intensificação do conflito armado;
- e) Redefinição da política econômica internacional, neoliberalismo, pensamento neoconservador, colapso do socialismo soviético.

A partir desses momentos pode ser identificada uma produção do discurso neoliberal, principalmente no plano econômico; porém, a elite também possui como característica essencial seu compromisso radical com o projeto neoliberal, isto é, a ideologia do livre mercado. Nesse sentido, faz parte da construção o desprezo pelas identidades nacionais e pela soberania. Assim, o discurso tem incorporado debates sobre direitos humanos, pobreza, justiça, entre outros, mudando a compreensão dos principais problemas do país.

Trata-se de explanar as bondades da economia de mercado, sua capacidade para reconhecer problemas e sua possibilidade de oferecer alternativas (o Estado como vítima da guerra, o Departamento de Planejamento critica a pobreza, o Ministério de Educação critica a situação da educação). É nesse sentido, que os intelectuais desenvolvem o papel de agentes dos organismos internacionais, contribuindo para a implantação das políticas supranacionais seja com propostas de implementação imediatas ou graduais (tabela 1). Segundo Ahumada Beltrán (1996), na Colômbia pode ser identificado o surgimento de uma elite intelectual como força dentro da política econômica desde meados da década de 1960, esta será estabilizada na década de 1980, com os debates sobre as formas de abertura econômica e modernização do Estado. Assinala a pesquisadora que a presença de tecnocratas nas altas esferas do poder incrementou-se a partir do governo Barco, engenheiro do Massachusetts Institute of Technology (MIT), diretor do BM, e embaixador em Estados Unidos antes de ser presidente; “sus más cercanos colaboradores fueron seleccionados del grupo exclusivo de colombianos graduados en universidades norteamericanas, así como de la Universidad de los Andes de Bogotá” (AHUMADA BELTRÁN, 1996, p. 149).

Posteriormente, com a Constituição de 1991, com a chegada do sucessor de Barco, César Gaviria (também graduado do MIT, Ministro de Hacienda e de Gobierno de Barco), veio o desenho jurídico-econômico do pacote de regras neoliberais que orientariam a vida do país em diante, e assim, a expansão e aprofundamento de uma elite que procurava não só a regulação da dívida externa ou a estabilização macroeconômica, senão um projeto de transformação da sociedade em seu conjunto, e que será implementado sistematicamente no país pelos governos seguintes. Nesse sentido, o Banco de la República, o Ministerio de Hacienda, e o Departamento Nacional de Planeación (DNP), constituem cenários centrais na configuração dos discursos, ações e programas para a implantação das políticas neoliberais na Colômbia na década de 1990.

Tabela 1-Elite intelectual e campos de discussão da política econômica.

Campo de política	Posición dominante (Ortodoxia)	Posición discrepante (Heterodoxia)
Apertura económica	Inmediata, generalizada	Gradual, selectiva, recíproca
Privatización	Generalizada	Selectiva
Reconversión productiva	Producto de exposición al mercado	Dirigida por el Estado; protecciones selectivas y transitorias
Banca central	Mayor autonomía respecto del gobierno	Limitar la autonomía; imponer más coordinación con el gobierno

Fonte: (ESTRADA ÁLVAREZ, 2006, p. 301).

Segundo Juliana Martínez e Carolina Martin (2006), essas organizações foram sede de debate das frações da elite intelectual, diferenciando-se duas correntes principais (tabela 1): *ortodoxa* (com influência neoliberal, identificada com as políticas do CW, e do FMI) cuja representação mais destacada foi Roberto Junguito Bonnet, e mais recentemente Salomón Kalmanovitz; e uma corrente *heterodoxa* (com influência cepalina e neokeynesiana, promotora do protagonismo da política social) representada principalmente por José Antonio Ocampo e Guillermo Perry.

- Junguito Bonnet: nasceu em Bogotá, economista da Universidad de los Andes com estudos de pós-graduação em Princeton. Entre suas participações podem ser destacadas: Representante por Colômbia da Organização Internacional do Café (1972-1973); diretor de Fedesarrollo (1974-1978); presidente da Sociedad de Agricultores de Colombia (SAC) (1981-1982); Ministro de Agricultura (1982-1983) do governo Belisario; Ministro de Hacienda nos governos Belisario (1984-1985) e Uribe (2002-2003); codiretor da junta diretiva do Banco de la República (1991-1999); diretor executivo alterno do FMI-Washington (1999-2002).
- Salomón Kalmanovitz: nasceu em Barranquilla, estudou economia e filosofia em New Hampshire e realizou estudos de pós-graduação em New York; professor da Universidad Nacional de Colombia e da Universidad de los Andes; decano da faculdade de ciências econômicas da Universidad Nacional (1990-1993); vinculou-se ao Departamento Nacional de Estadística na área de estudos sobre o desenvolvimento da agricultura na Colômbia (1971-1975); codiretor do Banco de la República (1995-2003); entre outros. Kalmanovitz foi marxista até a década de 1990 onde se definiu como neoliberal-neoinstitucional, assinala que a abertura tem sido ótima para Colômbia.
- José Antonio Ocampo: nasceu em Cali, economista e sociólogo da Universidade de Notre Dame (Estados Unidos), Ph.D. Economia da Universidade Yale; pesquisador do Centro de Desenvolvimento Econômico (CEDE) Universidad de los Andes, entre 1976 e 1979, diretor do mesmo centro 1980-1982; chefe da missão World Institute for Development Economics Research e Autoridade Sueca para o Desenvolvimento Internacional (WIDER-ASDI), ante o governo de Nicarágua (1989-1991); Ministro de Agricultura y Desarrollo Rural (1993-1994) do governo Gaviria; Ministro de Hacienda y Crédito Público (1996-1998) no governo Samper; Secretário Executivo da Comissão Econômica para América Latina e o Caribe (CEPAL) (1998-2003); entre outros.

- Guillermo Perry: nasceu em Bogotá, engenheiro e mestre em economia da Universidad de los Andes, com estudo de doutorado em economia em Massachussets; Ministro de Minas y Energia (1986-1988) no governo Barco; integrante da Asamblea Nacional Constituyente em 1991; Ministro de Hacienda y Crédito Público (1994-1996) no governo Samper; chefe da Região América Latina e o Caribe do BM (1996). Perry foi o único intelectual da produção de política econômica que participou diretamente na Asamblea Nacional Constituyente.

Como assinala Ahumada Beltrán (1996, p. 142), os tecnocratas neoliberais da América Latina insistem em mostrar-se como salvadores das crises econômicas dos seus países; quem mais do que eles, com formação em economia nas universidades da elite dos Estados Unidos, com a ideia de que as decisões econômicas são um assunto tão difícil, que só pode ser desenvolvido por *expertos supostamente neutrais, por fora das pressões dos grupos políticos e sociais*, como gostam de se apresentar. É assim, que “Toda crítica al modelo es rechazada de antemano con el argumento de que proviene de la ignorancia o del interés oculto en promover causas particulares”.

Esses e outros intelectuais, principalmente da ciência econômica, orientaram as políticas governamentais da década de 1990 em função de fortalecer suas posições ao interior do aparelho estatal. Durante o governo Gaviria houve uma controvérsia entre as posições ideológicas de dos ministros, Hacienda (Rudolf Hommes⁴⁶), apoiado pelo diretor do DNP (Armando Montenegro⁴⁷) e Desarrollo (Ernesto Samper), apoiado por Guillermo Perry. Para o primeiro ministro, a continuidade da abertura econômica devia ser rápida, enquanto que para o segundo, o desmonte devia ser gradual, note-se que os dois são defensores da reforma.

La administración de Samper estuvo signada por dos fuertes controversias; por una parte, la que se presentó entre la Junta directiva del banco de la república y el equipo económico del gobierno frente al manejo de la inflación, las tasas de interés y la forma como esto afectaba a las exportaciones; y por la otra, la que se dio entre el Ministro Perry y el ex ministro Rudolf Hommes, a propósito de la orientación de la estrategia de desarrollo (MARTÍNEZ; MARTÍN, 2006, p. 42).

Evidencia-se assim, que a elite intelectual não é uma elite homogênea, nem representativa do pensamento colombiano, mas uma elite que garante a implementação das

⁴⁶Engenheiro industrial da Universidad de los Andes, mestre em Administração da Universidade de Sacramento; diretor de Crédito Público e assessor da Junta Monetária de Colombia (1987-1988); integrante da Comisión para la modernización del Estado (1989-1990).

⁴⁷Engenheiro industrial da Universidad Javeriana, Ph. D em Filosofía da Universidade de New York; assessor de assuntos cafeeiros da Junta Monetaria e diretor do grupo de pesquisas econômicas do Banco de la República.

reformas que “sugerem” os organismos multilaterais, nos quais muitos dos integrantes da elite intelectual tiveram atuação antes, durante o depois da implementação das reformas na Colômbia.

No período Gaviria, as reformas foram reproduzidas sob o slogan “abertura econômica e modernização do Estado”; que apresentava a política econômica disfarçada de um projeto modernizador e de “Revolución Pacífica” segundo o nome do plano de desenvolvimento do período. A implantação do modelo neoliberal também contou com o apoio dos meios de comunicação massivos, que ressaltaram o caráter imprescindível das reformas anunciando-as como a chegada do futuro; produzindo narrativas favoráveis e de legitimidade dos processos de abertura e liberalização.

Segundo Martínez e Martín (2006, p. 55), as narrativas que sustentam as reformas estruturais “se configuran “desde arriba”, desde las élites, que tienen acceso al “discurso público” y al “control de las estructuras discursivas” de persuasión, manipulación, dominación y reproducción de las desigualdades y de los poderes existentes”. Nesse sentido, durante a década de 1990, o desenvolvimento na Colômbia esteve demarcado pelas bases do liberalismo econômico, e o livre mercado, quer dizer, a proposta neoliberal, que reivindica o mercado diante do desenvolvimento social, e setor privado sobre o público. As variações nos discursos das correntes ortodoxa e heterodoxa, respondem a critérios conjunturais e não a mudanças reais na orientação da economia política nacional.

O anterior se aplica especialmente para o caso do governo Samper, que tentou se apresentar como o governo do “fim do neoliberalismo”, mas que promovia o desenvolvimento da estratégia neoliberal fingindo preocupação pela política social. Poder-se-ia dizer que durante o governo Samper ganhou maior presença a corrente heterodoxa, e durante o governo anterior (Gaviria) e os posteriores (Pastrana, Uribe, Santos, Uribe-Duque) teve maior presença a corrente ortodoxa; embora as duas correntes, com diferentes gradações, representem continuidade na implementação das políticas neoliberais.

Segundo Estrada (2006) diferentes fatores explicam a falta de ruptura entre os lineamentos da política econômica, mesmo com a disputa entre correntes:

- a) Ausência de diferenças teóricas de fundo sobre a orientação do modelo econômico no país;
- b) O desenho das “novas regras do jogo” reforçou a “institucionalização da política econômica”, independentemente do governo de turno, quer dizer, foram definidos marcos constitucionais e legais para a atuação da política econômica, posteriormente reforçados com a firma dos acordos com o FMI;

- c) As “novas regras do jogo” foram desenhadas com continuidade da burocracia básica das instituições do governo econômico, principalmente no caso do Banco de la República e o DNP;
- d) Com o tempo, houve uma aproximação das duas correntes, desvanecendo suas características específicas e criando uma corrente eclética; esse processo de unidade teve uma participação central na reformulação do CW. O anterior também reforça a ideia do “pensamento único” principalmente através dos grêmios econômicos, a academia, os centros de pesquisa e os meios de comunicação;
- e) Atualmente existe consenso sobre o caráter essencial da estabilidade macroeconômica, mesmo para os projetos políticos de esquerda, isto representa assumir algumas “técnicas de regulação”.

Como assinala Poulantzas (2007, p. 269), a relação do Estado capitalista com as classes dominadas se expressa também no nível ideológico, principalmente no que o autor chama *ideologia burguesa*, que é o aspecto político, em relação ao Estado, do funcionamento específico da ideologia como condição da existência do MPC.

La ideología misma está relativamente dividida en diversas regiones, que se pueden caracterizar, por ejemplo, como ideologías moral, jurídica y política, religiosa, económica, filosófica, estética, etc. [...] Podría decirse en cierto modo que el papel de la ideología consiste aquí, no simplemente en ocultar el nivel económico siempre determinante, sino en ocultar el nivel que tiene el papel dominante, y sobre todo el hecho mismo de su dominio. La región dominante de la ideología es precisamente la que mejor cumple, por numerosas razones, esa función particular de máscara.

Como já foi explicitado, o papel do econômico na implantação do modelo neoliberal, no caso da Colômbia, na década de 1990, foi disfarçado com a predominância da região política da ideologia, no sentido expressado por Poulantzas; ou seja, na promoção de um discurso de paz, de direitos sociais e participação política da sociedade através da Asamblea Nacional Constituyente, a Constituição de 1991 e dos Planos Nacionais de Desenvolvimento.

Na configuração dessa elite também é fundamental outro componente essencial do neoliberalismo, o pensamento pós-moderno, que fortalece a incorporação de atitudes que permitem digerir com maior facilidade a realidade neoliberal, e contribui na consolidação do adormecimento crítico, sobretudo a partir da neofilantropia ou refilantropização⁴⁸ e da

⁴⁸Segundo Marilda Iamamoto (2000, p. 42), a referencia não é a filantropia do século XIX, mas a “filantropia do grande capital” produto da privatização dos serviços públicos; vinculada ao desenvolvimento das forças produtivas e não ao romantismo da ajuda. Para a autora, a tendência à refilantropização consiste em que “grandes

fragmentação da realidade em compartimentos, o que leva a não assumir posições políticas abertas. Ahumada Beltrán (1996, p. 157) acresce que por conta do pós-modernismo, a intelectualidade pode se comprometer “con las más diversas causas (feminismo, ecología, derechos humanos, lucha por la paz, democratización), sin siquiera llegar a cuestionar las relaciones de poder prevalecientes a nivel internacional y nacional, a las cuales, en últimas, se remonta el origen de todos estos problemas”.

Finalmente, é importante sublinhar que a produção da política econômica por parte da elite intelectual colombiana, e a configuração da elite mesma, está demarcada pela ampliação e reforço da estratégia contrainsurgente. Junto à criminalização do protesto e o terrorismo de Estado, apresenta-se também a acusação das expressões de oposição como forças reacionárias ou com olhares conservadores diante da modernização. Teve lugar assim, o aprofundamento e a ampliação sistemática das políticas neoliberais a todos os campos da vida social, no que vem a ser um estabelecimento das “regras do jogo”.

3.2. Constituição Política de Colômbia 1991

A Constituição Política (CP) de 1991 foi apresentada pela elite neoliberal como uma das maiores realizações do processo de “modernização institucional”. Lançada pela institucionalidade como um exercício de construção popular amplamente participativo, a CP foi o resultado de uma proposta que promovia uma Assembleia Nacional Constituinte (ANC) como base para a consolidação do processo de paz que estava em construção entre o governo e a insurgência armada. Na época, o governo de Belisario Betancur havia adotado uma política de paz, ao ponto de estabelecer tréguas bilaterais com as FARC-EP, o EPL e o M-19; subsequentemente foram apresentadas inconsistências que quebraram as tréguas com M-19 e EPL em 1985, e com as FARC em 1987.

Diante da intensificação do conflito armado e da pressão social, Virgilio Barco retomou as negociações com a Coordenadora Guerrillera Simón Bolívar (CGSB)⁴⁹ e

corporações econômicas passam a se preocupar e a intervir na questão social dentro de uma perspectiva de “filantropia empresarial” [na Colômbia conhecida como Responsabilidad Empresarial o Responsabilidad Social Empresarial -RSE-] (...) Nos programas e projetos mantidos por organizações empresariais privadas a ênfase recai sobre a qualidade dos serviços prestados. Esses, entretanto, passam a ser seletivos, estabelecidos conforme escolhas e prioridades das corporações em suas ações “filantrópicas”, em detrimento da garantia da universalidade no acesso, tal como o previsto pela Constituição vigente no país”.

⁴⁹Criada em 1987 e composta das guerrilhas FARC-EP, ELN, EPL, M-19, PRT, e o MAQL.

apresentou sua proposta intitulada “Iniciativa para la paz”, com a qual o dia 3 de maio de 1990, aproveitando os poderes especiais conferidos ao executivo pelo estado de sítio, promoveu o decreto 927 propondo uma Assembleia Constitucional, explicando que a convocatória era iniciativa do movimento estudantil surgido após o assassinato do candidato presidencial Luís Carlos Galán. O movimento estudantil que tinha o lema “Todavía podemos salvar a Colombia” e estava integrado por universidades privadas de Bogotá, dentre elas Rosario, Andes e Javeriana, serviu ao governo para apresentar a proposta de Assembleia, conhecida como “la séptima papeleta”, como um pedido popular, quando desde 1977, na representação do governo de López Michelsen a oligarquia nacional tinha planejado modificações à carta magna.

Em agosto de 1990, o presidente César Gaviria chegou a um acordo com os dirigentes do partido conservador (Partido Nacional Conservador e Movimiento de Salvación Nacional), e o M-19, para convocar a ANC mediante o decreto 1926, de 24 de agosto de 1990. Declarado constitucional pela Corte Suprema de Justicia, o decreto estabelece a data, as condições e os assuntos a discutir pelo organismo, isto confirma que a proposta não é resultado de um processo “soberano” ou de uma revolução triunfante, e sim de uma norma decretada sob estado de sítio.

Na sequência, e consequentemente com a tradição de “lealdade” que tem caracterizado a participação do Estado colombiano nos processos de paz, no dia da votação da ANC, 9 de dezembro de 1990, foi iniciada a Operação Casa Verde, no âmbito da Operação Colômbia (proposta por Lauchlin Currie) Nesta, o exército colombiano, sob ordem do presidente César Gaviria, atacou a sede dos acampamentos das FARC-EP (Casa Verde), que serviu de ponto de encontro para as negociações de paz. Depois do ataque, a CGSB foi dissolvida e as FARC-EP e o ELN recusaram continuar participando do processo de paz. A ANC continuou, com baixa representação popular e sem a participação das principais insurgências armadas do país, como indicado por Consuelo Ahumada Beltrán (1996, p. 190–191)

[...] el proceso que llevó a la Asamblea Constituyente y a la revocatoria del mandato del Congreso fue presentado como el triunfo del “país nacional” sobre el “país político”. No obstante, la composición tanto de la Asamblea como del nuevo Congreso elegido en octubre de 1991 contradice por completo tal planteamiento. [...] un estudio detallado de los antecedentes de los setenta miembros de la Asamblea muestra que muchos de ellos habían ocupado con anterioridad posiciones importantes dentro del Estado. [...] El movimiento estudiantil, que supuestamente inició todo el proceso del *revolución* institucional, sólo estuvo representado por dos miembros. Uno de ellos, Fernando Carrillo, fue elegido en una lista del partido liberal, lo que no

es extraño si se tiene en cuenta que había trabajado como consejero para las reformas institucionales del gobierno de Gaviria y que perteneció a su selecto “kínder”. Posteriormente fue nombrado Ministro de Justicia.

O EPL, o PRT, e o MAQL tiveram participação na ANC com quatro constituintes que tinham voz, mas sem voto, a constituinte formulou a nova constituição num trabalho de seis meses.

Segundo Navarro Wolff (2016), um dos representantes do M-19 na ANC, nomeado Ministro de Saúde no governo Gaviria após a consolidação da nova Constituição, e quem construiu um percurso na política do país desde então; a CP foi, e ainda é, uma constituição para a paz, não só por ter garantido o que chama primeiro acordo de paz na história contemporânea da América Latina, com 4 dos 6 grupos guerrilheiros, esquecendo o peso dos outros dois grupos (FARC-EP, ELN) na proposta da insurgência armada no país. Aponta também que foi uma “constituinte originária” gerada pelo povo e de caráter democrático, argumento que desconhece que a participação na ANC, que não foi para todos os setores, não representou os interesses populares.

Finalmente, Navarro (2016, p. 6) coloca que a CP “modernizó de una manera tan progresiva la institucionalidad colombiana que permitió que en ese marco institucional se firmara recientemente un acuerdo de paz con el quinto grupo armado que lo hace, las FARC”; o anterior ignora as dificuldades desses processos de paz, principalmente por parte da que ele chama de “institucionalidade progressista”, que exterminou e extermina integrantes da insurgência armada (o acordo de 1990 foi paralelo ao genocídio político da UP, como acontece com o acordo de 2016, que caminha com o extermínio de integrantes, ex-integrantes e simpatizantes das FARC-EP, agora articuladas no partido político Fuerza Alternativa Revolucionaria del Común (FARC), assim como líderes sociais, defensores dos direitos humanos, direitos e interesses do povo e seus territórios), enquanto atrapalha sua reintegração ao país, negando as garantias (sociais, políticas, económicas e culturais) necessárias para esse processo e fundamentalmente para o exercício da política pela via da democracia burguesa.

O processo constitucional é uma materialização do sistema neoliberal, que fortalece o Estado para a intervenção econômica e o enfraquece para assumir tarefas sociais. Assim, o presidente Gaviria e a oligarquia colombiana escolheram a guerra e a construção da “paz” com modernização do Estado, sem negociar com as principais insurgências armadas, sem questionar e construir alternativas às origens do conflito armado, e sem justiça social. Como assinala Oscar Mejía Quintana (2004, p. 4), por trás da aparência emancipatória e progressista

que quer ser imposta à CP está o projeto de exclusão hegemónica com que as elites colombianas tem eternizado seu esquema histórico de dominação, isto leva ao pesquisador a chamar a processo da ANC e a CP de “institucionalização da mentira”.

No se puede, por tanto, endilgarle al conflicto armado el origen de las debilidades de la Constitución cuando fue un proceso constituyente excluyente la causa del recrudecimiento del conflicto. No fue la antinomia entre participación y conflicto armado la causa de la ineficacia de la Constitución. La Constituyente creyó que ideando un esquema irreal de participación resolvía el problema del conflicto armado sin acudir a los actores armados protagonistas del mismo. Pero el problema del conflicto tenía que ser resuelto directamente con los actores de este. Al no hacerlo así, la Constitución del 91 se convirtió en un recurso ideológico de las elites para justificar un nuevo esquema de dominación que ofrecía, en lugar de la paz, una democracia participativa sin la participación de los actores disidentes y un estado social sin los sectores sociales que reclamaban la inclusión.

De acordo com Estrada Álvarez (2004, p. 80), a CP permitiu traduzir para um quadro jurídico-legal o primeiro pacote de reformas estruturais ao papel e funcionalidade do Estado, a que seriam atribuídas especificamente: a) a prestação de serviços que constituem bens públicos (defesa, justiça, etc.); b) a manutenção de um quadro de estabilidade macroeconómica, definindo com base em regras de concorrência e igualdade de condições para o desenvolvimento de diversas atividades económicas; e c) assegurar a adequada distribuição de renda e satisfação às necessidades básicas dos grupos mais poderosos da população.

A CP em seu primeiro artigo define a Colômbia como um

Estado social de derecho, organizado en forma de República unitaria, descentralizada, con autonomía de sus entidades territoriales, democrática, participativa y pluralista, fundada en el respeto de la dignidad humana, en el trabajo y la solidaridad de las personas que la integran y en la prevalencia del interés general (COLOMBIA, 1991)

Segundo essa declaração, o Estado colombiano está construído com quatro elementos que vão definir sua natureza: a) régimen jurídico (Estado Social de Direito); b) uma forma particular de organização (República unitária, descentralizada, com autonomia das suas identidades territoriais); c) um régimen político caracterizado como democrático, participativo e pluralista; e d) fundamentos sociais (dignidade humana, trabalho, solidariedade e interesse coletivo ou geral).

O anterior, se expressa na CP de forma particular nos artigos 365 e 366 sobre a finalidade do Estado e dos serviços públicos, nos quais se demarcam a possibilidade da

prestação de serviços públicos por parte de comunidades organizadas, particulares ou por parte do Estado, enfatizando que este deve garantir a *eficiência* na prestação; e sublinhando que “Si por razones de soberanía o de interés social, el Estado [...] decide reservarse determinadas actividades estratégicas o servicios públicos, deberá indemnizar previa y plenamente a las personas que en virtud de dicha ley, queden privadas del ejercicio de una actividad lícita” (COLOMBIA, 1991, art. 365).

No campo da democracia a carta magna está cheia de possibilidades que infelizmente são profundamente afetadas pelo clientelismo, a corrupção e outras práticas que dificultam a participação e a transparência nos processos democráticos. Evidencia-se assim o caráter neoliberal introduzido na CP, e a partir do qual houve uma maior concentração da riqueza com aprofundamento das desigualdades sociais, o que com certeza contraria a ideia de um Estado Social de Direito.

A CP concedeu ao presidente amplos poderes legislativos nos mais variados assuntos (planejamento, tomada de decisões, relações internacionais, entre outros), como assinala Ahumada Beltrán (1996, p. 189). Durante a Revolução Francesa e as revoluções burguesas no mundo, o princípio da soberania foi concebido para abolir o absolutismo monárquico e criar limites e controles aos poderes do rei, no caso da Colômbia “tales principios liberales fueron invocados y utilizados para revocar el mandato del Congreso y fortalecer los poderes del presidente”.

Além disso, a CP identifica o presidente como chefe de Estado, chefe de governo, máxima autoridade administrativa e símbolo da unidade nacional (COLOMBIA, 1991, art. 115, 188-189). Na mesma linha, terminou-se a vigência do Estado de sítio, proclamado desde 1948, e o artigo que o regulava foi substituído pelo “estado de exceção”, que habilita o presidente para decretar “estado de guerra exterior” y “estado de comoção interior” (COLOMBIA, 1991, capítulo VI).

[...] El Presidente de la República, con la firma de todos los ministros, podrá declarar el Estado de Guerra Exterior. Mediante tal declaración, el Gobierno tendrá las facultades estrictamente necesarias para repeler la agresión, defender la soberanía, atender los requerimientos de la guerra, y procurar el restablecimiento de la normalidad [...] En caso de grave perturbación del orden público que atente de manera inminente contra la estabilidad institucional, la seguridad del Estado, o la convivencia ciudadana, y que no pueda ser conjurada mediante el uso de las atribuciones ordinarias de las autoridades de Policía, el Presidente de la República, con la firma de todos los ministros, podrá declarar el Estado de Conmoción Interior, en toda la República o parte de ella, por término no mayor de noventa días, prorrogable

hasta por dos períodos iguales, el segundo de los cuales requiere concepto previo y favorable del Senado de la República.

A nova Constituição também fortaleceu a autoridade presidencial com os 59 artigos transitórios que representam uma suplantação dos outros ramos do poder público por parte do executivo, o que é evidente no relacionado com o desenvolvimento econômico e social, como consignado no artigo 189 (COLOMBIA, 1991), especialmente no planejamento econômico, a política fiscal, o orçamento nacional e as disposições sobre a dívida externa e o comércio exterior.

Um exemplo disso é o artigo transitório número 20 que conferiu ao presidente poderes para suprimir, fundir ou reestruturar as entidades do executivo, dos estabelecimentos públicos, das empresas industriais e comerciais e das sociedades de economia mista de ordem nacional, com a finalidade colocá-las em concordância com a redistribuição de competências e recursos estabelecidos pela CP. Baseado nesse artigo, o presidente César Gaviria decretou uma reforma administrativa em 1992, com a qual suprimiu, fundiu e reestruturou instituições oficiais, preparando o caminho para a privatização das empresas públicas e o enfraquecimento econômico do Estado. Entre outras empresas, o Fondo Vial Nacional, foi transformado no Instituto Nacional de Vías que tem a função de contratar, com o setor privado, a manutenção das estradas.

Consuelo Ahumada (1996) compara a reforma administrativa de Gaviria, com a reforma realizada por Lleras Restrepo em 1968. A primeira aponta a redução da intervenção do Estado na economia, e a desresponsabilização sobre suas funções sociais, convidando o setor privado para assumi-las; a segunda reforma, embora não tivesse um projeto de autonomia nacional de base, promoveu o intervencionismo estatal nos assuntos econômicos e sociais. Assim, a CP de 1991, determinou a orientação econômica do país, mediante a aprovação de reformas neoliberais, a pesar de definir o Estado colombiano como um Estado social de direito; deveria ter primado na definição o sentido outorgado à atividade econômica.

No mesmo sentido, o artigo 341 assinala que o governo pode implementar as políticas propostas no Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), mesmo se tiver desacordo com o Congresso; adicionalmente, “Si el Congreso no aprueba el Plan Nacional de Inversiones Públicas en un término de tres meses después de presentado, el gobierno podrá ponerlo en vigencia mediante decreto con fuerza de ley” (COLOMBIA, 1991). O caráter de força de lei do PND implica que tem prelação sobre as outras leis, quer dizer, fica entendido que seus mandatos são idôneos e podem substituir mandatos existentes sem necessidade de leis

posteriores, e abre a possibilidade, pela flexibilidade na interpretação da norma, de introduzir reformas em áreas que geralmente precisam projetos de lei particulares.

Entre os artigos fundamentais para passar à linguagem jurídico-legal as políticas de abertura econômica do modelo neoliberal, podem ser referidos os artigos 226 e 227 com os quais “El Estado promoverá la internacionalización de las relaciones políticas, económicas, sociales y ecológicas sobre bases de equidad, reciprocidad y conveniencia nacional” (COLOMBIA, 1991). Estabelecem também que os tratados internacionais devem ser aprovados pelo Congresso, porém, os de natureza econômica e comercial, podem ser implementados “provisionalmente” com organismos internacionais que assim o disponham. O anterior tomando como base os artigos 58, 60 e 64, que promovem e protegem a propriedade privada.

Na mesma linha, o artigo 333, dispõe a empresa como base para o desenvolvimento e compromete o Estado no estímulo ao desenvolvimento empresarial. “La actividad económica y la iniciativa privada son libres, dentro de los límites del bien común. Para su ejercicio, nadie podrá exigir permisos previos ni requisitos, sin autorización de la ley. La libre competencia económica es un derecho de todos que supone responsabilidades” (COLOMBIA, 1991). Assim, materializou-se a liberdade econômica na sua dupla dimensão, de empresa e de concorrência.

Sobre os argumentos apresentados, Estrada Álvarez (2004) retoma as bases da teoria alemã da constituição, para problematizar a CP, demarcando-a como uma Constituição Econômica, para isso, faz referência a quatro questões sobre o termo: a) pode significar a consagração de um sistema econômico determinado; b) pode compreender um conjunto de princípios constitucionais para determinar a intervenção do Estado; c) faz referência aos instrumentos e ferramentas dispostas para que o Estado concretize sua intervenção na economia; e d) prevê os limites da intervenção estatal segundo os interesses do mercado, principalmente, dos proprietários dos meios de produção.

Em relação ao ramo judiciário, foram criadas a Corte Constitucional, o Consejo Superior de la Judicatura, e a Fiscalía General de la Nación, com função de proteger a integridade da CP, administrar justiça no país, pesquisar delitos e denunciar os infratores nos tribunais competentes; o presidente também foi facultado para nomear os sete integrantes da Corte Constitucional, e indiretamente o Fiscal Geral da Nação, o que lhe confere um grande poder no judiciário.

Essas instituições foram questionadas por não contar com as ferramentas necessárias para estabelecer diálogo com a sociedade civil, e, ao não levar em consideração a deliberação nacional, perdem seu caráter soberano (MEJÍA QUINTANA, 2004). Outra mudança importante é a chamada “inversión de la carga de prueba” na qual a pessoa acusada é declarada culpável até comprovar o contrário. “Debe tenerse en cuenta que la creación de la Fiscalía General de la Nación, con su regresivo sistema acusatorio, fue una de las imposiciones de Estados Unidos a Colombia en la guerra contra el narcotráfico” (AHUMADA BELTRÁN, 1996, p. 200).

Segundo o exposto, concluímos que a Constituição Política concedeu ao poder político as ferramentas necessárias para o desenvolvimento do neoliberalismo no país, ao tempo que manteve certa funcionalidade no ordenamento constitucional; isto é, a CP aprovisionou o Estado para o desenvolvimento das funções que lhe foram demarcadas na sua relação orgânica com o capital.

3.3. Os Planos de Desenvolvimento

O presente apartado não procura analisar o ordenamento no referente ao planejamento nacional, nem avaliar os planos de desenvolvimento correspondentes à primeira onda de contrarreformas neoliberais; visa grifar os aspectos mais proeminentes na implantação do neoliberalismo no país.

Como foi apontado no capítulo II, o primeiro governo do FN, o governo de Lleras Camargo, apresentou o projeto de reforma que obrigava a apresentação dos Planos Nacionais de Desenvolvimento (PND). Na seção anterior foi referido o fortalecimento dos planos por meio do artigo 341 da CP, garantindo-lhes força de lei. A Constituição, também estabelece as regras para traduzir o projeto econômico ao PND assinalando a composição do mesmo (COLOMBIA, 1991, art. 339):

Parte geral (sustentação política do plano): propósitos e objetivos nacionais de longo prazo; os objetivos e prioridades da ação estadual de médio prazo; e as estratégias e orientações gerais da política econômica, social e ambiental que serão adotadas pelo Governo.

Plano de inversiones públicas: orçamentos plurianuais dos principais programas e projetos de investimento público nacional; e especificação de recursos financeiros necessários para a sua execução, dentro de um quadro que garanta a sustentabilidade fiscal.

Evidencia-se assim a articulação entre política e técnica para a implementação dos propósitos políticos e econômicos; nesse sentido, a orientação política dos governos posteriores à CP foi traduzida juridicamente, quer dizer, os PNDs (Revolución Pacífica 1990-1991 e El Salto Social 1991-1994), foram fundamentais na construção da primeira onda de contrarreformas neoliberais na Colômbia; sendo que só o PND do governo Samper (El Salto Social) teve garantida sua força de lei dado que o PND do governo Gaviria (Revolución Pacífica) foi elaborado antes da CP.

Nos artículos 340 e 342 a CP dispõe para discussão do PND o Consejo Nacional de Planeación (CNP), com caráter consultivo e integrantes designados pelo presidente, sob listas apresentadas por organizações e representantes das entidades territoriais, setores econômicos, ecológicos, comunitários e culturais. O CNP tem recebido críticas por ter um caráter subordinado, consultivo e de altíssima incidência do presidente de turno; essas críticas junto ao caráter limitado do Congresso para incidir no PND demarcam o caráter presidencialista do planejamento.

Sobre a força de lei que garante possibilidades ao PND para estabelecer contrarreformas passando inclusive por cima do Congresso, Armando Montenegro (2015, p. 15), um dos intelectuais do neoliberalismo, aponta

Con respecto a la parte general del plan, como se anotó antes, se ha criticado que los planes posteriores a la Constitución de 1991 incluyen en cientos de artículos, verdaderos arsenales de mini-reformas legales, una multitud de normas y facultades de las entidades públicas, un ejercicio que no siempre tiene una unidad conceptual con los fines del plan de desarrollo. Una evaluación de este aspecto de los planes de desarrollo mostrará, seguramente, que, al subutilizar este mecanismo de reformas legales, los gobiernos han perdido una oportunidad de hacer importantes transformaciones, necesarias para el desarrollo económico.

O intelectual assegura que o processo de construção do PND é flexível e garante a participação da sociedade civil, e que a incidência do PND tem sido subutilizada na hora de estabelecer reformas para o desenvolvimento econômico, como já foi dito. Sendo que o PND traduz o projeto político e econômico à linguagem jurídica, compreendemos que na análise de Montenegro são insuficientes as contrarreformas já implantadas para o ordenamento neoliberal.

Os procedimentos consagrados na CP para a realização do PND foram traduzidos à normatividade com a lei 152 de 1994 para o plano do governo Gaviria, e lei 188 de 1995 para o plano do governo Samper. Segundo Estrada Álvarez (2004) os planos de desenvolvimento representam instrumentos de implementação da política neoliberal nos quais a mesma não se torna evidente, isto devido a mudanças no discurso do PND, que deixa a impressão que não há continuidade e cada um faz ênfase num campo específico diferenciado do anterior.

Nesse sentido, a política neoliberal consegue ser dissimulada por conta da ideologia burguesa e sua função de classe. Como foi apontado na seção anterior, os PNDs não só representam instrumentos de implementação jurídica das contrarreformas neoliberais, também são instrumentos para disfarçar ideologicamente o projeto de contrarreforma. A “Revolución Pacífica” e “El Salto Social”, na primeira onda de contrarreformas e “Hacia un Estado comunitario”, “Estado comunitario: desarrollo para todos”, “Prosperidad para todos” e “Todos por un nuevo país” na segunda onda, apresentam as contrarreformas neoliberais disfarçadas de projetos políticos com objetivos específicos sobre as expressões da “questão social”. Assim, com o plano “Revolução Pacífica”, o discurso neoliberal foi mais explícito no conteúdo normativo, principalmente na estratégia macroeconômica, dada a reprodução fiel e sem omissão, das políticas do CW.

Las lecciones de política macroeconómica que deja la historia económica reciente del país son claras: de una parte, los procesos de ajuste se deben complementar con reformas estructurales para estimular la productividad y el crecimiento, de modo que, junto con la estabilización macroeconómica, se logre una perdurable estabilidad de precios y unas sendas de incremento del PIB per cápita suficientes para satisfacer las necesidades básicas de la población. Desde el punto de vista macroeconómico, la reforma más importante tiene que ver con la apertura del comercio exterior, pero su aporte al crecimiento será aún mayor por estar acompañada con una serie de reformas estructurales adicionales [...] el proceso de exposición a la competencia externa se debe acompañar con el requisito del equilibrio macroeconómico. En particular, se requiere una rígida disciplina fiscal para garantizar la estabilidad del nivel de precios y del sector externo, y para permitir un adecuado desempeño de la inversión del sector privado. Igualmente, el desarrollo de la reforma comercial debe estar acorde con el manejo de la tasa de cambio para evitar que éste se traduzca en una pérdida insostenible de reservas internacionales, o que se convierta en un factor perturbador del ritmo inflacionario (COLOMBIA; DEPARTAMENTO NACIONAL DE PLANEACIÓN, 1991, capítulo VI, p. 7).

Para desenvolver o pacote de reformas estruturais o PND de Gaviria fez ênfase na redução do déficit fiscal; o desequilíbrio nos preços; a inversão privada e a taxa de interesse, como propostas para encaminhar a economia colombiana pela trilha da abertura econômica e a modernização.

O governo Gaviria apresentou uma proposta que promovia o gasto social (em saúde, educação, segurança social, ambiente e habitação), e a ampliação de mercados, para construir uma sociedade num ambiente de justiça. Contudo, desde a política fiscal o PND definiu como critério para o gasto social a eficiência e a não perturbação do equilíbrio macroeconómico, quer dizer, os compromissos sociais adquiridos com a CP, e no PND (plan apertura educativa, plan vial para la apertura, plan de apertura em salud, vivienda de interés social, adecuación de tierras, programas de desarrollo territorial, ciencia y tecnologia, e medio ambiente), deviam manter correlação com os lineamentos do crescimento económico (diminuir a inflação, austeridade fiscal, aumentar a produtividade, entre outros).

Como foi apontado, no governo Gaviria concretizou-se o plano de reformas neoliberais para adequar o funcionamento do país às necessidades do mercado. A maioria das contrarreformas foram desenhadas na CP, visando mudar a funcionalidade do Estado para consolidar a economia. Algumas das reformas mais representativas foram a reforma tarifária, que permitiu a chegada de produtos estrangeiros sem controle nem proteção dos produtos nacionais para a concorrência, isto levou a crises importantes na economia nacional, principalmente na área dos têxteis; a reforma do comércio exterior, que levou à criação de um ministério específico para esses assuntos; e a reforma laboral (lei 50 de 1990), afirmou a flexibilização laboral.

No referente à explanação política do PND, o mesmo foi apresentado como uma estratégia de revolução pela via da democracia burguesa com a proposta de modernização do Estado, validada pelo processo de paz que deu origem à CP. Como assinala Poulantzas (2007, p. 274–275)

El papel político de la ideología dominante burguesa, dominada por la región jurídico-política, consiste en que intenta imponer al conjunto de la sociedad un “modo de vida” a través del cual se vivirá el Estado como representante del “interés general” de la sociedad, como detentador de las llaves de lo universal, frente a “individuos privados”. Éstos, creaciones de la ideología dominante, son presentados como unificados por una “igual” y “libre” participación en la comunidad “nacional” bajo la égida de las clases dominantes, que se consideran la encarnación de la “voluntad popular”.

O disfarce do projeto neoliberal através do PND também opera em oposição à insurgência armada como estratégia política e revolucionária. Assim, a “Revolución Pacífica” foi mostrada como a melhor alternativa para construção de paz e desenvolvimento social e económico do país, ao tempo que implementava as políticas neoliberais e fortalecia a estratégia contrainsurgente, como foi evidenciado com o genocídio político da UP.

Durante o governo Gaviria foi anunciado um plano para estabelecer Serviços de Vigilância e Segurança Privada através das chamadas Asociaciones Comunitarias de Vigilancia Rural (Convivir), de acordo com a versão oficial, destinada a zonas de combate, onde o governo não poderia garantir totalmente a segurança pública. Os agrupamentos foram criados com o decreto Lei 356 de 1994, e seriam compostos de pessoas que solicitaram ao governo uma licença para "oferecer sua própria segurança em áreas de alto risco ou no interesse do público" (COLOMBIA; MINISTERIO DE DEFENSA, 1994, p. 19–20).

De acordo com a Human Rights Watch, em 1996 o então governador de Antioquia, Álvaro Uribe Vélez, defendeu abertamente as CONVIVIR, e apesar do governo nacional assinalar em várias ocasiões à organização internacional que as CONVIVIR não teriam armas especiais, uma investigação realizada pela entidade descobriu que o governo forneceu a esses grupos, repetidamente, armas restritas para o uso exclusivo das forças armadas⁵⁰. É importante destacar a formalização de grupos paramilitares, como a Autodefensas Unidas de Colombia (AUC) em 1996; observando que, embora esses grupos estivessem ligados a grandes corredores de produção de drogas, predominava entre eles uma dinâmica regional associada ao benefício particular das ações criminosas. O precedente não tira o componente político do paramilitarismo como um elemento chave na estratégia contrainsurgente.

O plano de desenvolvimento do governo Samper ostentava um suposto distanciamento com o neoliberalismo, porém, as políticas do período evidenciaram continuidade com o projeto de contrarreforma. O plano prometeu desenvolvimento social e competitividade económica no que chamou a empresa da Colômbia do século XXI, na qual segundo o próprio plano “serán socios todos los colombianos, sin distingos de origen, sexo, raza o religión”. A estratégia económica e social do PND, elaborada por José Antonio Ocampo, intelectual da corrente heterodoxa e na época diretor do DNP, reforçava a ideia de uma abertura económica progressiva.

El eje de la propuesta es un modelo de desarrollo en el cual la política social juega el papel protagónico. En el frente económico el Plan, al tiempo que consolida procesos de transformación iniciados con la apertura económica, en especial un régimen comercial abierto y la participación privada en áreas

⁵⁰“Entre este armamento se encontraban 422 subametralladoras, 373 pistolas nueve mm, 217 escopetas de repetición, 17 ametralladoras Mini-uzi, 70 fusiles, 109 revólveres 38 largo [...]” Nas suas recomendações a agência apontou “[...] las CONVIVIR desdibujan peligrosamente la línea divisoria entre civiles y combatientes, lo que expone a los civiles al riesgo de ataque. Además, el gobierno hasta ahora no ha supervisado ni controlado eficazmente a las CONVIVIR [...] En algunos de los casos que aparecen en este informe, las CONVIVIR han utilizado armas suministradas por el gobierno para cometer estas violaciones. Al igual que otros responsables de la violencia política en Colombia, la mayoría de los miembros de las CONVIVIR implicados en abusos se han librado del castigo y no han sido investigados” (HUMAN RIGHTS WATCH, 2008).

tradicionalmente reservadas al Estado, rescata sus funciones esenciales como orientador del desarrollo, aunque redefiniendo mecanismos tradicionales de acción pública y diseñando instrumentos enteramente nuevos. Esta propuesta responde, como es obvio, tanto a una filosofía como a una propuesta política, así como a las expectativas que existen en el país de consolidar una sociedad más pacífica y equitativa (COLOMBIA; DEPARTAMENTO NACIONAL DE PLANEACIÓN, 1995, p. 16).

Assim, o PND arguia que “El Salto Social” procurava incidir na distribuição do ingresso, o que dava o tom social ao mesmo; a partir desse entendimento foi reforçada a ideia de ruptura com o anterior, enfraquecendo a leitura da continuidade ao mudar o discurso de modernização e concorrência, por um de paz e equidade.

O governo Samper foi um governo marcado por uma “crise política” gerada pelo financiamento da sua campanha com dinheiros do narcotráfico, isto teve uma repercussão grande na sua presidência pois dedicou boa parte da sua gestão a estabelecer alianças políticas que lhe permitiram chegar até o final do período. Apesar disso, logrou dar continuidade às reformas que começavam a ser implementadas no país e as políticas ditadas pelos Estados Unidos, maiormente no referente a proteção e estímulo a negócios internacionais e luta contra as drogas. Durante o governo Samper prosseguiram os desenvolvimentos legais da CP em matéria da funcionalidade do Estado que serviram de base à liberalização da economia:

- Decreto 11 de 1996: ordenadora da função do Estado sobre o orçamento manter taxas de crescimento, reduzir taxas de inflação, frenar a reavaliação do peso colombiano, distribuição dos recursos através da inversão social);
- Lei 172 de 1994: incorpora a Organização Mundial do Comércio (OMC) à legislação interna;
- Lei 226 de 1995: lei de privatizações (será trabalhada mais na frente);
- Lei 222 de 1995: reforma ao código do comércio;
- Decreto 517: desregulação das telecomunicações.

Tabela 2-Tendências do discurso governamental nos Planos de Desenvolvimento 1990-1998.

OBJETIVO GERAL	
REVOLUCIÓN PACÍFICA	“Crear las condiciones para dinamizar la oferta de bienes y servicios, en el marco de un escenario macroeconómico”
EL SALTO SOCIAL	“Consolidar la profunda transformación que experimenta el país y garantizar que su resultado final sea una sociedad más pacífica y equitativa, cimentada sobre un proceso de desarrollo económico dinámico y sostenible”
ESTRATÉGIAS	
REVOLUCIÓN PACÍFICA	-Infraestructura social. -Infraestructura física. -Ciencia y tecnología. -Medio ambiente.
EL SALTO SOCIAL	-Estrategia macroeconómica. -Estrategia social. -Internacionalización. -Desarrollo sostenible. -Empleo.
PAPEL DO ESTADO	
REVOLUCIÓN PACÍFICA	“[...] el propósito de la acción del Estado no es, pues, sustituir los mercados y las condiciones competitivas, sino promocionarlos [...]”, “[...]el proceso de ajuste institucional de Estado debe dirigirse hacia una reducción de su intervención en las actividades que pueden ser desempeñadas con mayor eficiencia por el sector privado”, “El Estado puede hacer más por el desarrollo económico concentrándose en sus obligaciones sociales básicas, deshaciéndose de funciones que no le corresponden, y dejando de intervenir en diferentes escenarios de la vida económica”.
EL SALTO SOCIAL	“El dilema no es más o menos Estado sino mejor o peor Estado”, “Mejor Estado significa también reconocer e impulsar el papel del sector privado en nuestro proceso de desarrollo”.

Fonte: Baseada em Colombia; Departamento Nacional de Planeación (1991, 1995), e Estrada Álvarez (2004).

A tabela 2 evidencia as nuances nas concepções dos PND da primeira onda de contrarreformas, principalmente nos objetivos, estratégias, e na definição do papel do Estado, matizes que reforçam a ideia da governabilidade democrática dentro do neoliberalismo.

No entanto, como foi apontado, os planos encontram-se articulados para dar continuidade à proposta de ajuste neoliberal, seja de forma gradual ou imediata. No mesmo sentido, o discurso governamental não expõe as orientações reais da política neoliberal, apresenta supostas prioridades sociais ou econômicas que levem ao desenvolvimento social, legitimando a implantação do neoliberalismo de forma complementar com o Estado social de direito.

Os governos Gaviria e Samper insistiram na necessidade do equilíbrio das finanças públicas para lograr o crescimento macroeconômico, nesse sentido, preocupava-lhes a expansão do gasto público (o crescimento dos gastos correntes entre 1990-1996 cresceu a 5,9% enquanto que os ingressos cresceram só um 3,95 do PIB); o desequilíbrio foi atribuído às transferências; aos gastos em serviços de pessoal para as novas instituições criadas pela CP; a nivelção salarial do judiciário, a força pública e outras entidades; e ao crescimento da dívida como consequência do incremento no déficit e a unificação das taxas de interesse.

3.4. Descentralização

Junto à especialização das funções do Estado para garantir a eficiência dos serviços complementários às atividades dos setores econômicos, foi desenhada e implementada uma estratégia de descentralização das funções e serviços para operação local. Em relação à descentralização a perspectiva neoliberal a traduz como democratização, mesmo quando as decisões fundamentais da política se mantêm nas mãos do governo central; assim, a política de transferência de recursos e competências aos governos locais, deveria representar geração de recursos próprios por parte das entidades territoriais e a consequente redução do déficit fiscal do governo central.

O capítulo IV do PND de Gaviria desenhou uma estratégia de longo prazo, chamada ajuste institucional e descentralização, apresentando-a como estratégia de geração de riqueza, fortalecer as parcerias com o setor privado e melhorar as condições de infraestrutura regional.

El proceso de descentralización desarrollado en el pasado, avanzó en la ampliación de los espacios democráticos y en el fortalecimiento de la autonomía y gestión local. Estas reformas constituyen una etapa de transición hacia el establecimiento de un modelo de gestión, en el cual se definan y se asuman las competencias y funciones de todos los niveles administrativos. En la actualidad, es evidente que existen numerosos aspectos que requieren enfrentarse con prontitud para que la propuesta de ajuste institucional sea completa y la descentralización sostenible en el largo plazo [...] (COLOMBIA; DEPARTAMENTO NACIONAL DE PLANEACIÓN, 1991, capítulo IV p. 9).

Ratifica-se assim, que há antecedentes de implementação de políticas neoliberais na Colômbia prévias ao período demarcado como primeira onda de contrarreformas, porém, é a partir da década de 1990 que o espectro do neoliberalismo começa o processo de implantação no país de forma integral. A CP avançou na consolidação da descentralização e a abertura

regional formulando e regulamentando os mecanismos de articulação entre o governo central e as entidades territoriais; nesse sentido, a descentralização reforma algumas funções administrativas do Estado e transfere outras ao setor privado sob o discurso da eficiência e eficácia. Na regulamentação da descentralização, foram apresentados quatro setores fundamentais para consolidar o processo em longo prazo:

- *Nível nacional*: responsável pelo planejamento geral, a formulação de políticas e diretrizes nacionais, o desenho de normas e a direção da economia. Estabelecem-se como principais funções do governo central: estabelecer as diretrizes do desenvolvimento econômico e social; formulação de políticas macroeconômicas; administração de impostos; alocação de recursos às entidades territoriais para a prestação de serviços básicos; estabelecer um marco geral para a intervenção no setor privado, entre outras.
- *Governo departamental*: formulação de políticas próprias do departamento; entre as principais responsabilidades do processo de descentralização estão: planejamento departamental com base nas políticas e estratégias formuladas no nível nacional; prestação de serviços e execução de obras públicas fora do nível local e que não pertencem ao nível nacional; estabelecer impostos e tarifas segundo o marco legal e as características da sua região; prestação de serviços de caráter municipal enquanto as entidades correspondentes adquirem as condições necessárias para assumir suas responsabilidades.
- *Administração municipal*: suas responsabilidades no processo de descentralização serão: planejamento local segundo as diretrizes do país e o departamento; prestação dos serviços básicos e administração da infraestrutura correspondente; execução de obras públicas locais; estabelecimento de impostos e taxas segundo as características da região; garantir a relação Estado-sociedade civil a partir do contato com a cidadania.
- *Níveis intermédios*: segundo o disposto pela CP, as regiões poderão se articular como resultado da união de dois ou mais departamentos, com o objetivo do desenvolvimento econômico e social do seu território.

Por conseguinte, o modelo de descentralização colombiano foi uma mistura que apresentou as entidades territoriais como executoras das políticas desenhadas a nível nacional, e ao mesmo tempo, principalmente por conta das eleições populares de governadores e alcaides, como responsáveis autônomos do desenho e implementação de políticas e pela

prestação de serviços. A descentralização tinha o objetivo de reduzir o peso das transferências do Estado por conta do déficit fiscal, como assinala Estrada Álvarez (2004, p. 154)

Al final del gobierno [Gaviria] ya era notorio —en la tecnocracia neoliberal— el descontento por los costos fiscales de la descentralización y del régimen de transferencias, pues éstas eran apreciadas como una fuerte carga para la política fiscal del gobierno central, y es por ello que en ese aspecto, se insistiría en que los gobiernos locales asumieran a la mayor brevedad posible la prestación de los servicios de salud y educación.

De tal modo, esperava-se que a descentralização fosse o principal instrumento da superação não só dos problemas estruturais da exclusão política, também os referentes a desigualdade econômica e social. A partir do anterior evidencia-se uma mudança no discurso neoliberal sobre a descentralização, inicialmente apresentada como consolidação da democracia e posteriormente responsabilizada pela crise dos anos noventa por conta do financiamento do processo com transferências de recursos tributários nacionais em direção aos departamentos e municípios.

Nesse sentido, configurou-se a uma mudança no regime de transferências intergovernamentais, fundada na construção de uma suposta segurança econômica e na sustentabilidade da dívida externa, através da lei 358 de 1997, que limita o endividamento à capacidade de pago das entidades territoriais (a base para medir dita capacidade, são a liquidez e a solvência econômica); lei 550 de 1999, que estabelece um regime para assegurar a função social das empresas, também estabelece acordos de reestruturação para empresas com dificuldades econômicas, porém economicamente viáveis; lei 617 de 2000 que limita os gastos de funcionamento das entidades territoriais em função das suas capacidades administrativas, sua população e dos seus ingressos correntes de livre destinação, isto é, segundo sua categoria⁵¹; e lei 715 de 2001 a partir da qual o antigo regime de transferências passou a ser o Sistema General de Participaciones (SGP). A descentralização aprofundou a desigualdade entre regiões regulamentando os profundos desequilíbrios no desenvolvimento

⁵¹A lei criou um sistema de categorização para os departamentos: “**Categoría especial.** Todos aquellos departamentos con población superior a dos millones (2’000.000) de habitantes y cuyos ingresos corrientes de libre destinación anuales sean superiores a seiscientos mil (600.000) salarios mínimos legales mensuales. **Primera categoría.** Todos aquellos departamentos con población comprendida entre setecientos mil uno (700.001) habitantes y dos millones (2’000.000) de habitantes, cuyos ingresos corrientes de libre destinación anuales igualen o superen ciento setenta mil uno (170.001) salarios mínimos legales mensuales y hasta seiscientos mil (600.000) salarios mínimos legales mensuales. **Segunda categoría.** Todos aquellos departamentos con población comprendida entre trescientos noventa mil uno (390.001) y setecientos mil (700.000) habitantes y cuyos ingresos corrientes de libre destinación anuales sean iguales o superiores a ciento veintidós mil uno (122.001) y hasta de ciento setenta mil (170.000) salarios mínimos legales mensuales” (COLOMBIA; MINISTERIO DE HACIENDA Y CRÉDITO PÚBLICO, 2008, p. 7–8); e assim continua até completar quatro categorias. É claro que a nova divisão só aprofunda a desigualdade no desenvolvimento regional do país.

regional e situando o país cada dia mais longe de uma proposta de desenvolvimento nacional em todas suas dimensões, como assinala Caiado (2002, p. 185)

Se o Estado nacional não atua na redução das disparidades regionais e da concentração da renda, mas abre mão de políticas estruturadoras, reduz as barreiras de proteção ao capital nacional e trata o território nacional simplesmente como “mercado”, seu efeito só poderia ser, como foi, o de maior exposição da economia nacional, retração industrial em alguns segmentos e estancamento dos processos de convergência inter-regional da renda e de desconcentração industrial.

Nesse contexto as promessas de desenvolvimento da classe dominante e do grande capital deixaram fora à grande maioria da população. O desenvolvimento regional ficou restrito à “guerra fiscal” e à decisão de investimento do capital privado, nacional ou internacional que passou a contar com verdadeiro “leilão” de localização, responsável por transferências de recursos públicos para empresas privadas, impondo ao desenvolvimento regional forte seletividade. Esta é a forma desigual e combinada com que tem se articulado o capital no país e que deu passo a futuras reformas neoliberais, como assinala Puello-Socarrás (2009, p. 16)

En términos fiscales estrictamente se trataba de la ratificación constitucional de un proceso *re-centralizador* anterior que ya se venía poniendo en marcha a nivel legal y que se inicia tempranamente en 1997 durante el final de la administración de Ernesto Samper (1994-1998) cuando se condicionaba el endeudamiento de las entidades territoriales a los llamados planes de ajuste *á la FMI*, después prolongado gracias al saneamiento fiscal y al pago “voluntario” de la deuda territorial impuesto por el gobierno nacional en 1999 que restringía las capacidades e iniciativas de gasto público de las autoridades subnacionales bajo la tutela del Ministerio de Hacienda y de los acreedores financieros; y, finalmente, mediante un paquete de ajuste estructural para departamentos y municipios que, entre otras cosas, los forzaba a asociarse entre ellos con el fin de lograr la viabilidad económica desde el año 2000.

A crise da dívida durante a década de 1990, que teve especial força na Colômbia entre 1997-1999, foi um dos elementos que permitiu aprofundar a implantação do neoliberalismo no país. Para esse momento tinha-se consolidado a primeira onda de contrarreformas fundamentalmente no jurídico, econômico e na mudança das funções estatais, portanto, a queda dos principais indicadores econômicos nacionais e o déficit fiscal, abriram o caminho para a chegada da segunda onda de contrarreformas.

3.5 Privatização e desregulamentação

A privatização e a desregulamentação são elementos fundamentais do modelo neoliberal, essenciais para a contrarreforma no Estado e com terríveis consequências para o social. Com a privatização o Estado entregou às mãos privadas fontes importantes de financiamento e poupança, como recursos naturais, setores estratégicos da economia, como as telecomunicações, serviços públicos essenciais, entre outros.

Dessa forma, consolidam-se o processo de contrarreforma estatal e abertura econômica, baseados em: privatização e redução do papel social do Estado; ajuste fiscal, equilíbrio macroeconômico, corte de "gastos sociais" e eliminação de subsídios; incentivo ao investimento estrangeiro; hegemonia do capital financeiro; flexibilização e precarização do mercado de trabalho; exploração indiscriminada de recursos naturais; predomínio do executivo sobre os demais ramos do poder público; monopólio da violência pelo Estado; e repressão social.

Em suma, o Estado colombiano gerou as condições políticas, econômicas e legais para que o capital tenha acesso à força de trabalho ideal, barata e semiqualiificada, eliminando assim qualquer tipo de necessidade decorrente de investimentos em infraestrutura tecnológica. Como aponta Erney Rojas Arenas (1998), a estratégia de modernização e privatização até pode representar equilíbrio econômico no curto prazo, porém, a médio prazo, significa incremento da marginalidade social, aprofundamento das desigualdades e diluição da sociedade nas mãos de grandes grupos econômicos.

O artigo 336 da CP correspondente ao régimen econômico e da fazenda pública, autoriza o executivo para negociar as empresas do Estado, quando considere que não cumprem os requisitos de eficiência; este artigo deve ser relacionado com o artigo 60 que estabelece que o Estado pode promover o acesso à propriedade. O processo de contrarreforma não só promoveu a privatização de empresas públicas, também mudou a natureza jurídica de algumas que passaram a ser empresas industriais e comerciais do Estado, obrigadas a competir diretamente com o setor privado para fornecer bens e serviços. Como assinala Ahumada Beltrán (1996, p. 202)

Algunas de las compañías que resultaron afectadas por esta disposición fueron Telecom, Icel, Corelca, Adpostal y el Instituto de Seguros Sociales. La reforma también reestructuró as entidades del sector agropecuario, entre

ellas el Instituto Colombiano de Reforma Agraria (Incora) y el Instituto Colombiano Agropecuario (ICA).

O processo de privatização consolidou-se com a introdução dos critérios de eficiência e rentabilidade na prestação dos serviços públicos, transferidos aos usuários, agora chamados “clientes” que devem pagar pelo seu consumo; assim, o interesse privado prima sobre o público incentivando a resolução individual das necessidades sociais. Apresentaremos alguns exemplos como ilustrações da contrarreforma evidenciando como opera o esquema de privatização e desregulamentação no processo de neoliberalização da Colômbia.

3.5.1 *Telecomunicaciones*

O processo de privatização das telecomunicações tinha começado com a lei 72 de 1989 e afirmou-se com a proibição da CP ao estabelecimento de “monopólios estatais” (artigo 336). O decreto 2123 de 1992 definiu a natureza, objeto e funções da Empresa Nacional de Telecomunicaciones (Telecom), o primeiro artigo a reestruturou enquanto empresa nacional de caráter comercial e industrial do Estado, com autonomia administrativa e capital independente.

A iniciativa de privatização de Telecom começou com a intenção de venda da empresa a través da lei 033 de 1992, iniciativa que não foi materializada graças à pressão dos trabalhadores da empresa⁵²; posteriormente, iniciou-se uma estratégia de enfraquecimento a partir da concorrência com entidades privadas, por exemplo, o decreto 2824 de 1991 que regulamentou a telefonia celular e a lei 37 de 1993 que regulamenta a prestação desse serviço. A partir da segunda metade da década de 1990 abriu-se a concorrência para prestação do serviço a nível nacional e criou-se a prestação do serviço de comunicação via satélite.

⁵²“La huelga costó a los dirigentes un dispendioso proceso penal, que llevó a la cárcel a varios de ellos, acusados de haber producido daños a los equipos de comunicaciones y computadores, cuando la empresa pretendió ponerlos a funcionar con personal externo para quebrar el movimiento. Los dirigentes sindicales acusaron al Estado encarnado en el régimen gavirista de criminalizar la lucha sindical de los trabajadores [...] Entre las diferencias notables del decreto de reestructuración de Telecom, con el de otras empresas o entidades del Estado, podrían anotarse [...] que] no se incluyeron apartes concernientes a supresión de empleos, ni indemnizaciones, lo que confirma la victoria obtenida por los trabajadores frente al gobierno Gaviria” (ROJAS ARENAS, 1998, p. 67).

3.5.2 INCORA

O Instituto Colombiano de Reforma Agrária (INCORA) foi criado pela Lei 135 de 1961. Como foi apontado no segundo capítulo a reforma agrária na Colômbia foi pensada para revisar os sistemas legais e institucionais de propriedade da terra com o objetivo de acelerar o desenvolvimento econômico e social, como consignado na lei de criação do INCORA o objetivo principal do instituto era “eliminar y prevenir la inequitativa distribución de la propiedad” e fazer “crecer el volumen global de la producción agrícola” (COLOMBIA, 1961).

Em 1989 o governo de Virgilio Barco recebeu recomendações dos organismos internacionais para privilegiar a redução do Estado sem levar em consideração a proposta de reforma agrária. As mudanças decorrentes de ditas recomendações evidenciam-se no processo de privatização próprio da neoliberalização do país a partir da década de 1990, principalmente com o decreto 2137 de 1992, que suprime as funções básicas do INCORA: a) promover e executar com outras entidades, através de co-financiamento, a construção de estradas e estradas de bairro; b) promover e executar, em coordenação com outras entidades públicas, programas e projetos de recuperação e adaptação de terras.

Isso reflete a contrarreforma neoliberal ao restringir a possibilidade de ação a diferentes organizações e entidades já questionadas pelos intelectuais do neoliberalismo devido à suposta ineficiência e falta de orçamento, quando na realidade o seu fortalecimento não faz parte das políticas de ajuste econômico. Evidencia-se assim, uma mudança na compreensão do Estado caracterizada por sua limitada ação social.

No caso do INCORA é importante esclarecer que também havia questionamentos e críticas por parte dos movimentos sociais principalmente associadas ao privilegio das necessidades econômicas diante das necessidades sociais; segundo Rojas Arenas (1998), algumas das principais críticas estavam vinculadas à corrupção oficial no favorecimento das famílias de grandes latifundiários com construção de obras e projetos de empreendimento nos seus prédios. O autor também questiona o argumento da corrupção oficial usado pelo Estado, para burlar suas responsabilidades com pequenos proprietários agrícolas.

Os efeitos gerados pela liberalização econômica na Colômbia no setor rural são preocupantes, uma vez que a adoção de políticas de caráter neoliberal levou a uma crise sem precedentes em setores como o cafeeiro, bananeiro, de cereais e algodão entre outros, sendo

que todos eles foram afetados pela abertura às importações de alimentos, nesse aspecto Ahumada Beltrán (1996) assinala uma redução da área cultivada no país sob pressão de grandes comercializadoras de cereais de modo que as plantações diminuam. Ao contrário do que aconteceu com Telecom, a reestruturação do INCORA implicou supressão de empregos e uma proposta de adaptação laboral que levou às pessoas demitidas a informalidade laboral.

Finalmente, as políticas neoliberais levaram à privatização da Caja Agraria após a ofensiva do governo Gaviria com a eliminação dos “bonos agrarios”, estabelecidos na Lei 90 de 1948, através dos quais a banca privada devia fornecer dinheiro à entidade com baixos custos financeiros. Com a Lei 45 de 1990 se eliminou o dinheiro da entidade derivado das importações; vendeu 452 pontos de atendimento que prestavam serviços em áreas rurais e geravam utilidades para a entidade; e suprimiu a atividade asseguradora da Caja para trasladá-la a companhias privadas. No seu lugar foi criado o Banco Agrario.

3.5.3 *Saúde e segurança social*

Como foi dito a CP abriu a porta para a prestação de serviços públicos pelo Estado ou de preferência por particulares dado o questionamento do neoliberalismo sobre a eficiência do Estado. Nesse sentido, o artigo 48 da Constituição mudou o sistema de segurança social que estava organizado em subsistemas de serviços de saúde cada um dos quais tinha sua própria forma de financiamento e prestava assistência a grupos específicos da população, com base em sua capacidade de pago. A partir da CP a segurança social perde seu conceito social e passa a ser entendida como um serviço obrigatório a ser oferecido sob a direção, coordenação e controle do Estado, por entidades públicas ou privadas, quer dizer, a saúde é o novo mercado do neoliberalismo no qual as empresas capitalistas estarão atentas para obter o máximo de lucros.

Com o decreto 2164 de 1992 foi reestruturado o Ministério da saúde e com ele os critérios para compreender os problemas de saúde da população. Inicialmente o decreto reforça a desresponsabilização do Estado e a descentralização também próprias da contrarreforma neoliberal. Assim, o decreto anuncia as entidades territoriais como novas responsáveis pela execução de políticas de saúde nos seus territórios. Rojas Arenas (1998, p. 71) aponta que a reestruturação, mesmo dentro da proposta neoliberal, foi acelerada pois com a chegada da Lei 100 de 1993 novas mudanças foram introduzidas.

Antes de entrar en vigor la Ley 100, la focalización del sector salud para desobligar al Estado, estaba dirigido al impulso de la medicina prepagada, lo que originó que una avalancha de empresas del sector financiero se vincularan al negocio de la salud, casos Suramericana, Colpatria, Coomeva, Colsanitas, etc., pero una vez apareció la Ley, ésta reorientó la inversión hacia las empresas prestadoras de salud, EPS, y la medicina prepagada perdió el énfasis anterior, pues ahora, con la ley 100, el afiliado simplemente tiene que tomar un Plan Complementario, si desea obtener un servicio más selecto. Entonces, la subdirección de servicios de Salud Prepagada y Seguridad Social, que reglamentó el artículo 77 del decreto 2164, al igual que la División de Salud Prepagada del artículo 78, tendrán seguramente que reformarse o reorientarse hacia la atención primordialmente de las EPS, como entes básicos del sistema privatizador. De hecho a varias empresas de medicina prepagada se transformaron en EPS y ya no será necesario que el usuario tenga además de afiliación al Seguro Social, otra protección como era la medicina prepagada con otra entidad, sino que directamente puede *contratar con libertad la Empresa Prestadora que más le agrade y convenir si lo desea, adicionalmente un Plan Complementario* [grifos nossos].

A saúde é incorporada ao mercado, como uma companhia de segurança e o trabalho profissional em saúde é medido a partir da quantidade, mais do que em qualidade, e até mesmo, se segue um plano de redução de custos (negar tratamentos de alto custo, não formular medicamentos, não fazer exames necessários, etc.), que desvirtua o sentido humano da prestação de serviços de saúde, pois o paciente não é visto como tal, mas como um usuário ou cliente que está dentro de uma relação comercial (para contratar a empresa e os serviços que deseja e não para ter acesso ao direitos que deveriam ser garantidos); ao mesmo tempo, o profissional da saúde é visto como um assalariado.

A Lei 100 de 1993 (modelo de política neoliberal elaborado durante o governo de Gaviria e iniciada durante a administração do presidente Samper, seu proponente foi Álvaro Uribe Vélez), criou um programa mínimo de saúde denominado Plano Obrigatorio de Saúde (POS) que inclui atenção preventiva e medicamentos essenciais. Porém, se esclarece que para ter um melhor serviço pode ser adquirido um plano complementar oferecido pelas EPS.

Isto evidencia que a chamada ampliação/extensão de cobertura de saúde foi feita sobre a base do recorte do atendimento que no Instituto de Segurança Social, no precisava de planos complementários e pagamentos adicionais para uma cobertura total. A Lei 100 desmantelou o Instituto da Segurança Social, criando um sistema previdenciário misto, onde os fundos de pensões privados o capital financeiro são os únicos favorecidos.

Segundo Estrada Álvarez (2004) o plano de fundo da discussão do sistema de previdência era a disputa pela gestão e vinculação da poupança profissional ao mercado de capitais. O ideal era a criação de um mercado privado de capitais para apoiar a poupança e a

inversão. Assim, a política neoliberal descapitalizou o Instituto da Segurança Social (com a transferência de afiliados e “bonos pensionales” aos fundos privados), ao tempo que procura os recursos do Estado e da população para ligá-los ao circuito financeiro do capital.

Em relação a outros direitos sociais, as principais leis que criaram as bases para a institucionalização do neoliberalismo na Colômbia nesta primeira onda de contrarreformas foram:

- Lei 50 de 1990, pela qual a contratação de mão-de-obra é flexibilizada, dismantelando os direitos que os trabalhadores conquistaram nos processos de luta de classes, condições de trabalho desprotegidas e precárias, promovendo a informalidade, entre outros; todos os processos de reestruturação (tirando o caso de Telecom) tiveram um capítulo chamado disposições laborais transitórias, referidas ao pessoal demitido em todas as entidades reformadas.
- Lei 9 de 1991, pela qual a economia é desregulamentada, eliminando o controle do capital transnacional e liberando investimento estrangeiro direto;
- Lei 30 de 1992, pela qual o ensino superior é desregulamentado, lançando as bases para os processos de privatização, o que leva ao aumento e agravamento da mercantilização da educação nas décadas seguintes. Com as leis 30 de 1992 e 115 de 1994 transforma-se o sistema educativo do país, passando de três a quatro níveis de formação, de primária, secundária e superior, a pré-escolar, básica, media e superior. Gera-se uma relação entre a economia (estrutura ocupacional) e o ensino (estrutura educativa), que exige formar capital humano no menor tempo possível e ao menor custo; tudo segundo a demanda do setor produtivo do país;
- Lei 142, de 1994, pela qual os serviços públicos domésticos são comercializados, criando as condições para a privatização e terceirização da prestação de tais serviços;
- Lei 226 de 1995, estabeleceu os mecanismos para os processos de privatização de entidades estatais, muitas das quais ainda eram viáveis e lucrativas (ESTRADA ÁLVAREZ, 2004; ROJAS ARENAS, 1998). Os processos de privatização mencionados foram implementados com base em uma estratégia de "resgate" de instituições financeiras, absorção, aquisição, fusão, "alianças estratégicas", que representaram a socialização das dívidas e a reprivatização dos lucros; bem como a formação de novos grupos e conglomerados econômicos, para dar lugar à abertura econômica e à modernização empresarial.

- Serviços públicos domésticos: Apontamos anteriormente o artigo 365 da CP que abre o caminho para a privatização dos serviços públicos domésticos no país, de novo argumentando ineficiência, pouca rentabilidade e estabilidade do Estado.

A CP demonstrou seu compromisso com a implantação do neoliberalismo na Colômbia, ao definir que a responsabilidade do bem-estar e a qualidade de vida da população são finalidade do Estado (artigo 366) e que para isso, o objetivo central do Estado é a solução das necessidades básicas insatisfeitas em áreas como saúde, educação e água potável, entre outros; isto confirma a visão neoliberal da política social, e sua base para um desenho e implementação focalizados, vinculados ao cobrimento de necessidades básicas insatisfeitas, em total relação com as disposições e demandas dos organismos internacionais.

Como foi ilustrado a privatização e desregulamentação foram parte importante no processo de contrarreforma no Estado colombiano, propiciando a separação do Estado da prestação direta de serviços sob o suposto de maior eficiência do setor privado e promoveu o desenho de normas para a participação privada na prestação de serviços, quer dizer, modificou as funções do Estado focalizando no planejamento, regulamentação e controle da prestação de serviços.

Segundo a intelectualidade do neoliberalismo com a implementação das contrarreformas no Estado o país entraria no período de eficiência no setor público e privado, como resultado da reestruturação, incremento dos ingressos, do emprego e da produtividade laboral com a inserção de “técnicas usadas internacionalmente” quer dizer, flexibilização e precarização laboral, dependendo como sempre do dinamismo das exportações. Nesse sentido o neoliberalismo é a forma mais expressiva da relação de dependência em que tem se desenvolvido a economia e política da Colômbia. Evidencia-se assim a importância fundamental do Estado para a reprodução do capital, contrário a algumas correntes que apresentam a questão do Estado como de menor relevância.

O governo Gaviria acelerou a abertura com uma redução de impostos o que diminuiu o valor dos bens de produção importados, e todas as importações no geral; esse processo foi aprofundado com a desvalorização da moeda na segunda metade de 1991. Como consequência incrementaram os preços internos para substituir os externos, foi apresentada uma reforma tributária e implementadas uma série de ações de desregulamentação não só na área das telecomunicações, também no setor de energia e com a privatização de ativos públicos como bancos, tranvias e portos.

Outros setores como a construção civil, o comércio e indústria de transformação foram atingidos, tudo sempre apresentado como consequência da falta de competitividade, altos custos de produção e falta de políticas do estado para proteger a produção. Exemplo claro disso são as empresas Quintex, Fabricato, Coltejer e Tejicondor, que atravessaram uma grande crise da qual saíram com a demissão de mais de três mil trabalhadores em 1993 (ROJAS ARENAS, 1998). Assim, a abertura econômica, a concorrência externa e a desregulamentação se assentam como características principais das novas regras do jogo.

Com a redução e centralização dos gastos sociais em programas contra a pobreza e a distribuição de renda, fortalece-se o caráter focalizado da política social, além da necessidade econômica do capital para utilizar o orçamento público alocado aos gastos sociais para sustentar o pagamento da dívida. Em resumo, a política social com o neoliberalismo aprofunda sua base de focalização, descentralização e privatização; isto é, o neoliberalismo regulamenta, legaliza e garante a superexploração.

Segundo Sarmiento Anzola (2004) com a reestruturação do Estado colombiano, dá-se origem a uma nova composição de abordagens sobre política social, combinando Direitos Sociais, Econômicos e Culturais (DESC), assistência pública, privatização e mercantilização; uma combinação que está em crise no final da década de 1990, quando organizações internacionais culpam políticas baseadas em direitos universais (juntamente com a crise fiscal, a falta de vontade política, a ignorância das leis de mercado e a iniciativa privada, e a hipertrofia da burocracia estatal), devido aos escassos resultados obtidos em termos de combate à pobreza e à integração social.

O neoliberalismo na Colômbia defende um discurso democrático e de descentralização como se existisse um processo de liberalização política e de fortalecimento das forças democráticas e sindicais da sociedade civil; no cotidiano a burguesia nacional ataca o sindicalismo, os movimentos sociais e a democracia esmagando as condições básicas para o confronto de projetos políticos no cenário da democracia burguesa, mesmo com todas as limitações que ela apresenta. Esse tema merece ser objeto de pesquisas aprofundadas no marco das particularidades do contexto sócio-histórico do país.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

El momento en que elegimos amar,
comenzamos a movernos contra la dominación, contra la opresión.

El momento en que elegimos amar,
comenzamos a avanzar hacia la libertad,
a actuar de formas que nos liberen e a outres.

bell hooks
(Love as the practice of freedom)

No intento de construir uma reflexão que não encerre mas abra novos questionamentos e enlaces nas discussões sobre o neoliberalismo na Colômbia e na América Latina, assumimos a tarefa de consolidar uma análise e memória crítica com relação ao processo de contrarreforma no Estado colombiano e as repercussões desse processo que estão em pleno fluxo. Através do percurso constatamos que a contrarreforma, que faz parte do projeto neoliberal implementado pela burguesia nacional sob a orientação das frações no poder global, fortaleceu as bases da barbárie que vivenciamos ainda hoje, expressando o caráter antinacional e antidemocrático do modo de produção capitalista.

As contradições próprias do MPC chegam ao auge no estágio imperialista, expondo o caráter destrutivo do capitalismo tanto na sociedade quanto na natureza. O capitalismo justifica a desigualdade e a apropriação de riqueza naturalizando a pobreza e o pauperismo a que é sometida a imensa maioria da população, enquanto as classes dominantes dos países de centro e a lumpen-burguesia da periferia constroem modos de vida baseados no luxo, o consumo e a acumulação. A naturalização da pobreza é um dispositivo ideológico para disfarçar a apropriação; assim, a nova fase do capitalismo trouxe níveis de insegurança e instabilidade expressados na superacumulação e a superexploração.

Pensar uma sociedade com um modo de produção diferente, uma relação não produtivista, onde o trabalho seja trabalho emancipado focado nas nossas capacidades criativas e intelectuais e sem diferenciação entre trabalho e lazer, e não o emprego precarizado que temos hoje; uma sociedade onde a liberdade não seja um privilégio e sim um direito fundamental, que construa relações conscientes e responsáveis com os recursos naturais e outras formas de vida, implica conhecer, analisar e compreender nossa história, como o atual sistema de relações sociais foi construído e nosso lugar nesse processo.

Quer dizer, precisamos falar sobre trabalho, qualidade de vida, justiça social, relações sociais sexo, sexualidade, raça e classe; precisamos revisitar nossa história e compreender os processos sociais que a constroem para revelar seus limites e contradições e a partir desse

processo dialético discutir como produzimos, porque, com que, o que produzimos e quem produz, discutir sobre qualidade de vida, organização do trabalho, justiça social, tecnologia, descolonização do conhecimento, isto é pensar no sistema de relações sociais que construímos.

Como foi apontado por Marx (2011a) no seu 18 brumário, nós fazemos a nossa história, porém, em circunstâncias que nos são dadas. A partir disso, entendemos a necessidade de conhecer a história dos nossos países, o desenvolvimento do capitalismo e suas lógicas, para aportar na transformação das relações sociais atuais. Nesse sentido, e com o objetivo de aportar nesse caminho, esta dissertação trabalhou o contexto sócio-histórico colombiano determinado pelas agendas capitalistas e suas expressões no mundo e na América Latina.

Trabalhamos a consolidação do imperialismo que surgiu com o desenvolvimento das características fundamentais do capitalismo, quando estas ganharam corpo e passaram a expressar-se em todas as esferas da vida. O imperialismo como nova fase do capitalismo se sustenta no surgimento dos monopólios, a hegemonia do capital financeiro e a partilha colonial do mundo.

A política colonialista promovida e desenvolvida pelo capitalismo evidencia que o problema das populações colonizadas, racializadas, etnias, povos oprimidos e minorias devem ser colocados entre os problemas centrais da humanidade, como ensina José Carlos Mariátegui (1894-1930) ao colocar a questão indígena no centro da problemática nacional do Peru. A ideia com certeza resulta chocante para as forças dominantes no mundo e outros setores que espalham a ideia de que os problemas das minorias são “particularistas” invisíveis na problemática da luta de classes e da luta nacional contra o imperialismo ou na construção do projeto comunista.

Visitamos o rico aporte do colonialismo interno de González Casanova como categoria que opera nas relações sociais construídas sob o capitalismo, o colonialismo interno, internacional e transnacional torna-se mais evidente na guerra imperialista com a indústria bélica como novo mercado do capital em expansão, no entanto, essa categoria se expressa em todas as esferas a que tem acesso o capitalismo. Dita categoria ajuda a compreender as formas em que se reestrutura a acumulação e dominação e suas atualizações nos processos históricos e espaços sociais.

Abordamos o neoliberalismo desde os apontamentos dos seus principais teóricos Hayek, Von Mises e Friedman e de algumas das principais leituras críticas contemporâneas como Virginia Fontes (2010a, 2010b), Achille Mbembe (2016), David Harvey (1998, 2005, 2007, 2008) e Naomi Klein (2007). A partir dessas leituras compreendemos o neoliberalismo não só como uma proposta econômica mas como uma doutrina, uma racionalidade que teve suas origens na década de 1930 e foi implementada pela primeira vez em Chile com a ditadura de Pinochet em 1973.

Como foi dito, os trabalhos contemporâneos sobre o neoliberalismo apontam não só a uma proposta econômica; o neoliberalismo é analisado como uma doutrina ou racionalidade que vem transformando profundamente as sociedades estendendo o sistema normativo do capitalismo a todas as esferas da existência humana. O neoliberalismo gera desequilíbrios macroeconômicos sociais e políticos resolvendo em favor do capital os conflitos de classes apresentados na década de 1970, e representando um ataque aos direitos sociais conquistados com as lutas de classes.

A pesar das implicações sociais do neoliberalismo Milton Friedman ganhou o Nobel de economia em 1976, e continuou assessorando os processos de implantação da ordem neoliberal na América Latina na sua maioria a través da doutrina do choque materializada com as ditaduras militares, como o caso a Argentina que jogou a final da copa do mundo em 1978 num estádio a menos de 1km do principal campo de detenção e tortura do país na época. 33 anos depois da experiência chilena o projeto é atualizado na Palestina com as mesmas estratégias de tortura e desaparecimento da população. O que aconteceu nessas regiões e o que acontece na Venezuela hoje é o que Klein (2007) chama “doutrina de choque”, o saque sistemático da esfera pública depois de um desastre, quando a população está demasiado focada na emergência, nas suas preocupações diárias para proteger seus interesses estruturais.

Na europa e nos Estados Unidos o neoliberalismo começou sua performance com a chegada de Reagan e Thatcher. Nesse período consolidou-se a proposta com: corte ao gasto público, redução de impostos, redução da propriedade estatal e funcionamento das indústrias ou regulação da indústria e política monetária para reduzir a inflação. O neoliberalismo vale-se da criação de sujeitos na procura constante de satisfação para o qual instrumentalizam-se em função do mercado. Aproveita as crises e desastres sociais para promover reformas econômicas e sociais baseado na crítica à eficiência do Estado promovendo a ideia errada de um Estado mínimo.

A ambição neoliberal foi direcionada contra as políticas keynesianas como uma oportunidade de reforçar a ideia de inimigo, como o comunismo é o inimigo principal da “liberdade” (nessa representação a referência é à liberdade econômica que promove o mercado e a concorrência), criaram a ideia do Estado de Bem-estar Social como inimigo do livre mercado. Nesse sentido, responsabilizaram o Welfare State pela interrupção do ciclo de crescimento econômico, fato já esperado pelo sistema de acumulação dada a estagflação da economia, a tendência à queda da taxa de lucro e os confrontos por direitos sociais das décadas de 1960 e 1970.

Contudo, é fundamental lembrarmos que o Estado moderno foi fundamental para a consolidação do capitalismo desde sua origem (principalmente com a desoneração dos deveres e custos da manutenção da força de trabalho), constituindo o comando político necessário para a imposição do novo modo de produção, o modo de produção capitalista. A partir dessa afirmação, abordamos a relação orgânica entre Estado-capital, onde mesmo com uma primazia do capital em relação ao Estado, não existe nenhuma hierarquia do econômico diante de outras formas do ser social, ou seja, o Estado não é visto como simples aparelho de repressão da classe dominante, o famoso comitê executivo da burguesia, mas como parte integrante do modo de produção

Isto fortalece a noção do Estado como uma construção histórica, o produto do antagonismo inconciliável de classes, que apresenta entre suas funções a legitimação e a criação de condições para a garantia da dominação política, ideológica e econômica, mas também apresenta o Estado como uma totalidade concreta, complexa e contraditória que possui dinâmicas próprias, autonomia relativa e funções diversas dentro para a defesa dos interesses da classe dominante, tais como garantir a ordem material da sociedade, reprimir qualquer ameaça ao modo de produção, e integrar as classes dominadas para assegurar a ideologia dominante, entre outras.

Nesse sentido, poder-se-ia dizer que a condenação do Estado baseado em políticas keynesianas sob o argumento da pouca eficiência estatal na organização do mercado revela-se contraditória pois as funções do Estado tornam-se ainda mais importantes na sustentação do MPC sobre as crises estruturais; quer dizer, precisamos erradicar a ideia de um Estado mínimo (mesmo esclarecendo que é mínimo para o social), pois o neoliberalismo precisa de um Estado forte e com autonomia relativa para instaurar suas lógicas no sistema de relações sociais, a valorização do “eu”; a criação do sujeito neoliberal inteiramente responsável pelos

problemas sociais individualizados e moralizados; a mercantilização de todas as fases da existência humana.

Assim, a ideia de Estado mínimo ou a deturpação sobre a eficiência do Estado nas funções que lhe são dadas, serve de vantagem ao neoliberalismo para retirar os direitos sociais conquistados com as lutas de classes, e na administração dos problemas sociais e econômicos. A mediação política torna-se cada vez mais autoritária e repressiva visando à contenção das insatisfações sociais, além da responsabilização do sujeito neoliberal, diante da incapacidade do capital para oferecer condições mínimas de existência.

Não adotamos em nenhum momento uma defesa do Welfare State, ao contrário, reconhecemos que tanto o keynesianismo quanto o neoliberalismo oferecem à classe trabalhadora o mesmo lugar na distribuição da riqueza, continuando a lógica de crescimento econômico igual crescimento da acumulação; não obstante, é importante assinalar que o primeiro ofereceu um certo nível de direitos sociais e condições para o confronto de classes, mesmo na América Latina e nas regiões onde não se desenvolveu um Estado de Bem-estar propriamente dito, só algumas políticas e sistemas de proteção social; já o neoliberalismo radicaliza as lutas de classes com um cenário que aprofunda o desemprego, a repressão e a criminalização, e penetra na essência da sociedade.

Antes de apresentar as particularidades do processo colombiano, trabalhamos a configuração do neoliberalismo na América Latina. Apontamos a relação de dependência da região inicialmente a Europa representada por Inglaterra, e posteriormente e até os dias atuais aos Estados Unidos. Evidenciamos essa relação de dependência como uma relação baseada no colonialismo internacional e na troca desigual de bens primários por manufaturas de consumo ou bens industriais. Nesse processo América Latina contribuiu na criação de mais-valia relativa e por conseguinte na desvalorização real da força de trabalho da região e do mundo, ao mesmo tempo fundamentou sua produção na superexploração do trabalho e não no incremento da produtividade. A superexploração do trabalho e o desenvolvimento da economia em função do mercado mundial, de demandas pré-existentes, configuram a essência da dependência latinoamericana e consequentemente a região precisou desenvolver as relações sociais de produção que sustentam esse mercado, relações sociais da produção capitalista. Nesse caso, a economia exportadora é uma formação social baseada no MPC que exacerba as contradições próprias desse modo de produção e criam um ciclo que reproduz a dependência em escala ampliada.

Consideramos também que com as correntes desenvolvimentistas a partir da década de 1950 América Latina tentou aprofundar na produtividade nacional, no entanto, como uma forma de sobreviver à crise e não como parte de um projeto autônomo nacional. Deste modo, incrementou-se a produção manufatureira e artigos de luxo pensados para consumo interno; o consumo ampliado para a classe média precisou do aumento da produtividade para baratear as mercadorias geralmente através de tecnologia estrangeira, e claro, da intensificação da superexploração dos trabalhadores. Como foi apontado, é nessa época que alguns programas de proteção social são construídos sob inspiração cepalina e sem chegar a configurar um Welfare State na região, no período também ganharam força os movimentos sindicais e movimentos sociais com reivindicações diversas principalmente nas áreas de educação, gênero e raça.

A partir da década de 1980 há uma reprimarização na produção latinoamericana e cresce o interesse da indústria internacional por setores como a mineração, o que representa grandes riscos sociais e ambientais, ditos riscos são mais fortes hoje com propostas como o fracking. O período também acentua outras características do processo de inserção da região na economia internacional, como a regressão industrial e o interesse capitalista pela transformação do agro.

Durante a época a região também experimentou a crise da dívida externa o que além de um impacto direto nas economias nacionais, levou a uma maior presença das entidades e organismos de cooperação internacional como o FMI, promovendo reformas que seriam traduzidas em propostas econômicas e sociais. Esse é o caso do Consenso de Washington que segundo o trabalho reforça o a proposta de planejamento econômico apresentado à região na Carta de Punta del Este, fundado numa preocupação genuinamente econômica sobre os pagamentos da dívida externa, e na ineficiência do Estado na administração dos recursos.

O CW apresentou uma série de reformas fundamentalmente na política econômica, como privatização, estabilização e ajuste estrutural que mobilizaram o desenvolvimento capitalista e aprofundaram a exclusão social, políticas de mercado contra a democracia e a liberdade. Assim sendo, a implantação do neoliberalismo na América Latina procurou fundamentalmente materializar os processos de abertura econômica, reformar as funções do Estado na economia e no social; e estabilizar algumas variáveis macroeconômicas.

As mudanças no capitalismo global, o receituário do Consenso de Washington e outras políticas construídas sob a base do favorecimento do mercado são um reflexo da constituição

de uma rede global que impõe um sistema econômico e político. Por tanto se faz necessário construir uma política que seja concebida como parte de uma estratégia internacional de combate ao capitalismo.

Após compreender os processos de configuração do neoliberalismo no nível internacional e na região, evidenciamos a consolidação econômica e política das relações capitalistas na Colômbia, demarcadas pela presença do imperialismo estadunidense e a intensificação do conflito armado, toda vez que a oligarquia nacional deslumbrada com seu papel de engraxate do capitalismo, optou por indeferir as necessidades da sua população e ignorar a construção de um projeto nacional, para seguir as recomendações dos organismos internacionais, preocupados com as necessidades do mercado.

Não diremos que a lumpen-burguesia colombiana fraquejou dominada por uma mistificação chauvinista pois, como demonstrado nesta dissertação, desde antes do século XX espalha sua gratidão por ter a orientação da sua estrela polar, os Estados Unidos, para seguir e admirar, da qual espera sempre instruções que quando cumpridas com eficiência podem representar-lhe migalhas disfarçadas de privilégios (provenientes da margem extra de vantagem exploradora da dominação imperialista). Em poucos casos a oligarquia tentou disfarçar seus interesses com bandeiras de populismo e discursos paternalistas e mesmo nesses momentos desconsiderou as exigências da população ou até mesmo as oportunidades de desenvolvimento nacional, para voltar a sua posição lacaia e servil.

No país o século XX nasceu com promessas de paz e morreu banhado no sangue do povo, reafirmando a violência estatal como meio para satisfazer os interesses da classe dominante. O capitalismo historicamente construiu fantasmas para justificar a violência, o combate ao comunismo, às drogas, à corrupção; na Colômbia criou-se também a ilusão da paz para alimentar a guerra imperialista. A partir do processo histórico da luta de classes na Colômbia, demonstramos que a oligarquia impossibilitou a disputa pelo poder político a través da democracia burguesa, acirrando cada vez mais suas formas autoritárias e repressivas até a criminalização do protesto social e o extermínio dos adversários políticos em articulação com formas ilegais de acumulação (narcotráfico) e dominação (paramilitarismo), legitimando o medo como ideologia e legalizando práticas como o “destierro” para a apropriação de terras ou a implementação de projetos de desenvolvimento econômico para benefício do capital internacional.

Aparece de novo o colonialismo interno expondo a lumpen-burguesia nacional como cúmplice na guerra contra os povos (essencialmente camponeses, indígenas e negros). A luta pela autonomia e dignidade dos povos é a luta contra uma classe dominante depredadora que opera com suas articulações econômicas, militares, paramilitares e políticas; é uma luta contra o paternalismo e o populismo que pretendem apagar a discriminação, a exploração e a opressão; é a luta pela defesa dos territórios e do “buen vivir”; é a luta pela emancipação humana. A prioridade da coerção sobre o consenso, exercida pelo Estado e pela classe dominante, significa que a violência continua sendo uma das principais expressões do enfrentamento político. Diante da violência política institucional, exercida para manter a ordem do capital, emerge e se organiza a insurgência armada, e com o novo panorama da luta de classes no país intensificou-se a tensão política, a estratégia contrainsurgente e o autoritarismo.

Uma das estratégias da oligarquia foi a difusão do medo à guerrilha a través dos Mass Mídia que utilizaram estratégias linguísticas para ocultar informação sobre a responsabilidade dos grupos paramilitares (e até do próprio Estado) nos atos violentos, e ressaltar a participação das guerrilhas, apresentando-as como único ator responsável, principalmente às FARC-EP, pela violência no país (GARCÍA MARRUGO, 2012). Esse tipo de estratégias é possível porque a maioria da população acompanha o conflito armado a través dos meios de comunicação, é a população (geralmente comunidades étnicas) das regiões periféricas, as áreas com maiores recursos naturais fundamentais nos interesses do capital e áreas rurais, quem sofre mais intensamente os brutais impactos cotidianos do conflito armado. Isto não quer dizer que a população das áreas urbanas não seja afetada pelas dinâmicas do conflito, nem que a população das áreas rurais não seja alvo da manipulação midiática.

Na Colômbia há antecedentes de políticas neoliberais desde a década de 1970, no entanto, reafirmamos que a implantação do neoliberalismo começou na década de 1990 durante o governo de César Gaviria (1990-1994). No trabalho apresentamos uma proposta de demarcação histórica do processo de neoliberalização do país, proposta arriscada em se tratando de processos recentes com implicações em curso; a proposta adverte que não se trata de etapas lineais e sim de processos constituídos para compreender categorias e mediações histórico-sociais. Assim, apresentamos três ondas de implantação das políticas neoliberais no país sobre as quais é fundamental aprofundar análises e reflexões: *Primeira onda (1990-1998)*; *Segunda onda (1999-2014)*; *Terceira onda (2014-nossos dias)*.

Sobre as particularidades do processo de contrarreforma no Estado colombiano, Jairo Estrada (2004); Carmen Astrid Romero, María Angela Parra, José Antonio Ocampo (2007); e José Francisco Puello-Socarrás (2009), assinalam que as propostas de reformas neoliberais para concretizar as mudanças na intervenção do Estado, pretendiam especializar o Estado para garantir a modernização da economia, a eficiência nos setores complementários às atividades econômicas, e a descentralização de funções e serviços.

O governo de Gaviria, agora dotado do mandato constitucional, continuou os processos de reforma estrutural em dois sentidos. Por um lado, avançou no processo de reforma neoliberal do Estado, graças às faculdades que foram concedidas ao poder executivo (pelo constituinte primário) para esse fim; por outro, através do processamento e emissão de regulamentos legais que continuaram com a desregulamentação da economia e a redefinição do papel e da função do Estado.

Evidenciamos a importância da Constituição Política da Colômbia para a implantação da primeira onda neoliberal no país. Os processos de privatização e desregulamentação que posteriormente afetaram diretamente setores como têxtil, agro, telecomunicações, saúde e segurança social, educação, serviços públicos domésticos, entre outros; foram originados na CP. A partir do percurso apresentado poder-se-ia dizer que a elite intelectual do neoliberalismo foi fundamental para a contrarreforma no Estado colombiano; a mesma elite que reconhece que o capitalismo atua sobre a miséria através da caridade e da neofilantropia como o mecanismo desejável, porém voluntário. Isto se expressa nos programas de assistência social criados pelos regimes latinoamericanos, como foi exposto, ditos programas respondem à necessidade de paliar as expressões da “questão social”.

O neoliberalismo implementado na Colômbia aprofundou a desigualdade social principalmente com o incremento do desemprego, da flexibilidade laboral e do autoritarismo. As políticas de "abertura econômica e modernização do Estado" geraram uma tendência a deteriorar as condições de vida e de trabalho da população; em particular, o emprego foi afetado pelos processos de reestruturação neoliberal do Estado; setores empresariais ligados às atividades produtivas expressaram sua insatisfação com a “concorrência desigual” a que seus negócios foram submetidos; pequenos e médios produtores foram afetados em seus mercados tradicionais. Em suma, as expressões contra a liberalização da economia e seus efeitos econômicos e sociais estavam em ascensão em 1994.

Os críticos das políticas neoliberais explicaram a crise como resultado da implementação de tais políticas, especialmente por causa de seus efeitos o aparato produtivo, o estímulo à especulação financeira e crescimento do serviço da dívida pública. A este respeito, foi apontado que o crescimento da renda da década de 1990 esteve associada ao aumento do endividamento das famílias (habitação e crédito ao consumo), pelos empregadores (investimento em inovação ou especulação) e do Estado (financiamento do déficit fiscal).

Com o aumento do desemprego e a queda na renda, o crescimento da dívida em habitação acelerou mais que a valorização dos ativos, a reavaliação sustentada e a consequente perda de competitividade. Com a produção exposta aos rigores implacáveis da concorrência transnacional, além da expansão sem precedentes dos gastos públicos (não compensados por sucessivas reformas tributárias), o modelo de "crescimento para o débito" estourou. Os proponentes das reformas neoliberais, por outro lado, argumentaram a crise como produto de um processo inconclusivo de reformas estruturais.

O desmonte das instituições oficiais agrárias que mesmo com críticas cumpriam um papel fundamental no fomento às atividades do campo e em geral, as mudanças na reforma agrária na década de 1990 evidenciam a escolha do Estado pela barbárie neoliberal materializada não só no aprofundamento da desigualdade e do conflito armado, também na continuidade descarada do favorecimento da oligarquia nacional com projetos como “Agro Ingreso Seguro”⁵³.

A concepção da realidade como um processo histórico implica construir ações críticas e coletivas que não tenham como objetivo reproduzir a ideologia do capitalismo e sim a criação de respostas as necessidades específicas do contexto social na Colômbia e na América Latina. Nesse sentido, e segundo o compromisso com os contextos sociais, é importante refletir sobre o lugar dos intelectuais, profissionais, organizações e movimentos na formulação e implementação, ou não, de políticas que aprofundam a desigualdade social e legitimam a dominação. Temos um grande desafio pela frente e o seu tamanho é o mesmo da oportunidade de mudança.

⁵³ Projeto do governo colombiano que ofereceu créditos e empréstimos com baixos juros, destinado ao desenvolvimento de projetos agropecuários de pequenos agricultores. Desde 2009 foram descobertos casos de corrupção por favorecimento do projeto a grandes latifundiários e seus familiares.

REFERÊNCIAS

- AHUMADA BELTRÁN, Consuelo. **El modelo neoliberal y su impacto en la sociedad colombiana**. Bogotá: El Áncora Editores, 1996.
- ALBA-FAJARDO, Carlos. A.; GALVIS-APONTE, Luís. A.; MOYANO-TÁMARA, Lina. M. **La persistencia de la pobreza en el Pacífico colombiano y sus factores asociados**: Documentos de Trabajo Sobre Economía Regional. Cartagena, 2016.
- ALVARADO, Arturo. La reforma a la ley 30 en el contexto de la globalización. **Revista Facultad de Derecho y Ciencias Políticas U de A**, v. Enero-Abril, n. 8, 2012.
- AMÉZQUITA, Pedro. La institucionalidad Llerista: una palanca de desarrollo. **Debates Latinoamericanos**, v. 1, n. 21, 2013.
- ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho. Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho**. 4. ed. São Paulo: Boitempo, 2001.
- ARBOLEDA, Santiago. Conocimientos ancestrales amenazados y destierro prorrogado: La encrucijada de los afrocolombianos. In: (COMP.), C. M. (Ed.). **Memorias de la esclavitud y justicia reparativa para Negros, Afrocolombianos y Raizales**. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia, 2007.
- ARRETCHE, Martha. Emergência e Desenvolvimento do Welfare State Teorias Explicativas. **Revista BIB**, Rio de Janeiro, n. 39, 1995, pp. 5-40.
- ARRUBLA, Mario. **Estudios sobre el subdesarrollo colombiano**. Medellín: Oveja Negra, 1969.
- BEHRING, Elaine. R. **Brasil em contra-reforma: desestruturação do Estado e perda de direitos**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.
- _____.; BOSCHETTI, Ivanete. **Política social: fundamentos e história**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2007.
- BÉJAR, Ramón. América Latina y el Consenso de Washington. **Boletín económico de ICE, Información Comercial Española**, n. 2803, 2004.
- BEZERRA, Flavio. F. **O Esado capitalista contemporâneo: para a crítica das visões regulacionistas**. 2. ed. São Paulo: Cortez (Coleção Questões da Nossa Época; v. 73), 2001.
- BORÓN, Atilio. **Estado, capitalismo y democracia en América Latina**. Buenos Aires: Colección Secretaria Ejecutiva, Clacso, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2003.
- _____. **América Latina en la geopolítica imperial**. La Habana: Editorial de Ciencias Sociales. Instituto Cubano del libro, 2014.
- CAIADO, Sérgio. A. **Desconcentração Industrial Regional no Brasil (1985-1998): Pausa ou retrocesso?** Tese de doutoramento. Instituto de economia. Unicamp, 2002.
- CAMACHO, Carlos. Respice polum : las relaciones entre Colombia y Estados Unidos en el siglo XX y los usos (y abusos) de una locución latina. **Historia y Sociedad**, v. julio-dici, n. 19, p. 175–201, 2010.
- CAMPOS ZORNOSA, Yezid. **Memoria de los silenciados: El Baile Rojo**, 2003. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=9vbG4rRUN9M>>. Acesso em: 11 fev. 2019.

CASTILLO, Víctor. J.; VELÁSQUEZ, Rafael. A. Resistencia de la etnia Yareguíes a las políticas de reducción y “civilización” en el siglo XIX. **Historia y Sociedad**, n. 12, p. 285–317, 2006.

CENTRO NACIONAL DE MEMORIA HISTÓRICA. **¡Basta ya! Colombia: memoria de guerra y dignidad**. Bogotá. Imprenta Nacional, 2013.

_____. **Tierras y conflictos rurales: Historia, políticas agrarias y protagonistas**. Bogotá, 2016. Disponible em: <<http://www.centrodememoriahistorica.gov.co/informes/publicaciones-por-ano/2016/tierras-y-conflictos-rurales>>. Acceso em: 11 fev. 2019.

CEPAL. DIVISIÓN DE ESTADÍSTICA Y PROYECCIONES ECONÓMICAS. **El perfil de la pobreza en América Latina a comienzos de los años 90**. Santiago, Chile, 1992. Disponible em: <<https://repositorio.cepal.org/handle/11362/19040>>. Acceso em: 11 fev. 2019.

CHESNAIS, François. **A mundialização do capital**, tradução Silvana Finzi Foá. São Paulo: Xamã, 1996.

COLOMBIA. **Constitución de la República de Colombia 1886**; Bogotá, Imprenta de Echeverría Hermanos. Disponible em: <http://bdigital.unal.edu.co/224/36/constitucion_de_la_republica_1886.pdf>. Acceso em: 11 fev. 2019.

_____. **Ley 135 de 1961**. Disponible em: <<http://www.anuc.co/uploads/1135-61.pdf>>. Acceso em: 11 fev. 2019.

_____. **Constitución Política de Colombia 1991**; Esta versión corresponde a la segunda edición corregida de la Constitución Política de Colombia, publicada en la Gaceta Constitucional No. 116 de 20 de julio de 1991. Disponible em: <<http://www.comisionseptimasenado.gov.co/PDF/CONSTITUCIONPOLITICA.pdf>>. Acceso em: 11 fev. 2019.

_____.; DEPARTAMENTO NACIONAL DE PLANEACIÓN. **La Revolución Pacífica**. Plan de desarrollo económico y social 1990-1994. Bogotá, 1991.

_____.; DEPARTAMENTO NACIONAL DE PLANEACIÓN. **El Salto Social**. Plan Nacional de Desarrollo. Ley de inversiones 1994-1998. Cali, 1995.

_____.; MINISTERIO DE DEFENSA. **Decreto ley 356**, 1994.

_____.; MINISTERIO DE HACIENDA Y CRÉDITO PÚBLICO. **Ley 617 de 2000**, 2008. Disponible em: <[https://www.auditoria.gov.co/Biblioteca General/Leyes/Leyes_1990-2009/Ley_617_de_2000 \(Racionalizacion_del_Gasto_Publico\).pdf](https://www.auditoria.gov.co/Biblioteca%20General/Leyes/Leyes_1990-2009/Ley_617_de_2000_(Racionalizacion_del_Gasto_Publico).pdf)>. Acceso em: 11 fev. 2019.

COMISIÓN DE ESTUDIOS SOBRE LA VIOLENCIA. **Colombia: violencia y democracia**. Universidad Nacional de Colombia, 1987.

COMISIÓN HISTÓRICA DEL CONFLICTO Y SUS VÍCTIMAS. **Contribución al entendimiento del conflicto armado en Colombia**, 2015. Disponible em: <[http://www.altocomisionadoparalapaz.gov.co/mesadeconversaciones/PDF/Informe Comisi_n Hist_rica del Conflicto y sus V_ctimas. La Habana%2C Febrero de 2015.pdf](http://www.altocomisionadoparalapaz.gov.co/mesadeconversaciones/PDF/Informe_Comisi_n_Hist_rica_del_Conflicto_y_sus_V_ctimas_La_Habana%2C_Febrero_de_2015.pdf)>. Acceso em: 11 fev. 2019.

CONTRAVÍA TV. **CONTRAVÍA: In memoriam- Exterminio de la Unión Patriótica** Hollman Morris Producciones, 2004. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=ROFR9Vw2mkE>>. Acesso em: 11 fev. 2019.

COUTINHO, Joana A. **ONGs e políticas neoliberais no Brasil**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2011.

DAVIS, J. **The Bogotazo**. Disponível em: <https://www.cia.gov/library/center-for-the-study-of-intelligence/kent-csi/vol13no4/html/v13i4a07p_0001.htm>. Acesso em: 20 fev. 2019.

DREIFUSS, René. A. **A época das perplexidades**. Mundialização, globalização e planetarização: novos desafios. Petrópolis: Vozes, 1996.

ENGELS, Friedrich. **Del socialismo utópico al socialismo científico**. Vosa, 1989.

_____. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

ESTRADA ÁLVAREZ, Jairo. **Dimensiones básicas del neoliberalismo económico**. 2003. Disponível em: <http://www.espaciocritico.com/sites/all/files/artcls/a0024_je-a12.pdf>. Acesso em: 12 jan. 2017.

_____. **Construcción del modelo neoliberal en Colombia 1970-2004**. Bogotá, Ed. Aurora, 2004.

_____. Élités intelectuales y producción de política económica en Colombia. **Espacio Crítico**, p. 259–320, 2006. Disponível em: <<http://www.espaciocritico.com/sites/all/files/libros/elites/jestrada.pdf>>. Acesso em: 20 fev. 2019.

EVANS, Michael. “Para-politic” Goes Bananas. **The Nation**, 4 abr. 2007. Disponível em: <<https://web.archive.org/web/20071221135857/http://www.thenation.com/doc/20070416/evans>>. Acesso em: 20 fev. 2019.

FERREIRA, Muniz. **A África contemporânea : dilemas e possibilidades**. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/wp-content/uploads/2017/03/africa-contemporanea.pdf>>. Acesso em: 24 nov. 2018.

FONTES, Virginia. **O Brasil e o capital imperialismo: teoria e história**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2010a.

_____. **O capital-imperialismo: algumas características**. 2010b. Disponível em: <[http://www.centrovictormeyer.org.br/attachments/177_O capital imperiali%0Asmo-Virginia Fontes.pdf](http://www.centrovictormeyer.org.br/attachments/177_O%20capital%20imperialismo-Virginia%20Fontes.pdf)>. Acesso em: 2 abr. 2017.

FROHMANN, Alicia. **Cooperación política e Integración latinoamericana en los 90**. Santiago, Chile: FLACSO-Chile, 1996. Disponível em: <https://biblio.flacsoandes.edu.ec/shared/biblio_view.php?bibid=5531&tab=opac>. Acesso em: 20 fev. 2019.

GALEANO, Eduardo. **Las venas abiertas de América Latina**. España: Siglo XXI, 2003.

GARCÍA MARRUGO, Alexandra I. **The texture of ideology: demonstrating vias in the respresentation of the internal conflict in the Columbian press**. 2012, 250 f. Tese (Doutorado em Filosofia) – Departamento de Lingüística. Faculdade de Ciencias Humanas, Universidade Macquarie, Sydney, 2012. Disponível em: <<https://drive.google.com/file/d/0BzAWR6kDf0mcZ3dnbUtTT0FJOGs/view>>. Acesso em: 21 fev. 2019.

GENTILI, Pablo; SADER, Emir (ORGS). **Pós-neoliberalismo**: as políticas sociais e o Estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

GONZÁLEZ CASANOVA, Pablo. Colonialismo Interno (uma redefinição). In: **A teoria marxista hoje**. Problemas e perspectivas. Buenos Aires: CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2007. p. 431–458. Disponível em: <<http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/formacion-virtual/20100715084802/cap19.pdf>>. Acesso em: 20 fev. 2019.

GONZALEZ, Lélia. A categoria político-cultural de amefricanidade. **Tempo Brasileiro**, v. 92/93, p. 69–82, 1988.

GOUGH, I. **The political economy of the Welfare State**. London: MacMillan Press, 1979.

GUNDER FRANK, André. **Lumpen-burguesia: Lumpen-desarrollo**. dependencia, clase y política en Latinoamérica. Buenos Aires: Ediciones Periferia, 1973.

HARVEY, David. **La condicion de la posmodernidad**. Investigación sobre los orígenes del cambio cultural. Buenos Aires: Amorrortu Editores, 1998.

_____. **O novo imperialismo**. 2. ed. São Paulo: Ediciones Loyola, 2005.

_____. **Breve historia del neoliberalismo**. Akal, 2007.

_____. **O Neoliberalismo**. São Paulo: Ediciones Loyola, 2008.

HAYEK, Friedrich. **O caminho da servidão**. 5. ed. Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 1990.

HILFERDING, R. **O capital financeiro**. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

HIRSCH, J. **Teoria materialista do Estado**. São Paulo: Revan, 2010.

HOBSBAWN, Eric. **A Era dos Extremos**: o breve século XX: 1914-1991; tradução Marcos Santarrita; revisão técnica Maria Célia Paoli. 2. ed. São Paulo: Companhia das letras, 2003.

_____. **Revolucionarios**. Ensayos contemporáneos; traducción Joaquim Sempere. Barcelona: Crítica, 2010.

HUMAN RIGHTS WATCH. **Guerra sin cuartel**. Colombia y el derecho internacional humanitario. Disponível em: <<https://web.archive.org/web/20081017220013/http://www.hrw.org/spanish/informes/1998/guerra3C.html>>. Acesso em: 17 mar. 2019.

IAMAMOTO, Marilda. **O Serviço Social na Contemporaneidade**: Trabalho e Formulação Profissional. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

JORGENSEN, Erika.; SACHS, Jeffrey. Default and renegotiation of Latin American Foreign Bonds in the Interwar Period. In: EICHENGREEN, B.; LINDERT, P. H. (Eds.). **The international Debt Crisis in Historial Perspective**. Cambridge, Mass.: MIT Press, 1989.

KATZ, Claudio. **América Latina desde la teoría de la dependencia**. La Habana: Encuentro “La economía de América Latina y el Caribe ante el nuevo entorno internacional”, ANEC, 2018.

KEYNES, John M. **Essays in persuasión**. New York: Palgrave Macmillan, 2010.

KLEIN, Naomi. **The shock doctrine**: the rise of disaster capitalism. New York: Henry Holt and Company, 2007.

LENIN, Vladimir. **O Estado e a revolução**: o que ensina o marxismo sobre o Estado e o papel do proletariado na revolução. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

- _____. **O Imperialismo**: etapa superior do capitalismo. São Paulo: FE/UNICAMP, 2011.
- _____. **Imperialismo, estágio superior do capitalismo**. São Paulo: Expressão Popular, 2012.
- LUCENA, Héctor. El cambio en las relaciones industriales en América Latina. In: **Tratado Latinoamericano de sociología del trabajo**, Enrique de la Garza Toledo (Coord.). México: Colegio de México; FLACSO; Universidad Autónoma Metropolitana: Fondo de Cultura Económica, 2000. p. 422–450.
- LUKÁCS, György. **Lenin**: um estudo sobre a unidade do seu pensamento. 1a. ed. São Paulo: Boitempo, 2017.
- LUXEMBURGO, Rosa. **Reforma ou revolução?** 2. ed. São Paulo: Global Editora, 1990.
- MACHADO, Zaira. **O papel das Instituições Financeiras Multilaterais no processo de desenvolvimento**. Porto Alegre: Veraz Editores, Central Unica dos Trabalhadores, AFL-Cio, 2002.
- MANDEL, Ernest. **Tratado de economía Marxista**, Tomo II, Traducción Francisco Diez del Corral. 2. ed. México: Ediciones Era, 1971.
- _____. **Late Capitalism**; Translate by Joris De Bres. London: NLB, 1976.
- _____. **Teoria Marxista do Estado**. Lisboa: Edições Antídoto, 1977.
- _____. **Las ondas largas del desarrollo capitalista**. Madrid: Siglo XXI de España Editores, 1986.
- MAÑUNGA-ARROYO, Angela. Un paso adelante, dos atrás: Lógicas de mercado y políticas de exclusión en Colombia. **Revista Trans-pasando Fronteras**. Universidad ICESI, v. 8, p. 19–35, 2015.
- MARSHAL, T. H. **Cidadania, classe social e status**. São Paulo: Zahar, 1967.
- MARINI, Ruy. M. **Acerca del Estado en América Latina**. XVIII Congresso de ALAS. Anais...Havana: 1991
- _____. Dialéctica de la dependencia. In: **América Latina, dependencia y globalización**. Fundamentos conceptuales Ruy Mauro Marini. Antología y presentación Carlos Eduardo Martins. Bogotá: Siglo del Hombre- Red de Bibliotecas Virtuales de Ciencias Sociales de América Latina y el Caribe de la Red CLACSO, 2008. p. 107–149. Disponível em: < <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/secret/critico/marini/04dialectica2.pdf>>. Acesso em: 20 fev. 2019.
- _____. O Estado de Contrainsurgência. **Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas**, v. 12, n. 3, p. 1–15, 2018.
- MARTÍNEZ, Juliana. C.; MARTIN, Carolina. J. Las narrativas de las reformas estructurales en la elite intelectual colombiana: escenarios, actores y decisiones de política en la década de los noventa. **Espacio Crítico**, n. 4, p. 1–68, 2006.
- MARTÍNEZ, Rangel.; REYES, E. El consenso de Washington: la instauración de las políticas neoliberales. **América Latina. Política e Cultura**, v. 37, p. 35–64, 2012.
- MARX, Karl. **A miséria da filosofia**, tradução de José Paulo Netto. São Paulo: Global, 1985.
- _____. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2008a.
- _____. **Contribuição à crítica da economia política**; tradução e introdução de Florestan Fernandes. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008b.

_____. **El Capital**. El proceso de producción del capital, Tomo I, vol. 3. 8va reimp. ed. México: Siglo XXI editores, 2009.

_____. **O 18 de brumário de Luís Bonaparte**. São Paulo: Boitempo, 2011a.

_____. **Grundrisse**: manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política; supervisão editorial Mario Duayer; tradução Mario Duayer, Nélío Schneider (colaboração de Alice Helga Werner e Rudiger Hoffman). São Paulo: Boitempo (Coleção Marx-Engels), 2011b.

_____.; ENGELS, Friedrich. **Manifesto Comunista**. São Paulo: Boitempo, 2007.

MBEMBE, Achile. **Crítica de la Razón Negra**. Ensayo sobre el racismo contemporáneo. Barcelona: Futuro Anterior Ediciones; Nuevos Emprendimientos Editoriales, 2016. v. 4

MEJÍA QUINTANA, Oscar. La constitucionalización de la mentira. Dominación y exclusión en la Constitución del 91. **Espacio Crítico**, p. 1–18, 2004.

MÉSZÁROS, István. **O poder da ideologia**, tradução Magda Lopes. São Paulo: Ensaio, 1996.

_____. **Más allá del capital**. Hacia una teoría de la transición. La Paz: Pasado y Presente XXI, 2010.

MOLANO BRAVO, Alfredo. Fragmentos de la historia del conflicto armado (1920-2010). In: **Contribución al entendimiento del conflicto armado en Colombia**. 2015. p. 541–598. Disponível em: <
[http://www.altocomisionadoparalapaz.gov.co/mesadeconversaciones/PDF/Informe Comisi_n Hist_rica del Conflicto y sus V_ctimas. La Habana%2C Febrero de 2015.pdf](http://www.altocomisionadoparalapaz.gov.co/mesadeconversaciones/PDF/Informe_Comisi_n_Hist_rica_del_Conflicto_y_sus_V_ctimas.La_Habana%2C_Febrero_de_2015.pdf)>. Acesso em: 11 fev. 2019.

MONTAÑO, Carlos. **Terceiro Setor e a questão social**: crítica ao padrão emergente de intervenção social. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

MONTENEGRO, Armando. Los planes nacionales de desarrollo: antes y ahora. **Economía Colombiana**, n. 344, p. 13–18, 2015.

MOTA, Ana. E. **Questão Social e Serviço Social**. Mimeo, 2000.

NAVARRO WOLFF, Antonio. 1991. Una Constitución para la paz. **Revista de la Fundación Foro Nacional por Colombia**, v. ago-dic, n. 89–90, p. 6–9, 2016.

NETTO, José. Paulo. Cinco Notas a Propósito da questão social. In: **Revista Temporalis**/ Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. Ano 2, n3. Brasília: Grafile, 2001. p. 41–49.

_____. **Capitalismo monopolista e serviço social**. 8. ed. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

_____.; BRAZ, Marcelo. **Economia política**: uma introdução crítica. São Paulo: Cortez, 2006.

O’CONNOR, J. **EUA: A Crise Fiscal do Estado**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

OCAMPO, José. A. Un siglo de desarrollo pausado e inequitativo: La economía colombiana, 1910-2010. In: CALDERÓN, María. T.; RESTREPO, Isabela. (Eds.). **Colombia 1910-2010**. Bogotá: Taurus-Universidad Externado de Colombia, 2010. p. 119–196.

_____. **La historia y los retos del desarrollo latinoamericano**. Santiago, Chile: Naciones Unidas, 2012.

_____.; BÉRTOLA, Luís. **Desarrollo, vaivenes y desigualdad**. Una historia económica de América Latina desde la independencia. Regional, 2010.

OFFE, C. Advanced capitalism and the Welfare State. **Politics and Society**, v. 4, 1972.

Oración por la paz. Jorge Eliecer Gaitán. **Revista Arcadia**, out. 2016. Disponível em: <<https://www.revistaarcadia.com/agenda/articulo/oracion-por-la-paz-de-jorge-eliecer-gaitan/56487>>. Acesso em: 20 fev. 2019.

OSORIO, Jaime. **O Estado no centro da mundialização**: a sociedade civil e o tema do poder. São Paulo: Outras Expressões, 2014.

PALACIOS, Marco.; SAFFORD, Frank. **Historia de Colombia**. País fragmentado, sociedad dividida; traducción Ángela García. 10 reimp. ed. Bogotá: Ediciones Uniandes, 2012.

POULANTZAS, Nicos. **Poder político y clases sociales en el Estado capitalista**, tradução Florentino M. Torner. 13. ed. México: Siglo XXI editores, 2007.

POWELL, Lewis. F. **Attack on American free enterprise sistem**. 1971. Disponível em: <[http://www.nowforourturn.org/Reframing/Attack on American Free Enterprise SystemD.pdf](http://www.nowforourturn.org/Reframing/Attack_on_American_Free_Enterprise_SystemD.pdf)>. Acesso em: 25 nov. 2018.

PUELLO-SOCARRÁS, José. F. Del pacto constitucional al acuerdo neoliberal. Multilateralismo, recentralización y fiscalidad en la era de las reformas en Colombia. **Espacio Crítico**, v. jun-dic, n. 11, p. 3–37, 2009. Disponível em: <http://www.espaciocritico.com/sites/all/files/revista/recrt11/n11_a01.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2019.

_____. Neoliberalismo, Antineoliberalismo, Nuevo Neoliberalismo. Episodios y Trayectorias Económico-Políticas Suramericanas (1973-2015). In: ROJAS VILLAGRA, Luís. (Ed.) **Neoliberalismo en América Latina. Crisis, tendencias y alternativas**. Asunción: CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2015. p. 19–42.

RAICHELIS, Raquel. **Esfera pública e conselhos de assistência social. Caminhos da construção democrática**. São Paulo: Cortez, 1998.

REINICIAR. **El genocidio contra la Unión Patriótica**. 2006. Disponível em: <<https://www.colectivodeabogados.org/?EL-GENOCIDIO-CONTRA-LA-UNION>>. Acesso em: 19 fev. 2019.

REYNOSO, Plácido. G. **La Carta de Punta del Este: Planeación Económica**. 1961. Disponível em: <http://revistas.bancomext.gob.mx/rce/magazines/702/6/RCE_6.pdf>. Acesso em: 13 abr. 2015.

ROJAS ARENAS, Erney. **El costo social de la modernización del Estado colombiano**. Cali: Universidad Libre, 1998.

ROSANVALLON, P. **A nova questão social**: repensando o Estado de Providência. Brasília: Instituto Teotônio Vilela, 1998.

SANTOS, Theotônio dos. **Imperialismo y dependencia**. Caracas, Venezuela: Fundación Biblioteca Ayacucho, 2011.

SANTOS, Joseane. S. **Questão Social**: particularidades no Brasil. São Paulo: Cortez, 2012.

SARMIENTO ANZOLA, Libardo. Malestar social y política pública 2001-2004. **Espacio Crítico**, 2004. Disponível em: <http://www.espaciocritico.com/sites/all/files/revista/recrt01/n1_a04.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2019.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e. **O padrão de proteção social e a reforma das políticas sociais no Brasil**. Revista de Políticas Públicas, v. 4, ½ São Luís, 2000.

SOARES, Laura. T. **Ajuste neoliberal e desajuste social na América Latina**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1998.

_____. **O desastre social**. Rio de Janeiro: Record, 2003.

SPITALETTA, Reinaldo. Bananeras, 90 años de una masacre. **El Espectador**, 4 dez. 2018. Disponível em: <<https://www.elespectador.com/opinion/bananeras-90-anos-de-una-masacre-columna-827218>>. Acesso em: 20 fev. 2019.

SWEEZY, Paul. M. **Teoría del desarrollo capitalista**. Barcelona. Editorial Hacer, 2007.

TAVARES, María. C.; Fiori. José. **(Des)ajuste global e modernização conservadora**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

TITMUSS, R. M. **Essays on “the Welfare State”**. Surrey: Unwin Brothers, 1963.

VALERRAMA RENTERÍA, Carlos. A. Espacios geográficos construidos para el destierro. **Revista CS**, n. 27, p. 173–177, 2019.

VEGA CANTOR, Renán. Guerra y libre comercio : los dos soportes del imperialismo actual. **Espacio Crítico**, n. 3, p. 1–26, 2005. Disponível em: <http://www.espaciocritico.com/sites/all/files/revista/recrt04/n4_a09.pdf>. Acesso em: 4 mar. 2019.

_____. Injerencia de los Estados Unidos, Contrainsurgencia y Terrorismo de Estado. In: **Contribución al entendimiento del conflicto armado en Colombia**. 2015. p. 697–761. Disponível em: <[http://www.altocomisionadoparalapaz.gov.co/mesadeconversaciones/PDF/Informe Comisi_n Hist_rica del Conflicto y sus V_ctimas. La Habana%2C Febrero de 2015.pdf](http://www.altocomisionadoparalapaz.gov.co/mesadeconversaciones/PDF/Informe_Comisi_n_Hist_rica_del_Conflicto_y_sus_V_ctimas_La_Habana%2C_Febrero_de_2015.pdf)>. Acesso em: 11 fev. 2019.

WILENSKY, H. **The Welfare State and equality**. Berkeley: University of California, 1975.

WILLS, María. E. Los tres nudos de la guerra colombiana: Un campesinado sin representación política, una polarización social en el marco de una institucionalidad fracturada, y unas articulaciones perversas entre regiones y centro. In: **Contribución al entendimiento del conflicto armado en Colombia**. 2015. p. 762–806. Disponível em: <[http://www.altocomisionadoparalapaz.gov.co/mesadeconversaciones/PDF/Informe Comisi_n Hist_rica del Conflicto y sus V_ctimas. La Habana%2C Febrero de 2015.pdf](http://www.altocomisionadoparalapaz.gov.co/mesadeconversaciones/PDF/Informe_Comisi_n_Hist_rica_del_Conflicto_y_sus_V_ctimas_La_Habana%2C_Febrero_de_2015.pdf)>. Acesso em: 11 fev. 2019.

ŽIŽEK, Slavoj. **Primeiro como tragédia, depois como farsa**; tradução de Maria Beatriz de Medina. São Paulo: Boitempo, 2011.